



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Clarisse Boechat

Distante do divã, perto do real:

Quando a psicanálise alcança as ruas, o que fazem os analistas?

Rio de Janeiro

2021

Clarisse Boechat

**Distante do divã, perto do real:
Quando a psicanálise alcança as ruas, o que fazem os analistas?**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pesquisa e Clínica em Psicanálise.

Orientadora: Prof.^a Dra. Heloisa Caldas

Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio Laia

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Àqueles que, nas ruas, ensinaram-me a segui-los em suas errâncias.

AGRADECIMENTOS

Ao Rodrigo, pela escrita da vida, a dois.

À Capes, que financiou essa pesquisa, em um cenário brasileiro em que as iniciativas científicas se mostram ainda mais fundamentais.

A cada um dos professores que contribuiu com essa pesquisa através de sua participação na banca examinadora.

À Heloisa, pela aposta carinhosa de que eu pudesse seguir meus métodos errantes.

Ao Sergio, pela presença constante, pela generosidade e rigor.

À Ana Lucia, pelo que se escreveu dessa experiência.

À Aline, pela parceria.

Ao Lyra, pela leitura atenta, pela disponibilidade da troca.

À Tetê, pelo suporte amigo, pelo arremate cuidadoso.

Ao Marcus, pela viva transmissão que, à distância, fez-se farol.

RESUMO

BOECHAT, C. *Distante do divã, perto do real: quando a psicanálise alcança as ruas, o que fazem os analistas?* 2021. 166 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta tese teve como ponto de partida a formalização do trabalho desenvolvido com as populações em situação de rua, através do trabalho do ateliê “Escreve-se história”, a partir de uma escuta orientada pela psicanálise. Buscamos responder a algumas perguntas, tais como: como a ética da psicanálise tomava corpo no trabalho ali desenvolvido? O que é um analista? Essas foram questões que, desde o início, por eu já estar em análise e comprometida com minha formação, fazia-me. Portanto, a formação, que é anterior, inclusive, à escrita da tese, mas que também a orienta, é nosso fio condutor. Buscamos situar nos dois primeiros capítulos a forma pela qual a formação psicanalítica é proposta por Sigmund Freud e Jacques Lacan e como a experimentei em relação ao trabalho com as ruas. Procuramos evidenciar como tal formação parece articular de forma determinante as dimensões clínica, política e epistêmica da psicanálise. No primeiro capítulo, “Freud e as clínicas sociais”, situamos o comprometimento ético, clínico e político freudiano frente à miséria decorrente da Primeira Guerra Mundial. Discutimos como efeito desse comprometimento a expansão sem precedentes da clínica psicanalítica, a formulação do conceito da pulsão de morte, mas também os desvios que foram a guinada ortodoxa relativa às análises didáticas e a diluição sem observância aos princípios éticos nas “terapias de base analítica”. No segundo capítulo, “Lacan e a política da psicanálise” acompanhamos Lacan em suas críticas à degradação da psicanálise pós-freudiana, em “Variantes do tratamento-padrão”. Encontramos ali a orientação de que uma análise, padrão ou não, é o que se espera de um psicanalista, pois há um operador comum que se apresenta em ambas as situações: o analista. Também no segundo capítulo, acompanhamos a criação da Escola de Psicanálise por Lacan, como sua resposta política, epistêmica e clínica, de desembaraçar o ensino e a formação psicanalítica dos descaminhos por onde ela havia se enveredado. Foi lançando-se na “Escola” que Lacan pôde fazer avançar a questão “o que é um analista?”. Através da Escola, essa pergunta fundamental, referida àquilo que se passa no interior, “dentro” da prática analítica, pôde ser articulada, topologicamente, com o “fora”, descortinado pelo horizonte da subjetividade de uma época. Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “Escreve-se história”, nosso objetivo foi o de apontar os ensinamentos que se descortinaram em relação ao trabalho clínico que se passou no ateliê, revelando a errância como um dos nomes do real que as ruas nos apresentaram. Quando alcançamos as ruas, com a psicanálise, nos acostamentos e “quebradas”, no burburinho caótico da cidade, às margens da rodovia do Nome-do-Pai, aprendemos a garimpar os “pontos cardeais” que podem fazer as vezes de caminhos, mostrando que as errâncias possuem seus próprios métodos. Situado na conjunção entre a clínica e a política, o analista tem como incumbência apostar na emergência da diferença, na abordagem dessegregativa do gozo errante, na diversi-cidade dos laços, tornando-se “aquele que segue” as soluções atípicas.

Palavras-chave: psicanálise, política, formação, população em situação de rua, errância.

ABSTRACT

BOECHAT, C. *Distante do divã, perto do real: quando a psicanálise alcança as ruas, o que fazem os analistas?* 2021. 165 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This thesis started with the formalization of the work developed with homeless people, through the workshop "Stories to be written", from a psychoanalysis-oriented listening. We sought to answer questions such as: How did the ethics of psychoanalysis take shape in the work developed there? What is an analyst? These were questions I asked myself from the beginning, doing myself an analysis and committed to my training. Therefore, the analyst formation, which, preceding the writing of the thesis, also guides it, becomes thus our guiding thread. In the first two chapters we tried to situate how the psychoanalytic formation is proposed by Sigmund Freud and Jacques Lacan and how I experienced it when working with the streets. We seek to highlight how such training seems to articulate the clinical, political, and epistemic dimensions of psychoanalysis in a given specific way. In the first chapter, "Freud and the social clinics," we situate Freud's ethical, clinical, and political commitment when confronted to the misery resulting from the World War I. We discuss, as an effect of this commitment, the unprecedented expansion of psychoanalytic clinics, the formulation of the concept of *death drive*, but also the deviations that the orthodox turn regarding didactic analysis and the dilution without observance of ethical principles in the "analytic-based therapies" provoked. In the second chapter, "Lacan and the politics of psychoanalysis", we follow Lacan in his criticism of the degradation of post-Freudian psychoanalysis, in "Variants of the standard treatment". We find there the orientation that an analysis, standard or not, is what is expected from a psychoanalyst, because there is a common operator that presents itself in both situations: the analyst. Also, in the second chapter, we follow the creation of the School by Lacan, as his political, epistemic and clinical response to disentangle psychoanalytic teaching and training from the paths it had been led to. It was by launching the "School" that Lacan could advance the question "what is an analyst?" Through the School, this fundamental question, referring to what happens "in" the analytic practice, could be topologically articulated with the "outside", unveiled by the horizon of the subjectivity of an epoch. Finally, in the third chapter entitled "History is written", our goal is to point out the lessons that were unveiled concerning the clinical work that took place in the workshop, revealing the *wandering* as one of the names of the real that the streets presented us with. When we reach the streets with psychoanalysis, on the side streets, back streets and "ghettos", in the chaotic hustle and bustle of the city, on the margins of the road of the Name of the Father, we learn to look for the "cardinal points" that can be used as paths, showing that the wanderings have their own methods. Located in the junction between clinic and politics, the analyst has the task of betting on the emergence of the difference, on the *desegregative* approach of the errant *jouissance*, on the diversity of bonds, becoming "the one who follows" the atypical solutions.

Keywords: psychoanalysis, politics, training, homeless population, wandering.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	FREUD E AS CLÍNICAS SOCIAIS	17
1.1	Uma abertura sem precedentes.....	17
1.2	Os despojos clínico-conceituais da Primeira Grande Guerra.....	20
1.3	IPA: a pedra angular do plano de ação freudiano.....	21
1.4	A República de Weimar e a Viena Vermelha: democracia e psicanálise.....	23
1.5	A <i>Poliklinik</i> de Berlim.....	26
1.6	O <i>Ambulatorium</i> de Viena.....	29
1.7	Expansão e standardização:.....	32
1.8	O privilégio da terapêutica <i>versus</i> a análise leiga.....	36
1.9	O fechamento das clínicas sociais de psicanálise e a recusa do político.....	40
1.10	A desjudaização da psicanálise alemã.....	43
1.11	A língua-pele alemã.....	49
1.12	Freud: "um liberal à moda antiga".....	53
1.13	“Duas retas paralelas”: uma mesma psicanálise?.....	58
2	LACAN E A POLÍTICA DA PSICANÁLISE	62
2.1	Retorno aos fundamentos da psicanálise.....	62
2.2	O “sem-padrão” das variantes.....	64
2.3	A cisão de 1953 e a excomunhão de 1964.....	72
2.4	Sacrilégio e excomunhão.....	76
2.5	A Escola e o “dever que lhe compete no mundo”.....	80
2.6	2.6 Psicanálise pura.....	84
2.7	Psicanálise Aplicada ao tratamento.....	86
2.8	“Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”.....	90
2.9	AE e AME.....	94
2.10	Intensão e extensão.....	98
2.11	A Escola e a política lacaniana.....	101
3	ESCREVE-SE HISTÓRIA	104
3.1	Consultório na rua.....	104
3.2	Núcleo de Pesquisa “Práticas da Letra”.....	116

3.3	Ateliê “Escreve-se história”	117
3.4	Quando não há estrada principal, nem sequer letreiros	125
3.5	A errância iterada e o itinerário errante	128
3.6	Vinhetas clínicas	134
3.6.1	Caso B. A.: a errância na escrita das margens	134
3.6.2	Claudionor: o mapa de uma errância e o alfabeto do lastro	142
	CONCLUSÃO	147
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

INTRODUÇÃO

As questões que busco investigar através da pesquisa empreendida no Doutorado começaram a se esboçar a partir do trabalho iniciado em 2012, no Consultório na Rua, do Centro do Rio de Janeiro – um dispositivo da atenção primária do Sistema Único de Saúde (SUS), que oferta atendimento em saúde à população em situação de rua na região central da cidade, através das idas diárias a esses espaços urbanos e também pela atuação na Unidade Básica de Saúde onde se insere. Essa primeira experiência de trabalho nas ruas marca o encontro com certa radicalidade dos desarranjos dessa população com suas formas de gozo, desveladas sob a forma da errância, violência e toxicomania, mas também nos ensina sobre soluções delicadas e potentes, renovadas formas de laço, ainda que estabelecidos no extravio de normas sociais.

Alguns sujeitos vivem há décadas nas ruas, sustentando-se por meio de delírios estruturados em torno de pontos de referência fixos, que possibilitam estabilizações criativas e toda uma autonomia que, por sua vez, às vezes, permitem que uma psicose se organize sem qualquer marca de passagens por dispositivos de Saúde Mental. Há também a rua, que localiza o resto de um sistema, que aponta para aquilo que não funciona; resto que constitui sintoma social. Diferentemente de um serviço de saúde ao qual um usuário pode se dirigir, nas idas da equipe do Consultório na Rua ao território, muitas vezes a aproximação se dava sem nenhum endereçamento prévio de alguma questão por parte das pessoas em situação de rua. Era a própria equipe que, em muitos momentos, antecipava-se na aproximação. Essa característica de trabalho do Consultório na Rua nos levava ao encontro de sujeitos sem adesão a quaisquer tratamentos, entregues aos mais diversos tipos de adoecimentos e que, frequentemente, não esboçavam qualquer tipo de demanda às instituições, e até mesmo resistiam às ofertas que lhes eram feitas.

Observamos também, muito marcadamente, a incoerência das respostas políticas do Estado que, em nome da “garantia de direitos”, muitas vezes promove processos de segregação. Se a loucura, a desmedida e os excessos foram, por muitos anos, no contexto da Saúde Mental, enclausurados nos hospitais psiquiátricos, a Reforma Psiquiátrica Brasileira realizou um expressivo trabalho de desinstitucionalização da loucura. Já não mais escondida nos manicômios, assistimos hoje ao retorno da desmedida que o real do gozo nos apresenta, circulando “forasteiramente” nas ruas da cidade. Essa circulação não

justifica, entretanto, o retorno ao enclausuramento, mas nos convoca a cavar lugares que possam alocar a heterogeneidade desses arranjos.

Diante dessa desordem, percebemos as tentativas de segregar a pobreza para as margens da cidade – reforçar a segurança através de aparatos policiais e militares, por exemplo –, com as frequentes ações de recolhimento compulsório implementadas pelas Secretarias de Desenvolvimento Social e Segurança Pública, que retiram as populações das áreas centrais da cidade, levando-as para abrigos em zonas periféricas, em ações diárias. Outra resposta que desponta com clareza nesse cenário é a oferta de encaminhamento dessas populações para as Comunidades Terapêuticas, entidades religiosas que pautam seu funcionamento pelo isolamento social e imposição de ideais religiosos – as quais se tornaram alvo do investimento orçamentário do Governo, indo contra as diretrizes da Reforma Psiquiátrica.

A psicanálise, contudo, é regida por outra ética: não se trata de trabalhar em nome do significante mestre de seu tempo, onde o “para todos” se impõe como pedido de intervenção pela manutenção da ordem pública através de ações de cunho segregatório ou mesmo assistencialista. A presença da psicanálise na cidade não opera em nome do discurso capitalista, mas garimpa a miudeza do caso, a singularidade das invenções de que o sujeito lança mão para se virar na vida. Através do Consultório na Rua, nesse garimpo das margens discursivas da cidade, recolhi algumas questões: qual é o alcance da psicanálise face ao real da violência e da segregação que comparece nas ruas de forma tão radical? Como sustentar o lugar dos achados clínicos em uma direção de trabalho partilhada na instituição? Orientados pela política da psicanálise, como operar nas brechas do discurso do mestre, no tocante às políticas públicas que incidem sobre os serviços de Saúde Mental, escavando lugares para a singularidade do caso-a-caso?

Essas questões encontraram acolhimento no Núcleo de Pesquisa “Práticas da Letra”, que faz parte do Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro, e funciona na Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Rio. A aproximação com o núcleo “Práticas da Letra”, coordenado à época por Ana Lucia Lutterbach Holck e Ana Tereza Groisman, teve como ponto de partida nosso interesse pelos temas ali investigados e que interrogam os “usos possíveis da psicanálise na cidade”, convocando a psicanálise a “estar nas ruas, de portas abertas a quem possa interessar testemunhar sua experiência”, seja “uma experiência traumática, a angústia cotidiana, ou, ainda, sobre o fracasso do amor em fazer existir a relação sexual” (LUTTERBACH-HOLCK, 2014, p. 43).

Foi através dessa aproximação com o Núcleo de Pesquisa “Práticas da letra” que, em supervisão com Ana Lucia Lutterbach Holck, surgiu a ideia de um ateliê nas ruas que oferecesse a possibilidade de um encontro com uma escuta orientada pela psicanálise; um ponto fixo de funcionamento nas ruas da cidade. Nesse período, depois de dois anos no Consultório na Rua, decidi trabalhar em um Centro de Atenção Psicossocial para usuários de Álcool e outras drogas (CAPS-ad III) e, nesse contexto, o ateliê “Escreve-se história” foi o dispositivo que pude inventar para continuar em contato com o trabalho desenvolvido com as ruas. Posteriormente, vale ressaltar, o dispositivo do ateliê “Escreve-se história” foi utilizado no trabalho territorial que realizei no CAPS-ad, quando, semanalmente, acompanhava três cenas de uso, as chamadas “cracolândias”, na comunidade do Cajueiro, de 2015 a 2017.

Quando foi pensado, em 2014, a proposta era de que o ateliê “Escreve-se história” não saísse em busca das pessoas que vivem nas ruas, mas que tivesse um ponto fixo de funcionamento, que ofertasse a escuta e escrita das histórias das pessoas que se interessassem. De 2014 a 2019, o ateliê funcionou semanalmente em uma esquina da Central do Brasil, a partir do anúncio em uma tela vazada: “Escreve-se história”. A tela onde se lê o anúncio é feita com letras confeccionadas a partir de restos, como sola de havaianas, espelho, pulseira e tampas de embalagens, que se fixam por correntes às bordas da moldura.

Uma dupla de psicanalistas se senta em banquinhos, embaixo da tela, e um terceiro banquinho é reservado às pessoas que se aproximam. A partir dessa oferta, que às vezes intriga e é tomada como incógnita, algumas pessoas nos perguntam que tela é aquela ou o que fazemos ali. Dizemos algo como: “caso queiram nos contar uma história, podemos escrevê-la e entregá-la, ao final, para você”. São muitos os estranhamentos: “Mas qual história?”; “É pra escolher uma só?”; “Por que você se interessa?”; ou “O que vai fazer com ela”? A experiência do ateliê “Escreve-se história”, nesse sentido, já ensina que, com nossa ida às ruas para recolher as narrativas enunciadas e endereçadas sem o anteparo da instituição, aqueles que se aproximam têm que pôr algo de si diante do enigma da nossa presença, desarticulada de um ideal universal.

Enquanto o primeiro integrante, que se oferece como destinatário, ouve a história, o segundo, que opera como uma espécie de “escrevente”, permanece em silêncio. Ele registra, por escrito, os pontos que se destacam na fala de um sujeito quando ele toma a posição de narrador de sua própria experiência. Ao final, oferecemos o original a quem nos contou a história e ficamos com uma cópia do material escrito, oferecendo também a

possibilidade de a pessoa retornar. Caso seja de seu interesse, damos um cartão com data e horário do próximo encontro.

Esse dispositivo, tão atípico, permite-nos ocupar, às vezes, uma posição fora do enquadre, como se, por nossa presença, restasse um *x* a ser decifrado. Oferta-se a escuta e a escrita daquilo que, na abertura ao imprevisto, em uma fala, precipita-se, ressoa. A moldura da tela é a materialidade do convite, da presença que, como objeto, oferta-se ao uso que cada um poderá fazer dos achados que, por sua vez, podem, contingencialmente, produzir-se nessa experiência, causada pelo desejo decidido de ler a cidade de nosso tempo, inventando formas de ocupá-la.

Essa ocupação pela qual entramos nas ruas da cidade, embora tenha como bússola a psicanálise, não dá margem a experiências que, possivelmente, poderão ser chamadas de tratamento. Do ponto de vista mais formal, que tampouco demarca o que é um tratamento por si só, há uma radicalidade no despojamento do *setting*. Os atendimentos são feitos em meio a carros e transeuntes, aos ruídos da cidade; seus restos. Também não há pagamento, nem previsão de recolhermos os efeitos do só-depois – muitas vezes, esse depois, inclusive, não existe. Ainda assim, considerando o que tomamos como bússola, cabe perguntarmos: operará a psicanálise – ainda que de forma distinta – no espaço aberto das ruas, na ausência de pagamento, na incerteza do retorno? Antes disso, por que a psicanálise se voltaria a um campo com configurações tão díspares, campo tão distante do divã? Por fim, o que acontece quando um psicanalista se vale de sua posição ética e política para se infiltrar na desordem dos tecidos discursivos urbanos?

Pelo desejo de inscrever essas questões junto à Academia, remeti-me ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Enderecei-me à Professora e Pós Doutora, Heloisa Caldas, cuja precisão clínica e rigor teórico sustentados na linha de pesquisa “Violência, linguagem e corpo” são valiosos para esta tese. Em sua pesquisa, Heloisa Caldas toma como eixo as marcas a partir das quais se organiza a realidade subjetiva – marcas próprias ao encontro do corpo com a linguagem, violento e traumático em si –, e suas consequências no âmbito civilizatório. Caldas afirma que essas marcas “se transmitem para o corpo social e ecoam em suas políticas públicas” (CALDAS [org.], 2017, p. 126), ponto crucial para a pesquisa que se articula nesta tese.

A fim de formalizar as respostas e impasses que encontramos no trabalho desenvolvido desde 2012 com as populações em situação de rua e, em especial, através do ateliê “Escreve-se história”, apresentaremos agora o caminho de nosso plano de

trabalho, buscando subsídios na obra de Sigmund Freud e no ensino de Jacques Lacan. Trata-se de um esforço de discernirmos a legitimidade do interesse da psicanálise pela dimensão política e da tentativa de balizar melhor o que fundamenta a pertinência de tomar a psicanálise como bússola em um campo com condições tão atípicas.

No primeiro capítulo, intitulado “Freud e as clínicas sociais”, apontaremos que a psicanálise, desde seu nascedouro, pelo desejo de Freud, não se exime das desordens que lhe são contemporâneas. Exemplo disso foi como a Primeira Guerra Mundial, frente aos desarranjos político-sociais por ela provocados na subjetividade, constituiu-se como pano de fundo para Freud quanto à expansão do movimento psicanalítico para além dos consultórios particulares. Em 1918, com o mundo arruinado pelo conflito global, Freud, em seu pronunciamento, “Caminhos da terapia Psicanalítica” (1918/2010), propõe um projeto de expansão sem precedentes quanto ao alcance da psicanálise para as “amplas camadas populares, que tanto sofrem com as neuroses” (FREUD, 1918/2010, p. 291) e que resultou na criação das clínicas sociais. Nosso intuito, ao discorrer sobre o contexto de expansão sem precedentes da psicanálise através das clínicas sociais, em especial através da *Poliklinik* de Berlim, é discernir como o comprometimento de Freud com as desordens de seu tempo foi um elemento que possibilitou o avanço da própria psicanálise, inclusive na medida em que a elaboração do conceito fundamental da pulsão de morte parece se configurar como um dos nomes do real que o começo do século XX marcadamente apresentou.

Pretendemos demonstrar também como se conjugou a sistematização gradativa da formação dispensada aos candidatos a analistas nas clínicas sociais, apontando que tal expansão fora acompanhada de inúmeras discussões nas sociedades psicanalíticas relacionadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA), a fim de assegurar uma formação de qualidade aos praticantes, mas que acabou por se configurar, como apontaremos, paradoxalmente, como uma guinada ortodoxa dentro do movimento psicanalítico. Nessa guinada, a standardização promovida pela IPA não deixou de colocar a perder o avanço das clínicas sociais de psicanálise, já deteriorado pela instauração do regime nazista. Assim, verificaremos que, apesar de ter agravado e acelerado o recrudescimento das iniciativas sociais da psicanálise europeia, o nazismo não foi o único responsável pela deturpação da psicanálise e de suas iniciativas libertárias e democráticas – a standardização ipeísta, a medicalização e o combate à análise leiga já estavam em pauta, antes mesmo da ascensão do nazismo.

Com a instauração do nazismo, contudo, os analistas alemães, pautados pela ânsia de respeitabilidade, acabaram por colocar a psicanálise a serviço do Estado, ao preço de perder a independência de sua práxis, dando lugar a posições, não só conservadoras, mas também avessas ao gênero humano e à própria descoberta freudiana. Por fim, importa situar também que o nazismo determinou um exílio em massa dos analistas judeus, sobretudo alemães e austríacos, que portavam o *elán* do pensamento e da clínica psicanalítica daquele período – a começar pelo próprio Freud, para os países anglo-saxões. Essa diáspora acarretou a dissolução de várias clínicas sociais, a interrupção de inúmeras análises, supervisões e discussões clínicas – dano que ocasionou a desintegração do movimento psicanalítico na Alemanha.

Entre meados da década de 1920, mas, principalmente, ao final da década de 1930, verificamos que a proposta inicial das clínicas sociais, que era a conjugação da formação com a expansão do campo psicanalítico, acabou por originar a percepção, até hoje bastante recorrente, de que haveria dois tipos distintos de psicanálise. Por um lado, temos a análise didática, específica para a formação dos analistas, que se tornou uma prática rígida, com frequência de seis vezes na semana, horário fixo, a recomendação de roupas discretas para o analista; uma parafernália burocrática, sem respaldo de uma discussão crítica quanto aos fundamentos da prática analítica. Por outro lado, houve também a multiplicação de aplicações da psicanálise extremamente rasas e distorcidas, afastadas da discussão sobre seus princípios, e que acabaram por incorrer em uma posição, de certa forma, benevolente, como se a terapêutica analítica pudesse ser benéfica ao mundo. Tal expansão, portanto, tornou-se um problema para a psicanálise, na medida em que, igualmente, promoveu sua descaracterização.

No segundo capítulo, intitulado “Lacan e a política da psicanálise”, buscaremos subsídios no ensino de Jacques Lacan para adentrarmos essa discussão sobre a bifurcação que diferenciava as análises didáticas e as terapias de base analíticas, através do escrito “Variantes do tratamento-padrão” (LACAN, 1955/1998). Interessa-nos vivamente a crítica que Lacan realiza neste texto porque ele não se atém à diferenciação entre o “tratamento-padrão” – com o qual podemos alinhar as análises didáticas – e suas “variantes” – onde estariam localizadas as terapias de base analítica. Como Luciano Elia indica, trata-se de “Variantes de um padrão faltoso, variantes sem padrão” (2004, p. 4). Ao contrário de se ater a uma redução simplista, Lacan aponta para uma conjunção fundamental: “uma psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um

psicanalista” (1955/1998, p. 325), extraindo do binário “padrão-variantes” o operador em comum: o psicanalista.

Assim, se uma análise, padrão ou não, é o que se espera de um psicanalista, é imprescindível que possamos nos deter na discussão que Lacan empreende acerca do psicanalista, em especial no tocante às análises didáticas. Esse é um ponto central do qual Lacan vai se ocupar, bem mais tarde, em 1964, ao romper com a IPA e fundar a Escola Francesa de Psicanálise. Através da leitura do “Ato de fundação” (1964/2003), apontaremos para a criação da Escola de Lacan como uma resposta clínico-política que, para fazer valer a questão “o que é o analista?”, articula o “dentro” da formação – ou seja, os fundamentos da prática analítica – com o “fora”, descortinado pelo horizonte da subjetividade de uma época. Em 1964, Lacan adentra essa discussão através dos conceitos da “psicanálise pura”, “psicanálise didática” e “psicanálise aplicada” à terapêutica (1964/2003, p. 236-237). Contudo, acompanhando Sérgio Laia (2017a), entendemos que, apesar de distintas, parece que a psicanálise pura opera como um orientador contínuo da prática da psicanálise, mesmo quando aplicada à terapêutica. Assim não parece haver uma separação estanque que distinga psicanálise “pura” da “aplicada”, subvertendo, desse modo, o que se concebe como “psicanálise didática” a partir da IPA.

Em seguida, ainda no segundo capítulo, partiremos para o texto “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (LACAN, 1967/2003), em que Lacan oferece dois novos conceitos em torno dessa mesma questão: a “psicanálise em intensão” e a “psicanálise em extensão” (1967/2003, p. 251). Essa nova proposta de Lacan parece indicar que a condição para que a psicanálise possa inscrever sua presença no âmbito civilizatório, via *extensão*, daqueles que funcionam como analistas, é que a Escola mantenha viva a questão que interroga “o que é o analista?”, pois é justamente das respostas enunciadas a cada vez em torno dessa hiância (própria ao conceito de analista) que a intensão é colocada à prova quanto aos operadores de seu campo. Nosso intuito final, com essa discussão, é depreender as consequências do deslocamento lacaniano que conjuga a intensão à extensão, e interrogar quais são as “consequências clínicas, institucionais e políticas do fato que o interior e o exterior não mantêm uma relação de exclusão absoluta, mas relativa” (BASSOLS *apud* RÊGO BARROS, 2018, p. 89).

Todo esse percurso nos servirá de subsídio para, no terceiro capítulo, apresentarmos o trabalho desenvolvido com as populações de rua do centro do Rio de Janeiro, a partir de uma escuta orientada pela psicanálise, procurando averiguar como a psicanálise pode servir a essa experiência tão radicalmente “fora” do dispositivo analítico e dimensionando em

que os ensinamentos advindos dessa experiência podem contribuir com a própria psicanálise. O terceiro capítulo se voltará ao ateliê “Escreve-se história” porque esse dispositivo é o *modus operandi* que encontramos para “produzir a presença do real do inconsciente na cidade” (VIEIRA, 2018. Sem página).

Em “Clínica da miséria” (2002), Serge Cottet, ao se voltar para práticas da psicanálise fora do modelo *standard*, pergunta se a psicanálise estaria viva e à altura dos impasses de seu tempo. O autor parte da hipótese de que, quanto mais “longe do divã”, na distância revelada pelas “periferias e instituições”, mais estaria em jogo a aproximação de um real: “esse real difícil de simbolizar, do qual testemunham a psicose, o autismo, a toxicomania, a delinquência, etc” (COTTET, 2002, p. 60). Ou seja, “longe do divã”, afastados do *setting* tradicional da experiência analítica, há ainda outras possibilidades de nos aproximarmos dos pedaços opacos do real, pela desmedida do gozo desvelada na errância, na violência, nos excessos e na segregação que as ruas, por exemplo, nos apresentam, e podem também nos convocar do lugar de analistas. É em busca das respostas que a psicanálise pode dar a esse real que as ruas nos trazem de forma tão desnudada e radical que nos voltamos para esse campo de investigação aberto.

Assim, tendo como bússola a perspectiva do que as cidades podem elucidar em relação ao funcionamento inconsciente, perguntamos: ainda que os encontros que acontecem nas ruas da cidade possam não se configurar como tratamento, o que eles ensinam sobre nossa época e como eles contribuem para a prática da psicanálise? Haverá um real nas ruas que se apresente, digamos assim, a céu aberto e, portanto, mais a descoberto e menos opaco? Qual será o alcance da psicanálise face a esse real que comparece nas ruas de forma tão radicalmente segregada? São essas questões que, devidamente investigadas nesta tese, justificam o título que lhe conferimos: quando a psicanálise alcança as ruas, o que fazem os analistas?

1 FREUD E AS CLÍNICAS SOCIAIS

1.1 Uma abertura sem precedentes

A psicanálise, desde seu nascedouro, pelo desejo inaugural e incansável de Sigmund Freud, não atravessa incólume as vicissitudes do mundo que habita. As desordens que lhe são contemporâneas a instigam, provocam-na a avançar por desafios renovados de épocas distintas; circunscrevem nomes do real que um tempo apresenta. Exemplo disso foram os ensinamentos extraídos por Freud da Primeira Guerra Mundial, também conhecida como a Primeira Grande Guerra, que varreu a Europa entre os anos de 1914 e 1918. Precisamente em 28 de setembro de 1918, quando a Guerra já estava praticamente perdida pela coalisão constituída pela Áustria-Hungria e Alemanha, Freud, no âmbito do V Congresso Psicanalítico Internacional, que teve lugar na Academia Húngara de Ciências de Budapeste, apresenta seu pronunciamento, intitulado “Caminhos da terapia Psicanalítica” (1918/2010).

Nessa ocasião, após quatro anos de um conflito impiedoso que fez milhões de mortos e feridos, Freud (1918/2010 p. 291) expõe seu posicionamento frente à amplitude dos traumatismos e aos terríveis desarranjos sociais causados, demarcando a necessidade de um engajamento da psicanálise na reconstrução de um corpo social assolado pela catástrofe. Freud inicia seu discurso dizendo que, depois de “anos de separação e duras provas” atravessados na Guerra, ele gostaria de “fazer um balanço do estado atual da nossa terapia”, a fim de “ver em que novas direções ela poderia se desenvolver [...] impellido a rever a posição” no tocante ao procedimento terapêutico da psicanálise, assim como a “ver em que novas direções ela poderia se desenvolver” (FREUD, 1918/2010, p. 280).

É notável a pronta abertura freudiana no sentido de colocar à prova a operatividade da clínica psicanalítica, diante do contexto mundial inédito suscitado pela Grande Guerra: “Na abundância de miséria neurótica que há no mundo, e que talvez não precise haver, o que logramos abolir é qualitativamente insignificante” (FREUD, 1918/2010, p. 291).

O que Freud pretendia, em sua relação com a psicanálise? Qual era a sua visada mediante os restos inassimiláveis da Grande Guerra? Ao final de seu texto, ele incide diretamente sobre essa questão, dizendo que sua proposta pode parecer “uma situação que

pertence ao futuro, que para muitos soará fantástica” (FREUD, 1918/2010, p. 290). Àquela altura, o número ainda reduzido, tanto de psicanalistas, quanto de pacientes, não oferecia o vislumbre de um futuro muito promissor à psicanálise, já que a possibilidade de ela recair em um solitário elitismo não era remota. É preciso recordar que, até então, a atuação psicanalítica se restringia às análises conduzidas nos consultórios particulares.

No entanto, a aposta de Freud, firme e decidida, era de que havia condições de que seu projeto pudesse promover uma extensão sem precedentes do alcance da psicanálise que, àquela altura, ainda era uma prática relativamente restrita e elitizada, que se via inoperante em relação às “amplas camadas populares, que tanto sofrem com as neuroses”, com as quais “nada podemos fazer atualmente” (FREUD, 1918/2010, p. 291). Alguns anos mais tarde, já em 1923, Freud dirá, em retrospectiva, que: “Se a psicanálise, em paralelo a sua importância científica possui um método terapêutico e está em condições de auxiliar os homens na luta por suas realizações culturais”, esse auxílio deve se estender “a todos aqueles que são pobres demais para financiar um tratamento” (FREUD, 1923/1998, p. 441. Tradução livre). O desafio lançado era de que fossem promovidas clínicas gratuitas de atendimento psicanalítico, uma vez que “as neuroses não afetam menos a saúde do povo que a tuberculose” (FREUD, 1918/2010, p. 291).

Trata-se, pois, conforme Sérgio Laia explicita em seu artigo “Prática distante do divã” (2003a), de um texto freudiano a ser tomado como um projeto; uma estratégia de manter viva a psicanálise em um mundo que “encontrava-se estilhaçado por seus próprios descaminhos” (LAIA, 2003a, p. 1). É esboçado um plano de ação política da psicanálise mediante o cenário de pós-guerra em uma Europa devastada, em que se evidenciavam a pobreza e a vida miserável de grande parte da população. A Guerra e os desarranjos por ela provocados não se dissociam, portanto, do plano de ação forjado por Freud. Ao contrário, constituem-se como pano de fundo que o motiva na concretização da expansão do movimento psicanalítico. Assim, seria preciso que a consciência da sociedade pudesse despertar para essa dura realidade, de forma a se organizar para a criação de instituições psicanalíticas que se voltassem a essa parcela esquecida da população:

Esses tratamentos serão gratuitos. Talvez demore muito até que o Estado sinta como urgentes esses deveres. As circunstâncias presentes podem adiar ainda mais esse momento. Talvez a beneficência privada venha a criar institutos assim; mas um dia isso terá de ocorrer (FREUD, 1918/2010, pp. 291-292).

Como rememora Laura Sokolowsky, em seu livro *Freud, le berlinois: du Congrès de Budapest à l'institut de Berlin – 1918 a 1933* (2013), é preciso ter em mente que esse pronunciamento de Freud acontece diante de uma plateia composta, não apenas por psicanalistas e médicos militares, mas também e, ineditamente, por autoridades governamentais austríacas, alemãs e húngaras, presentes na ocasião do V Congresso (2013, p. 15).

Conforme Sokolowsky esclarece, entre os anos de 1917 e 1918, o morticínio ocasionado pela Guerra que se estendia há quase dez anos levou um número enorme de soldados a recorrer aos serviços de saúde (2013, p. 15). Tornou-se patente a dificuldade dos médicos militares na lida com as neuroses de Guerra, já que os tratamentos por eles conduzidos se centravam, basicamente, na aplicação de choques aos soldados traumatizados.

Sándor Ferenczi aponta em seu trabalho, “*Psychanalyse des névroses de guerre*” (1919/1982), que a experiência com os soldados demonstrava que os choques elétricos administrados pelos médicos militares funcionavam como uma espécie de punição: eles pareciam tentar substituir a aversão pelo campo de batalha pela aversão ao choque (FERENCZI, 1919/1982, p. 28). A voltagem das cargas elétricas, aumentada sistematicamente, na medida em que os soldados não apresentavam a melhora esperada, chegava a levar à morte muitos desses combatentes (SOKOLOWSKY, 2013, p. 16).

Por outro lado, psiquiatras de formação psicanalítica, como Max Eitingon ou Ernest Simmel, recolheram resultados relevantes no tratamento, ao incidirem sobre a verdade singular em jogo no adoecimento. Segundo Peter Gay (1989, p. 346) aponta na biografia *Freud: uma vida para nosso tempo*, tais trabalhos esclareciam que não se tratava de um fingimento destinado a livrar os soldados dos campos de batalha. A realização do Congresso de Budapeste, em 1918, com a apresentação de diversos trabalhos de psiquiatras de formação analítica na clínica com os combatentes, punha em cena a causalidade psíquica em jogo no adoecimento.

Segundo Gay, a partir da atuação dos psicanalistas com os soldados, havia crescido a consciência, tanto entre os médicos servindo aos aliados, quanto aos das Potências Centrais, de que apenas uma parcela mínima fingia sua doença (1989, p. 346). Contudo, as consequências teóricas em relação à repetição do desprazer – que acontecia, por exemplo, em relação aos sonhos dos combatentes – serão formuladas por Freud de forma mais elaborada na segunda parte de “*Além do princípio do prazer*” (1920/1996). Conforme comentaremos mais detalhadamente, no subitem a seguir, a pulsão de morte,

conceito tão caro à psicanálise, surge, nesse contexto, como uma consequência teórica depreendida da Guerra.

1.2 Os despojos clínico-conceituais da Primeira Grande Guerra

Foi por não recuar diante das questões que interrogavam seu tempo que Freud pôde tirar consequências decisivas e inéditas, por exemplo, da repetição do desprazer nos sonhos dos traumatizados da Guerra, que não cedia, mesmo já tendo sido interpretada. Esse caráter persistente do sofrimento conduziu Freud à constatação de que havia, no homem, algo que o atraía para a dor e não visava a seu bem-estar.

Dois anos após o fim da Guerra, em 1920, diante da irrefutabilidade dessas constatações, Freud irá escrever o texto “Além do princípio do prazer” (1920/1996), defendendo a ideia de que, em tudo o que é vivo, existe o *além* do princípio do prazer; ou seja, em tudo o que é vivo, opera também a pulsão de morte.

Este conceito fundamental para a psicanálise foi proposto por Freud como uma tendência que levaria à eliminação da estimulação do organismo e tem como objetivo a descarga, a supressão das tensões e, por fim, a morte, manifestando-se como “compulsão à repetição”: “[...] chegamos agora a um fato novo e digno de nota, a saber, que a compulsão à repetição também rememora do passado experiências que não incluem possibilidade alguma de prazer” (1920/1996, p. 31). A compulsão à repetição, portanto, demonstra que o funcionamento do psiquismo não busca apenas o prazer, mas também goza, de forma paradoxal, na repetição do sofrimento.

O grande morticínio que ocorreu entre 1914 e 1918, “com verdades cruas sobre a selvageria humana nos combates” (GAY, 1989, p. 363), não se separa das formulações essenciais de Freud acerca da pulsão de morte, como um dos nomes do real que aquele tempo marcadamente lhe apresentou. A Guerra teve uma influência determinante sobre o pensamento e a clínica freudiana. Destacamos duas consequências distintas, porém articuladas, que a Guerra teve na elaboração de Freud: a primeira é sua inclinação à extensão da clínica analítica para o campo social e a segunda é a elaboração do conceito da pulsão de morte.

Contudo, a aparente distinção que, a princípio, apresenta-se nessas duas consequências é dissolvida quando situamos que a chegada da psicanálise aos *fronts* de batalha – para além de alargar as fronteiras do campo psicanalítico, diante do plano de ação freudiano apresentado no Congresso de Budapeste – implica também um avanço importantíssimo da teoria psicanalítica pela elaboração do conceito de pulsão de morte.

Ou seja, aqui, a separação entre o plano de ação que expandia o alcance da psicanálise e a elaboração conceitual sobre a pulsão de morte borram seus limites, ao evidenciarem a articulação política entre a expansão das clínicas sociais e o avanço da teoria psicanalítica.

Todavia, para que possamos adentrar com mais clareza e propriedade nesse período de franca expansão da psicanálise, é imprescindível que façamos um breve retorno ao contexto de surgimento da “Associação Psicanalítica Internacional”, a IPA, em 1910. Afinal, o objetivo da fundação e o estabelecimento do funcionamento da “Associação Psicanalítica Internacional” funcionaram como uma espécie de “pedra angular” do plano de ação empreendido por Freud, no tocante ao alargamento das fronteiras do movimento psicanalítico, que se consolida como projeto de ação prática, oito anos mais tarde, em seu pronunciamento no Congresso de Budapeste. A psicanálise se expandiu na medida em que passou a contar com o aparato institucional internacional da IPA, que visava a resguardar o cerne da prática analítica, tendo em vista que ela começava a expandir seus domínios.

1.3 IPA: a pedra angular do plano de ação freudiano

A “Associação Psicanalítica Internacional” surge do desejo de Freud de expandir o alcance da psicanálise, para além da Sociedade Psicanalítica de Viena, nascida do grupo de analistas e médicos que Freud passou a reunir nas noites de quarta-feira, “com a intenção expressa de aprender, praticar e difundir a psicanálise” (GAY, 1989, p. 170). Contudo, a maioria dos integrantes desse grupo era formada por judeus vienenses e Freud, precocemente, passou a não ver, nessa característica, muita vantagem, já que seu propósito era o de estabelecer bases mais amplas para o movimento psicanalítico.

Em 1907, quando a psicanálise começava a ser discutida em outros países, já se revelava a vontade de Freud de formar “um grupo maior que trabalhasse por ideais práticos” (JONES, 1958/1989, p. 80). De acordo com Peter Gay, entre 1907 e 1908, a afluência dos visitantes estrangeiros às noites de quarta-feira e sua presença assídua em Viena eram notórias: Max Eitingon, Carl G. Jung, Ludwing Binswanger, Karl Abraham e Ernest Jones eram alguns dos novos adeptos que passaram a frequentar Viena (GAY, 1989, p. 175). Na concepção de Gay, o recrutamento de interessados pela psicanálise “assemelhava-se à correspondência de um general planejando campanhas ou de um diplomata angariando aliados” (1989, p. 207) – o que não era visto com bons olhos pelos

analistas vienenses que se sentiam preteridos com relação ao acolhimento generoso de Freud aos estrangeiros em seu programa de ação.

A proposta de fundar a IPA surgiu no Primeiro Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Salzburgo, na Áustria, em 27 de abril de 1908 (GAY, 1989, p. 210). Contudo, a IPA foi fundada apenas no Segundo Congresso Internacional de Psicanálise, que teve lugar em Nuremberg, na Alemanha, em março de 1910. A proposta só veio a confirmar a suspeita dos vienenses dessa visada internacional em relação à psicanálise: “Julguei”, escreveu Freud, retrospectivamente, “que a conexão com Viena não era uma recomendação, mas antes um obstáculo ao jovem movimento” (FREUD, *Apud* GAY, 1989, p. 210). Nas palavras de Freud, naquela ocasião, “o movimento só poderia sobreviver se expandisse suas fronteiras para além da comunidade judaica” (FREUD *apud* GROSSKURTH, 1992, p. 65).

Gay afirma que o surgimento da IPA se dá em um contexto em que Freud buscava imprimir à causa psicanalítica uma orientação firme, que pudesse sobreviver a seu fundador, através de institutos de formação, ainda inexistentes, mas que, em funcionamento, pudessem garantir a autenticidade do ensinamento: “Foi isso e nada mais que eu quis realizar fundando a Associação Psicanalítica Internacional”¹ (FREUD *Apud* GAY, 1989, p. 210). A fundação da IPA buscava consolidar uma proposta de formação internacional, na qual “os grupos psicanalíticos existentes inscreveram-se como sociedades filiadas à Associação Internacional e não muito depois, novos grupos se formaram” (JONES, 1958/1989, p. 84).

Nas palavras do próprio Freud, a IPA consistia em um ato de defesa da psicanálise, a favor de seus princípios conceituais e clínicos:

Julguei necessário formar uma associação oficial porque temia os abusos que a psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular. Deveria haver alguma sede cuja função seria declarar: Todas essas tolices nada têm a ver com a análise; isto não é psicanálise (FREUD, 1914/1980 p. 56-57).

Separar a psicanálise de práticas ilegítimas que começavam a surgir sob seu nome e, ao mesmo tempo, implementar a visada de garantir uma formação de qualidade, que contasse com critérios epistemológicos e técnicos, foram os motores que levaram à fundação da IPA.

¹ Nota do autor: “Citado por Ludwing Binswanger em *Erinnerrungen na Freud* (1956, p. 42) – Freud a Biswanger, 14 de março de 1911” (GAY, 1989, p. 210).

Jacques-Allain Miller, em seu curso *El lugar y el lazo* (2000-01/2013), entende que a comunidade que se reunia sob o nome da IPA era a resposta de Freud quanto ao problema da psicanálise (2000-01/2013, p. 46). Ao instituir os novos operadores patenteados, como a psicanálise didática, por exemplo, ele tocava no problema da formação dos analistas. A análise didática, aquela à qual se submetiam os candidatos a analista, sob o rigor de quatro sessões semanais de cinquenta minutos, com um analista didata, nomeado pela IPA, durante três anos, foi a via encontrada por Freud para garantir a formação dos analistas. A análise didática é pensada, portanto, como um instrumento essencial de transmissão do método analítico. Miller apresenta essa questão nos seguintes termos:

Freud não vacilou em fazer da palavra *psicanalista* um título, e, por conseguinte instalou uma hierarquia à qual confiou a distribuição exclusiva desse título. Esse dispositivo inventado por Freud, querido por ele, manteve nesta comunidade a ideia de um monopólio. Eis aqui o plano de Freud para a psicanálise (MILLER, 2000-01/2013, p. 17. Tradução livre).

Percorreremos aqui uma breve retomada histórica que situa o contexto da difusão internacional da psicanálise possibilitada pela criação da IPA, como instituição que asseguraria a expansão da psicanálise, para além do seu contexto judaico e vienense de surgimento e, ao mesmo tempo, responderia pela questão da formação de seus analistas. Esse ponto será explorado mais detalhadamente no próximo subitem, no qual buscamos evidenciar como a clínica nascente dos campos de batalha e a expansão internacional da psicanálise não se desvinculam de um cenário político signatário da Primeira Grande Guerra e, como, principalmente, esse plano de ação só pôde ser implementado mediante um panorama florescente de abertura democrática, no pós-Guerra.

Nosso objetivo é demonstrar como a clínica, a política e a *episteme* se enlaçam nesse plano de ação empreendido por Freud. Interessa-nos aqui apontar que a articulação visceral da psicanálise com o campo social não é periférica ao discurso analítico, mas uma exigência interna à estrutura do discurso. Por sua vez, o comprometimento da psicanálise com o campo social pelo que nele havia de desordem clínica revelou uma dimensão absolutamente inédita de desenvolvimento conceitual, assim como da concepção, inauguração e problematização do formato da formação psicanalítica também são decorrentes do acontecimento que foi a Primeira Guerra Mundial.

1.4 A República de Weimar e a Viena Vermelha: democracia e psicanálise

A República de Weimar é o nome dado ao governo estabelecido na Alemanha, no período entre o fim da Primeira Guerra, em 1919, e o início do regime nazista, em 1933. Foi um respiro democrático, no qual a psicanálise pôde encontrar condições propícias a seu florescimento. A origem do nome “República de Weimar” se deve à cidade de Weimar, onde a Constituição da então nascente república alemã foi celebrada, em 11 de agosto de 1919 (FERRAZ, 2009, p. 12).

Em substituição ao Kaiser Guilherme II, que renunciara após a derrota militar, Friedrich Ebert, do Partido Social Democrata, assume o poder, tendo como desafio evitar a fragmentação da Alemanha entre as diversas revoltas locais. Naquele novo país, havia, entre o povo, sentimentos de desânimo, desespero e desilusão, provocados pelas absurdas exigências de compensação feitas pelos países vitoriosos na Primeira Guerra e a decorrente crise econômica, social e política causada por tais reveses (ARAGON; CRAPEZ, 2013, p. 272).

Não apenas na Alemanha teve lugar a “República de Weimar”, mas também na Áustria houve um importante movimento social que veio a ficar conhecido como a “Viena Vermelha”. Em 1921, com o fim da Guerra e o desmembramento da Áustria-Hungria, deu-se a separação entre a Baixa-Áustria e Viena, que se tornou um Estado. A ala da esquerda do partido Social Democrata, que havia dominado o país desde o fim da Guerra, passou a administrar a “Viena Vermelha”.

A cidade passou a ser chamada assim justamente por causa da cor oficial do partido Social Democrata e sua aproximação aos ideais marxistas:

Os princípios que buscavam condições justas para a classe trabalhadora, incluindo moradia, educação, criação de creches, escolas, bibliotecas e vários outros projetos de infraestrutura e apoio, tornaram-se os principais fatores por trás da chamada ‘Viena Vermelha’ (XINHUA, 2018. Sem página).

No entanto, o Partido Social Democrata não era hegemônico e, neste sentido, Peter Gay descreve o início da década de 1920 como um “período febril de experiências sociais marcadas pela tensão política” (1989, p. 407). Os impasses entre a “Viena Vermelha” e as províncias católicas, ou mesmo entre o partido Social Democrata e o Social Cristão, nunca se resolveram inteiramente, pois, apenas em Viena, o Social Democrata era maioria; no restante do país, o controle era exercido pelo partido Social Cristão.

Elizabeth Danto, assistente social americana que realiza um minucioso apanhado do movimento psicanalítico no período entre Guerras, em seu livro *Psicoanálisis y justicia social* (2005/2013), evidencia os transtornos causados em Viena pelo retorno dos funcionários do antigo império e do pessoal militar. Houve uma demanda crescente por habitações, chegando a ocasionar inúmeros despejos e um aumento sem precedentes da população em situação de rua: “inflação, desemprego, insuficiência de capital privado e queda dos salários reais se somavam a uma grande crise de habitação” (DANTO, 2005/2013, p. 57).

Todavia, é essa mesma cidade que, poucos anos mais tarde, vai se tornar uma referência internacional em relação, entre outros aspectos, às notáveis *Gemeindebauten*, áreas residenciais de baixo custo, onde foram construídas cerca de sessenta mil casas para a população em situação de rua. Tanto a “Berlim de Weimar” como a “Viena Vermelha”, apesar de inseridas em um cenário político, social e territorial conturbado, transformaram-se em modelos modernos de reconstrução urbana.

Em ambas as cidades, políticas de planos sociais dos novos governos se vinculavam à recuperação econômica do pós-guerra, instituindo projetos originais de obras públicas em grande escala, juntamente com um desenvolvimento cultural e estético crescente (DANTO, 2005/2013, p. 23). O governo municipal de Viena empreendeu ainda “um ambicioso programa de alojamentos públicos, controle de aluguéis, construção de escolas e assistência aos pobres”, como afirma Peter Gay (1989, p. 407).

Em pouco tempo, um sistema genuíno de promoção sociocultural dava lugar a conferências, bibliotecas, teatros, museus, estádios esportivos e festivais populares. Danto apresenta esse cenário surpreendente de reconstrução da seguinte forma: “O êxito dessas experiências conduziu à confluência de diversas correntes ideológicas que integravam um ponto de vista econômico materialista e centrado no presente com a cultura tradicional, liberal” (DANTO, 2005/2013, p. 55).

Nos treze anos que se passaram entre as duas Guerras, o movimento Social Democrata, presente, tanto em Viena, quanto em Berlim, preparou condições propícias à expansão da psicanálise. Elizabeth Danto, a partir da ampla e minuciosa pesquisa realizada por ela acerca do período de 1918 a 1933, traz muitas evidências orais e escritas que apontam para uma aproximação do movimento psicanalítico com o “núcleo político progressista aliado do contexto cultural da Europa” (2005/2013, p. 25).

Assim, tanto o contexto de radicalização e crescimento da miséria que a Guerra ocasionou – convocando Freud a interrogar o alcance da psicanálise – quanto a resposta

que daí advém – a proposta freudiana da criação das clínicas sociais – encontram-se inextrincavelmente relacionados ao cenário político. A possibilidade mesma de alargamento do discurso analítico no plano social não se dá de forma apartada das discussões de cunho democrático que sucederam o período do pós Guerra. Foi no contexto desses debates – por exemplo, acerca do direito à saúde pública – que a psicanálise pôde se respaldar na ampliação da oferta de tratamentos. Ainda que a posição da psicanálise frente aos ideais seja distinta² da posição política, na medida em que a psicanálise questiona os ideais que a política apregoa, interessa-nos ressaltar, aqui, que foi no bojo dessa abertura democrática que a expansão da psicanálise pôde acontecer.

Conforme explicitaremos no subitem a seguir, o discurso de Freud, em Budapeste, “Caminhos da terapia psicanalítica” (1918/2010), nascido da indignação política e esperançosa daquele que o proferiu, não tardou em mostrar seus efeitos. Nas palavras de Gay, “em 1919, quando a faminta Viena do pós-Guerra enxameava com ideias radicais extravagantes, a psicanálise era calorosamente discutida nos cafés” (1989, p. 410). Não é coincidência, portanto, que, naqueles anos de modernismo emergente, tenha sido criada uma cadeia de pelo menos doze clínicas cooperativas de Saúde Mental, do Zagreb até Londres (DANTO, 2005/2013, p. 42).

Partiremos, a seguir, para a primeira dessas clínicas, a *Poliklinik* de Berlim, que servirá como modelo de dispositivo institucional para as clínicas que se seguirão a ela. Se hoje a psicanálise se encontra difundida e se faz presente nos serviços públicos da assistência e da saúde, se a psicanálise goza de alguma inscrição social, isso só foi possível na medida em que ela se estruturou de forma pioneira no final de 1919, através da implantação da *Poliklinik* de Berlim.

1.5 A *Poliklinik* de Berlim

A primeira dessa série de clínicas, a *Poliklinik* de Berlim, foi inaugurada em novembro de 1919, sob a direção de Max Eitingon (DANTO, 2005/2013, p. 82). Eitingon financiou com sua própria fortuna e empenho administrativo os gastos relativos ao funcionamento da nova clínica e estabeleceu boa parte de seus regimentos internos, desde sua inauguração até quando a deixou para se mudar para a Palestina, em 1933 (DANTO, 2005/2013, p. 83).

² A discussão acerca da diferenciação da psicanálise e da política no tocante aos ideais será explorada no subitem “Freud, um liberal à moda antiga”.

Essa clínica teve um papel fundamental, graças ao pioneirismo de sua proposta de funcionamento que se disseminou para as clínicas que abriram posteriormente. A “menina dos olhos” de Freud era por ele apresentada como uma instituição capaz de responder ao desafio de um ensinamento rigoroso da psicanálise, possibilitando a formação de um número crescente de analistas (SOKOLOWSKY, 2013, p. 58). Em uma correspondência com Eitingon, trocada no ano de 1923, Freud coloca que: “Só os institutos com a Clínica Psicanalítica de Berlim estão em condições de enfrentar as dificuldades que se colocam em relação a um ensinamento sério e aprofundado da psicanálise” (FREUD *apud* SOKOLOVSKY, 2013, p. 58).

A formação promovida pelo Instituto repousava sobre uma tripartição fundamental, pensada sob os auspícios de Freud: a oferta terapêutica às massas seria possibilitada pela formação dos analistas, através da análise didática, da supervisão dos casos – o que configurava a formação prática – e, concomitantemente, da formação teórica – que visava a fazer avançar a teoria psicanalítica. Embora esse modelo de formação tripartida tenha sido concebido em 1918, no Congresso de Budapeste, é apenas na *Poliklinik* de Berlim que ele vem a ser implementado pela primeira vez (SOKOLOWSKY, 2013, p. 115). Freud alinha esse tripé de formação do movimento psicanalítico da seguinte forma:

[...] tornar acessível nossa terapia a essa parcela de seres humanos que não sofrem menos de suas neuroses que os ricos. Mas que não têm condições de financiar seu tratamento; criar um lugar onde a análise possa ser ensinada teoricamente e onde as experiências dos analistas mais velhos possam ser transmitidas aos alunos desejantes de aprendê-la; enfim, aperfeiçoar nosso conhecimento das afecções neuróticas e nossa técnica terapêutica aplicando-as e colocando-as à prova das novas condições (FREUD *apud* SOKOLOVSKY, 2013, p. 115).

Percebemos desenhar-se aí a expansão da oferta de tratamentos analíticos às classes menos favorecidas como nunca antes visto, assim como a preocupação com a formação dos analistas, que era crescente naquele momento, pelos institutos de psicanálise.

Não obstante, entre as inovações da *Poliklinik*, estavam também os ciclos introdutórios de formação aos “ouvintes”, que eram trabalhadores da assistência social, juristas, pedagogos, dentre outros profissionais. Os ouvintes podiam dispensar a análise didática, na medida em que eles apenas “esperavam aplicar em suas profissões o conhecimento analítico que conseguissem absorver” (GAY, 1989, p. 421), em uma

espécie de trabalho de inspiração analítica. Esse foi o gérmen das práticas que, mais tarde, seriam difundidas sob o nome de “terapias de inspiração analítica”. O que as diferencia das análises didáticas propriamente ditas é que, para os “ouvintes”, a exigência da realização de uma análise didática e as supervisões dos atendimentos não se colocava.

Esse é um ponto que nos interessa, pois, na medida em que essa exigência da realização da análise didática e das supervisões se afrouxava nos cursos para os “ouvintes”, o que passa gradativamente a ter lugar é uma série de aplicações rasas e diluídas da psicanálise, legitimadas pelos institutos de formação, conforme discutiremos com rigor no segundo capítulo desta tese. Ali, vamos nos voltar às críticas do psicanalista francês Jacques Lacan, no tocante à degradação da psicanálise em relação às chamadas terapias de base analítica.

Gay nos informa que a obrigatoriedade da análise didática aos candidatos que queriam se tornar analistas era uma exigência “controversa em outros lugares” (GAY, 1989, p. 422), mas o Instituto de Berlim não abria mão dela. Para além dessa exigência, o fluxo de etapas relativas à formação dos analistas que a *Poliklinik* veio a implementar demonstra como a própria análise didática não era mais considerada, à essa altura, suficiente para o reconhecimento de um analista.

A supervisão, nesse sentido, foi criada em resposta ao problema central do ensino e da transmissão da psicanálise, como tentativa de sustentar o dispositivo clínico. Tratava-se, como Sokolowsky propõe, de uma espécie de “complemento pedagógico que ensinava ao candidato os elementos clínicos que ele não havia adquirido no curso de sua análise didática” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 195).

Os cursos de formação da *Poliklinik* eram pautados em diretrizes que indicavam sua duração e conteúdo, na tentativa de atender à indicação freudiana sobre a importância do ensino teórico. De acordo com Peter Gay, “O programa exigia cursos sobre a teoria geral da psicanálise, sonhos, ensino do conhecimento analítico para o clínico geral e tópicos especiais como a aplicação da psicanálise ao direito, sociologia, filosofia, religião e arte” (1989, p. 421).

Também foi no âmbito do trabalho desenvolvido na *Poliklinik* que foram previstas as primeiras formulações sobre a extensão dos tratamentos, o funcionamento das análises fragmentárias (de tempo limitado) e a formalização de questões teóricas relativas aos tratamentos gratuitos. Importa dimensionar a relevância do trabalho desenvolvido na *Poliklinik* de Berlim como experiência piloto, inaugural, que será disseminada pela IPA

como modelo para todas as demais clínicas que a seguiram, nesse período de franca expansão do movimento psicanalítico.

1.6 O *Ambulatorium* de Viena

Em 1922, banhados por esse caldo cultural fervilhante, começa a se articular uma série de discussões e arranjos. Dentre essas discussões, podemos citar a que girava em torno dos atendimentos às crianças, muitas delas órfãs devido à Guerra, a quem se voltaram psicanalistas como Erik Erikson, Anna Freud e Siegfried Bernfeld em suas pesquisas e intervenções na articulação entre psicanálise e educação (DANTO, 2005/2013, p. 71). O interesse dos psicanalistas por questões sociais que despontavam naquele cenário e os resultados obtidos pelo Instituto de Berlim deram início a discussões sobre a possibilidade de abertura de uma clínica em moldes semelhantes ao da *Poliklinik*, na cidade de Viena.

Os acirrados debates em Viena giravam em torno de um ponto delicado, que esteve em pauta em inúmeras discussões: era “o dilema de como abrir uma clínica psicanalítica sem ofender necessariamente à classe psiquiátrica conservadora” (DANTO, 2005/2013, p. 19). A partir da autorização do Departamento Federal de Administração Social, foi aberto o *Ambulatorium* de Viena, mas, desde sua inauguração, já despontavam as conflitantes imbricações entre a psicanálise e o saber médico. Havia uma busca da psicanálise por se fazer reconhecer como um saber respeitável, que produziu consequências importantes. Essa questão irá atravessar por muitos anos as discussões psicanalíticas em torno das análises profanas ou leigas, a saber, realizadas por outros profissionais que não os de formação médica, conforme discutiremos mais à frente.

A inauguração do *Ambulatorium* de Viena aconteceu em 22 de maio de 1922, tendo o próprio Freud participado voluntariamente de seu financiamento, através dos pagamentos de *Erlagscheine*³ (DANTO, 2005/2013, p. 142). Os *Erlagscheine* eram uma espécie de vale que os analisantes em formação no Ambulatório de Viena recebiam de seus analistas, que os dispensava de pagarem em dinheiro pelas suas sessões de análise. Em troca, contudo, eles precisavam pagar com horas de atendimento aos pacientes do Ambulatório: “os candidatos que se submetiam a uma formação gratuita deveriam

³ “Os *Erlagschein* eram impressos com elegância em um papel laranja pálido, com tipografia clássica, e cada um tinha uma numeração própria, pois eram associados aos depósitos bancários e ao cheque pessoal” (DANTO, 2005/2013, p. 17).

trabalhar no *Ambulatorium* durante dois anos sem remuneração” (DANTO, 2005/2013, p. 141). Segundo Elizabeth Danto, os *Erlagscheine* funcionavam da seguinte forma:

Os vales atraíam praticamente a todos na comunidade psicanalítica da cidade já que os terapeutas privados podiam endossar um *Erlagschein* a uma clínica como garantia para permutar (em efetivo ou em tempo) as horas de tratamento que normalmente seriam atendidas pessoalmente. Sigmund Freud endossava *Erlagscheine* de duzentos a quatrocentos chelins regularmente à clínica gratuita dos psicanalistas de Viena, conhecida como *Ambulatorium* (DANTO, 2005/2013, p. 17).

Danto resgata uma afirmação curiosa de Else Pappenheim: àquela época, “cada analista didata em Viena estava obrigado a formar grátis dois estudantes” (DANTO, 2005/2013, p. 177). As vantagens dessa fórmula eram múltiplas: a clínica assegurava a formação de seus analistas, que realizavam suas análises didáticas e supervisões e as pagavam com seu tempo de trabalho nas clínicas, ampliando muito o espectro de pessoas que poderiam ter acesso a um tratamento analítico.

Um ano após sua abertura, ainda em 1924, o *Ambulatorium* de Viena já apresentava um crescimento vertiginoso e os efeitos dessa oferta em larga escala eram recolhidos através de uma difusão ímpar da psicanálise no espectro social (DANTO, 2005/2013, p. 189). Elizabeth Danto nos informa sobre uma série de revistas⁴, novelas e periódicos de ampla distribuição, que debatiam a emancipação sexual e propagavam os benefícios do tratamento psicanalítico. Esse alargamento do alcance da psicanálise acabou, segundo Danto, enviando “mais gente buscando ajuda no *Ambulatorium* do que os terapeutas tinham tempo de tratar” (2005/2013, p. 197).

Assim, passaram a fazer parte das pautas que circulavam entre os psicanalistas daquela década questões como “a reforma penal, a liberação sexual, a igualdade de gêneros e a não criminalização da homossexualidade” (DANTO, 2005/2013, p. 25). Nesse mesmo período tão profícuo, inúmeras iniciativas tiveram lugar: Anna Freud começa a desenvolver uma série de seminários públicos sobre as relações entre psicanálise e educação (DANTO, 2005/2013, p. 69); psicanalistas como Erick Erickson, August Aichhorn e Siegfried Bernfeld também voltaram suas pesquisas para o atendimento de crianças naquele cenário ainda precário do pós Guerra, “convertendo-se

⁴ “As novelas de Hugo Bettauer, obras de teatro, os periódicos como *Er und Sie: Zeitschrift für Lebenskultur und Erotik* (Ele e Ela: uma revista sobre estilo de vida e erotismo), o *Wochenschrift* (Semanal), e *Bettauers Wochenschrift* (Almanaque)” (DANTO, 2005/2013, p. 197).

em um projeto de investigação psicanalítica de grande escala sobre a interação entre a sociedade e o desenvolvimento da primeira infância” (DANTO, 2005/2013, p. 71).

Não tardou, portanto, para que conceitos como “pulsão, impulso, sublimação, inconsciente, complexo e instinto” (DANTO, 2005/2013, p. 197) caíssem na boca do povo, já que circulavam rotineiramente em colunas semanais, como a escrita por um psiquiatra que recomendava a busca pela psicanálise para aqueles que se reconheciam nos estados de desânimo por ele descritos (DANTO, 2005/2013, p. 197).

Como nos informa Elizabeth Danto, “Desde 1920 até 1938, em dez cidades e sete países, a geração ativista de psicanalistas criou centros de tratamento gratuito” (2005/2013, p. 19). Em 1926, foi a vez dos psicanalistas britânicos colocarem em marcha, sob a tutela de Ernest Jones, mais uma instituição de atendimentos psicanalíticos, nos mesmos moldes da *Poliklinik* e do *Ambulatorium*. Ainda em 1929, Sándor Ferenczi, analista húngaro, funda outra clínica gratuita, em Budapeste; por sua vez, em Viena, Wilhelm Reich cria uma rede de clínicas de orientação sexual (DANTO, 2005/2013, p. 19).

Para citar apenas alguns nomes, participaram e coordenaram clínicas dessa natureza toda uma geração de psicanalistas como Max Eitingon, Ernest Simmel, Eduard Hitschmann, Sándor Ferenczi, Erick Erickson, August Aichhorn, Siegfried Bernfeld, Willi Hoffer, Erich Fromm, Karen Horney, Bruno Bettelheim, Alfred Adler, Melanie Klein, Anna Freud, Franz Alexander, Annie Reich, Wilhelm Reich, Edith Jacobson, Otto Fenichel, Helene Deutsch, Alice Bálint, Frieda Fromm-Reichmann, Hermann Nunberg, Rudolf Loewenstein e Martin Grothahn (DANTO, 2005/2013, p. 20).

Pode-se dizer que, em 1930, uma década depois do pronunciamento de Freud no congresso de Budapeste, o desafio por ele proposto foi realizado: a oferta de tratamentos gratuitos, a expansão da psicanálise e a formação dos analistas se tornavam cada vez mais presentes no mundo. A consciência da sociedade havia finalmente despertado e, então, homens e mulheres de baixa renda tinham o mesmo direito a atendimentos analíticos como tinham para uma cirurgia ou um tratamento de tuberculose, como Freud havia desejado doze anos antes (FREUD, 1918/2010, p. 291). Conforme Danto afirma, “ainda que a atenção aos pacientes clínicos externos tenha se iniciado graças à caridade privada, agora o Estado reconhecia seu valor. Freud não podia estar mais satisfeito” (DANTO, 2005/2013, p. 301).

Peter Gay recupera um retrospecto de 1935, em que Freud afirma com orgulho a existência de “grupos locais em Viena, Berlim, Budapeste, Londres, Holanda, Suíça”

somados aos que haviam em “Paris e Calcutá, dois no Japão, vários nos Estados Unidos, mais recentemente um em Jerusalém e outro na África do sul, e dois na Escandinávia” (FREUD *Apud* GAY, p. 419). De fato, conforme Danto assinala, com a ascensão do partido Social Democrata nas eleições, “os novos governos promoveram muito mais a saúde mental e os serviços sociais que qualquer serviço anterior de atenção à saúde pública” (DANTO, 2005/2013, p. 23).

Freud parece enfim ter logrado sucesso em seu plano de ação, passando pela fundação da IPA, com sua visada de internacionalização do movimento psicanalítico, bem como pela expansão que pôde solidificar, mediante a implantação dos Institutos, uma formação de qualidade para os analistas praticantes, de forma que essa expansão não ocorresse ao preço da diluição teórico-clínica. E quais são os efeitos dessa expansão?

A partir do que propõe Peter Gay, é importante observar que, em um relatório das atividades realizadas pela *Poliklinik*, entre 1920 e 1930, por Otto Fenichel, encontramos sua menção aos seguintes dados estatísticos: de 721 encaminhamentos para a análise, “116 apresentavam melhoras, 89 visíveis melhoras e 111 foram curados” (1989, p. 421). Sobre este documento, Peter Gay assinala seu estranhamento em relação à falta de dados que esclareçam a categorização de “melhora e cura”, mas acredita que tais números “atestam uma ampliação das atividades psicanalíticas que seriam inconcebíveis dez anos antes” (1989, p. 421).

Esses dados, ainda que reflitam a expansão do alcance da psicanálise, demonstram também como essa expansão não se desvinculou, neste contexto, da promoção dos aspectos exitosos do tratamento, na medida em que se começou a quantificar os dados clínicos, a fim de apresentá-los, afirmando a “efetividade” das análises oferecidas. Este é ponto para o qual voltaremos no próximo subitem: demonstraremos como se conjugou a sistematização da formação e a expansão da psicanálise, apontando que tal expansão foi acompanhada de inúmeras tentativas e discussões na sociedade psicanalítica IPA, a fim de assegurar uma formação de qualidade aos praticantes, o que acabou por recair, como apontaremos, em uma guinada ortodoxa dentro do movimento psicanalítico.

1.7 Expansão e estandardização

Danto assegura que foi nas discussões ocorridas na *Poliklinik* que primeiro “se debateu formalmente sobre a análise infantil e se oficializou a formação psicanalítica” (DANTO, 2005/2013, p. 19). Em 1920, Karen Horney, então à frente do Comitê de

Educação da *Poliklinik*, apresentou as diretrizes de funcionamento daquela instituição, que foram, não apenas aprovadas, mas também difundidas pela Comissão Didática Internacional (ITC) como diretrizes de funcionamento institucional da IPA (DANTO, 2005/2013, p. 79-80).

A respeito dessas diretrizes instituídas ineditamente na *Poliklinik*, Laura Sokolowsky afirma que “Uma instância central encarregada de responder tanto pela admissão dos candidatos como pela escolha dos conteúdos de ensino foi constituída a partir de 1923 por iniciativa de Max Eitingon” (2013, p. 177). Essa comissão de ensino elaborou as “diretivas para atividades de ensino e formação” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 26), que instituíam a duração da formação em um ano e meio: a análise didática, que era obrigatória, durava cerca de seis meses e o ensino teórico, promovido sob a forma de cursos, também obrigatórios, eram repartidos em dois semestres. Sokolowsky esclarece que, após completar esse ciclo de formação teórica, os candidatos se remetiam à comissão de ensino, a fim de serem avaliados quanto à admissão no estágio prático – que os autorizava a receber nas clínicas seus primeiros pacientes, sob a supervisão de um analista experiente (2013, p. 26).

A psicanálise assumia ares de cientificidade; era reconhecida como um saber respeitável e a própria forma de organização e sistematização da formação em âmbito internacional recolhe os efeitos de um modelo de funcionamento pensado também sob a perspectiva de um padrão de estudos médicos, com etapas a serem percorridas, uma evolução que culminava nos atendimentos: “o ensejo de disponibilizar a psicanálise a todos e o desejo de reconhecimento dos psicanalistas que os leva a estandarizar uma formação inspirada pelo modelo universitário e médico” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 274). A autora entende que a psicanálise, partindo da sistematização das regras de funcionamento, assim como da exposição dos resultados obtidos nos casos clínicos acompanhados pela *Poliklinik*, tinha por objetivo uma demonstração científica do rigor dos métodos e da assertividade dos resultados obtidos. Ainda que a análise didática e a supervisão fossem condições imprescindíveis para a formação dos que se interessassem pela clínica, elas não eram suficientes. Assim, dispara-se uma sistematização que não se separa da visada de respeitabilidade em torno da psicanálise, como se ela também estivesse “evoluindo” e ultrapassando seus momentos iniciais, revendo a si mesma.

Conforme Sokolowsky observa, subjacente a esse ciclo de formação, há a ideia de um “desenvolvimento, de uma maturação, de qualidades pré-requeridas” (2013, p. 180), o que “implica que um analista não fosse conhecido como produto de sua própria análise”

(2013, p. 180). Este ponto que incide sobre a definição do que é um analista e o que é a própria psicanálise será explorado com vagar no segundo capítulo desta tese, a partir da leitura de Freud empreendida por Lacan e da fundação da Escola como sua resposta a essa questão.

Com relação a esta observação de Sokolowsky, adiantamos que o ciclo de formação na *Poliklinik*, em sua formatação protocolar, parece apontar que a aposta, ali, girava em torno de uma universalização que “garantiria” os subsídios da prática analítica, em um aprendizado passo-a-passo. A crítica de Sokolowsky parece incidir sobre a problemática de que o aspecto protocolar que se sobressaía nessas etapas de formação colocava em detrimento, ao mesmo tempo, o essencial de uma experiência de análise que é o encontro e a depuração de uma marca absolutamente singular, que não pode ser avaliada por padrões universais, como a IPA o fez, mas apenas verificada no caso-a-caso, sob o risco de se apagar em sua radical diferença.

Marcus André Vieira, no prefácio do livro *A formação do analista* (ZBRUN [org.], 2014), comenta esse impasse a respeito da formação com muita clareza:

Se tomamos a formação como algo parecido com a pilotagem de aviões, como na medicina, que pode se dar ao luxo de tomar o corpo como uma máquina, terminamos por perder o essencial da psicanálise que é lidar com aquela fração nossa irredutível ao maquinismo clínico (VIEIRA, 2014, p. 21).

Parece que foi exatamente nesse sentido de uma “pilotagem de aviões” que a formação da *Poliklinik* começou a se orientar e, ao mesmo tempo, originar os procedimentos *standards* na psicanálise. Conforme Sérgio Laia esclarece, neste período, não foi apenas a própria formação o objeto de um processo de padronização, mas tantos outros procedimentos clínicos – que deram origem ao que, hoje, chamamos de *standard* -, como:

O estabelecimento de um tempo fixo para cada sessão; exigência prévia de periodicidade semanal mínima para configurar o tratamento como uma análise didática; e possibilidade, no caso da clínica destinada aos pobres, de realizar “análise fracionada”, ou seja, passível de ser suspensa quando o objetivo terapêutico fosse alcançado (LAIA, 2003b, p. 73).

Laia sustenta que tais concepções relativas à formação do analista, que acabam por instaurar o *standard* e definir “o que é e o que não é psicanálise”, apresentam-se como consequência da “difusão da psicanálise em uma escala cada vez mais crescente” (LAIA, 2003b, p. 73). Ou seja, para que a dispersão para um campo até então

desconhecido à prática analítica não equivalesse à sua diluição mesma, para que a psicanálise praticada nas clínicas sociais não perdesse o gume afiado da invenção freudiana, foram criados todos esses aparatos institucionais que visavam a garantir uma formação de qualidade ao número cada vez maior de candidatos a analista, que exerciam a psicanálise nas clínicas sociais.

Ainda que a criação da própria IPA, anteriormente, já visasse a responder a um alargamento internacional, inscrito em seu próprio nome – “Associação Psicanalítica Internacional” –, a forma mais palpável com que essa expansão – tanto da psicanálise, quanto do funcionamento institucional da IPA – ocorre na prática, a partir do desafio lançado em 1918 por Freud, só vem a se consolidar através da expansão das clínicas sociais.

É nelas que a formação pela análise didática, a importância da supervisão e do ensino teórico se conjugam de forma prática e palpável. Trata-se especificamente da execução e de todas as consequências que concernem a esse projeto freudiano. É na medida mesma em que a psicanálise passa a existir ineditamente nas instituições – porque, até então, a psicanálise era um tratamento realizado exclusivamente nos consultórios particulares de um círculo de psicanalistas diretamente ligados à Freud – que o *standard* psicanalítico se formaliza.

A este respeito, Romildo do Rêgo Barros, em seu texto “Sem *standard*, mas não sem princípio” (2003), assinala que, uma vez que uma experiência inovadora e original é reproduzida, tomada como norma que se replica nos moldes de recomendações como “deve-se/não se deve” (RÊGO BARROS, 2003, p. 40), como, de fato, aconteceu em relação à replicação da experiência exitosa que foi a criação da *Poliklinik* de Berlim, recai-se num risco incontornável de “tornar opaca a ponta inovadora do início” (RÊGO BARROS, 2003, p. 40).

Já em 1918, no pronunciamento supracitado que Freud realizou em Budapeste, quando ele antecipava o alargamento do campo psicanalítico, a degradação inerente à expansão da psicanálise já era uma preocupação: “É muito provável que na aplicação em massa de nossa terapia sejamos obrigados a fundir o puro ouro da psicanálise com o cobre da sugestão direta” (FREUD, 1918/2010, p. 181).

De fato, os efeitos da expansão surgiram sem demora: Hitschmann foi um dos psicanalistas que iniciou seu trabalho na *Poliklinik* de Berlim, pautando-se no *standard* freudiano (que conjugava a análise didática, a supervisão e a formação teórica), mas quem, àquela altura, em 1923, na reunião em que foram elaboradas as diretivas para as

atividades de ensino e formação, já se mostrava ansioso por estabelecer princípios de funcionamento muito mais esquemáticos e rígidos, que contavam até mesmo com mandatos e proibições. Ele foi o proponente da criação de prontuários extremamente detalhados nos registros dos pacientes, “articulando perfis diagnósticos estatísticos que culminaram em um modelo específico de escrita e apresentação dos casos” (DANTO, 2005/2013, p. 175).

Sokolowsky entende que o projeto original das clínicas sociais portava, em si, o germen de uma contradição. Apesar da dupla orientação, social e didática, essas iniciativas só poderiam terminar em um desacordo, a curto ou longo prazo, “entre a vontade de disponibilizar a psicanálise a todos e o desejo de reconhecimento dos psicanalistas que os leva a estandarizar sua formação se inspirando no modelo médico e universitário” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 274).

Diante desta guinada terapêutica que passa gradativamente a orientar o funcionamento dos Institutos, questionamos adiante o lugar conferido ao conceito da pulsão de morte. Afinal, a expansão da psicanálise que toma corpo pela existência dos Institutos tem como causa o encontro da psicanálise com o real que a Primeira Guerra apresentou. Ou seja, é por sua porosidade e operatividade em relação à pulsão de morte que a psicanálise vem a se expandir.

No próximo subitem, demonstraremos como a expansão social da psicanálise e o desejo de atrair o interesse do público culminaram em uma promoção de sua aplicação à terapêutica, para a qual a salvaguarda do saber médico parecia ser a solução ideal. Tal desenrolar de fatos acabou por acarretar o recrutamento preferencial de candidatos médicos à formação e a consequente expansão da tentativa de impedir o adir daquilo que escapa, que aparecia com a noção de pulsão de morte, e, assim, impedia-se também a própria inovação da psicanálise.

1.8 O privilégio da terapêutica *versus* a análise leiga

Neste subitem, pretendemos demonstrar como se conjugam a difusão social da psicanálise, a sistematização da formação possibilitada pelas clínicas de Berlim e Viena, trabalhadas anteriormente, com o crescente interesse, por parte dessas clínicas, nos candidatos de formação médica. As etapas da formação, pautadas pela visada de respeitabilidade, que asseguraria a qualidade dos analistas que ali trabalhavam, possuem uma estreita relação com a crítica à orientação freudiana, no tocante à análise leiga –

aquela conduzida por um analista que possua outras formações que não a médica. Além disso, pretendemos apontar que, nessa conjuntura de promoção da psicanálise como saber respeitável que deveria, preferencialmente, ser exercido por médicos, também se inclui o privilégio dos aspectos terapêuticos da análise, ao preço da supressão dos ensinamentos freudianos em relação à pulsão de morte.

Essa mudança aconteceu por duas vias diferentes: por um lado, à medida em que a psicanálise se popularizava como prática, o sucesso promulgado pela terapêutica analítica passou a atrair um número grande de médicos interessados no aspecto “exitoso” do tratamento, mas sem qualquer formação analítica anterior. De acordo com Sokolowsky, tratava-se, ali, de uma “nova confirmação dos perigos que a difusão e a vulgarização dos conceitos psicanalíticos fizeram pesar sobre a comunidade analítica” (2013, p. 184). Por outro lado, nas comissões de ensino que realizavam as seleções, começa a se notar a preferência visível pelos candidatos de formação médica.

Como sublinha Sokolowsky, esse movimento se deu na contramão da recomendação freudiana que visava a preservar e favorecer a entrada de candidatos das mais variadas formações, ao passo que as comissões de ensino de Berlim e Viena passaram a recrutar “preferencialmente os candidatos médicos” (2013, p. 274). Ainda que o Instituto de Berlim tenha se antecipado à questão da formação analítica para evitar a degradação incontrolável da terapêutica psicanalítica em práticas selvagens, seu critério de legitimação daqueles que podiam ou não se tornar analistas implicava uma forte preferência pela formação médica (SOKOLOWSKY, 2013, p. 184). O curso dos acontecimentos, afirma Sokolowsky, conduzirá a uma espécie de “medicalização da psicanálise” (2013, p. 184) como efeito do desejo de inscrevê-la no discurso científico.

A postura de Freud era diametralmente oposta. Peter Gay rememora que, em 1924, Freud foi solicitado por uma “alta personalidade médica austríaca” a dar seu parecer sobre a questão das análises leigas ou profanas (1989, p. 445). Esse convite o alegrou, já que Freud acreditou que, dessa maneira, poderia influenciar as autoridades. Contudo, esse “assunto espinhoso” (1989, p. 445), como Gay o qualifica, ainda será retomado inúmeras vezes. No ano seguinte, em 1925, Theodor Reik será processado sob a acusação de charlatanismo pelo exercício não autorizado da prática médica, por ser um analista profano, não médico. Nessa ocasião, Freud saiu em defesa pública de Reik, o que não impediu que Reik recebesse ordens judiciais para suspender as análises que conduzia.

Gay entende que “Freud lutou por Reik como se estivesse lutando por si mesmo” (1989, p. 445). Ou seja, não era a situação específica de Reik ou a proximidade que havia

entre eles a motivação de Freud para travar essa batalha; tratava-se de uma luta em nome da própria psicanálise. A postura de Freud quanto à questão das análises leigas era por ele sustentada, tanto em conversas particulares, quanto em público, ou diante dos tribunais, levando-o a dizer que, enquanto estivesse vivo, lutaria para impedir que “a psicanálise seja [fosse] tragada pela medicina”, insistindo que “os médicos não têm nenhum direito histórico ao monopólio da psicanálise” (FREUD *apud* GAY, 1989, p. 446).

Ernest Jones, então diretor da IPA, acreditava que os analistas profanos não tinham o mesmo “nível de autoridade clínica que os médicos” (DANTO, 2005/2013, p. 98), alinhando-se, então, ao posicionamento dos psicanalistas americanos que defendiam a manutenção do domínio médico em relação à psicanálise e discordavam de Freud, que não via a educação médica como algo necessariamente benéfico para a formação analítica (DANTO, 2005/2013, p. 98). Neste sentido, segundo Alexander Franz aponta em “Recollections of Berggasse 19”, “Freud era invariavelmente menos rígido e ortodoxo em sua técnica que a maioria de seus seguidores” (FRANZ, 1940, p. 203).

Conforme a leitura que Danto também sustenta, se o Instituto de Berlim, desde sua criação, aceitava a candidatura de profissionais de outras formações diferentes da médica, este ponto, permanentemente conflitante no âmbito dos preceitos da IPA, retornava insistentemente e era preciso, portanto, sustentar sem recuos a legitimidade da análise profana (2005/2013, p. 192).

Peter Gay relaciona esse tensionamento que se desenhava com a escrita do texto “A questão da análise leiga” (1926/1996), como uma resposta de Freud a essa questão (GAY, 1989). Freud diz: “Minha tese principal foi no sentido de que a questão importante não é se um analista possui um diploma médico, mas se ele recebeu a formação especial necessária à prática da análise” (FREUD, 1926/1996, p. 241).

Neste artigo, ao separar a psicanálise da medicina, Freud visa ao reconhecimento da autonomia de sua disciplina, defendendo a análise leiga dos domínios da medicina e esclarecendo que “[...] na escola de medicina um médico recebe uma formação que é mais ou menos o oposto do que ele necessitaria como preparo para a psicanálise” (1926/1996, p. 222). Ou seja, as pretensões da cura do sintoma, o lugar de saber ocupado pelo médico em detrimento da escuta do sofrimento e sua verdade singular, colocam-se muito mais como um empecilho à psicanálise do que como uma vantagem que os médicos teriam sobre as demais formações. Trata-se precisamente das tentativas e admoestações freudianas quanto a separar a visada terapêutica da prática analítica. Nessa mesma perspectiva, Sokolowsky considera que o combate encarnado por Freud em “[...]”

defesa da psicanálise profana, em meados dos anos 20, tinha um valor premonitório: reduzida à terapêutica, a psicanálise deixa de existir” (2013, p. 229).

A psicanálise, diferentemente da terapêutica médica, é uma práxis que lança luz sobre o funcionamento do psiquismo, o que inclui levar em conta a descoberta da pulsão de morte – aquilo que não se adapta. Os neuróticos, Freud diz, “[...] se queixam da doença mas a exploram com todas as suas forças, e se alguém tenta afastá-la deles, defendem-na como a proverbial leoa com seus filhotes” (1926/1996, p. 214). A terapêutica analítica já não podia ignorar que o homem não deseja apenas seu bem-estar e trabalha para sua felicidade: o dualismo pulsional comporta o aspecto destrutivo da pulsão de morte, tal como a Primeira Grande Guerra já havia demonstrado de forma radical.

Freud estava convicto da eficácia terapêutica da psicanálise; este não era o ponto em questão. Contudo, a eficácia de sua terapêutica não deve ser tomada como um princípio, mas como um de seus efeitos. Ainda em 1912, em seu trabalho “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”, Freud já apontava para os riscos da ênfase na terapêutica: “A ambição pedagógica é tão inadequada como a ambição terapêutica” (FREUD, 1912/1996, p. 132). Aí se situa o rigor ético da psicanálise em sua diferença com as psicoterapias que têm por princípio o reestabelecimento da “normalidade” que a formação médica privilegia. Vale ressaltar que o acento que recaía sobre a melhora dos sintomas e a adequação do paciente seguia lado a lado com a estandarização da psicanálise, na medida em que as regras que eram ali preconizadas visavam a garantir a eficácia do método na promoção do bem-estar.

Ainda em sua conferência no V Congresso Psicanalítico de Budapeste, quando conclama os psicanalistas a se voltarem aos atendimentos às camadas menos favorecidas, Freud situa também o devido valor a ser dado à regra da “abstinência” (1918/2010, p. 285), segundo a qual o psicanalista deve *se abster* de exercer o poder que o paciente lhe confere ao se colocar em suas mãos. Ou seja, não cabe ao psicanalista responder pelo destino de seus pacientes, a partir da imposição de seus ideais.

Em todas essas admoestações, notamos a cautela de Freud que, antevendo o amplo processo de difusão e alargamento das fronteiras ali inaugurado, alertava sobre a necessidade de revisão da técnica psicanalítica frente às novas condições, de tal forma a não fundirmos “o ouro puro da análise livre com o cobre da sugestão direta” (FREUD, 1918/2010, p. 292). A advertência de Freud diante da difusão da psicanálise é de que ela não se dilua pela vertente da sugestão; de que o analista não se sirva da transferência para

induzir o paciente à identificação com os ideais do analista, pelo uso questionável de sua influência. Ao contrário, a análise, pela regra fundamental da associação livre, leva o paciente a bem-dizer seu sintoma, não para ser eliminado de maneira ortopédica pela sugestão, mas para que o sofrimento possa se articular como questão. A preocupação de Freud é de que o analista não se deixe capturar nas malhas do *furor sanandi*, inadvertido de seu desejo de curar, ou mesmo do *furor educandi*, já que nenhum dos dois tem êxito em contornar algo de fundamentalmente incurável: a pulsão.

Situamos, até aqui, como fatores internos próprios ao movimento psicanalítico – como a guinada à terapêutica e a correlata supressão das implicações clínicas relativas à pulsão de morte, assim como a predileção pela formação médica nas seleções de candidatos à formação pelos Institutos e o combate à análise leiga – começaram a desvirtuar a psicanálise do projeto freudiano. Partiremos, agora, para essa costura entre clínica, teoria e política, para retomar mais um alinhavo de como a instauração do regime nazista na Alemanha, juntamente com essa guinada ortodoxa e interna ao movimento analítico, que já estava em curso antes da mudança de regime político, ocasionou a morte mesma do movimento psicanalítico na Alemanha.

1.9 O fechamento das clínicas sociais de psicanálise e a recusa do político

Neste subitem, apresentaremos as relações entre o cenário político da instauração do nazismo na Alemanha, o fim das clínicas de Berlim e Viena – embora elas só tenham deixado de funcionar mais tarde, mantendo-se como instituições “proforma” a partir de 1933 – e a expansão da psicanálise nos países de língua inglesa, ao que Sokolowsky nomeia como “a recusa do político” (2013, p. 223) por parte do *establishment* psicanalítico.

Se a abertura democrática pós Primeira Guerra Mundial se revela como ambiente propício ao florescimento da psicanálise, tanto na “Viena Vermelha”, como na “Berlim de Weimar”, a ascensão de Adolf Hitler ao cargo de chanceler do *Reich*, em 30 de janeiro de 1933, demonstrou também, com muita clareza, os nefastos efeitos produzidos na passagem de um regime democrata para a ditadura nazista. A ascensão de Hitler, ainda que tenha se consolidado apenas em 1933, fez parte de um contexto de crescimento do nazismo que já estava em curso desde meados dos anos 1920, com o fim da Primeira Grande Guerra.

Conforme Danto rememora, nesse período de pouco mais de dez anos, “os nazis haviam se convertido no maior partido alemão” (2005/2013, p. 333), cuja ideologia antissemita veio ao encontro dos interesses de ministérios conservadores que estavam no poder desde a República de Weimar. De acordo com Peter Gay, as eleições de 1928 foram decisivas em relação à “ascensão meteórica do partido nazista” (1989, p. 532) e seu vertiginoso crescimento que, somado à crise financeira desencadeada pela bolsa americana, em 1929, acabou por ocasionar, em 1933, a queda da República de Weimar. Gay sustenta que “a miséria econômica gerou a busca desesperada por panaceias” (1989, p. 534), tornando-se, portanto, um solo fértil para a expansão das ideias nazistas.

A existência da psicanálise não independe do regime político em que ela se insere; ela não pode existir em quaisquer circunstâncias. A história da psicanálise na Alemanha é prova inconteste de que a relação entre psicanálise e política não é sem consequências. Se a clínica psicanalítica pôde recolher os efeitos clínicos da devastação causada pela Guerra, formulando descobertas relativas à pulsão de morte e implementando a difusão do campo de atuação psicanalítica em cidades arruinadas pelo conflito global, a psicanálise ainda teve de se haver, uma vez mais, com as forças destrutivas, naquele contexto, renovadas pela ascensão do regime nazista.

O progressivo confisco das liberdades individuais e o desaparecimento do Estado de Direito em nome do projeto ariano que culminou no Holocausto constituem uma mácula histórica traumática, a qual não temos o objetivo de abordar com a devida profundidade aqui. Contudo, gostaríamos de apontar que, sem Estado de Direito e sem democracia, não há exercício possível da psicanálise. Conforme o psicanalista Jacques-Allain Miller defende em sua “Conferência de Madrid” (2017a), o debate político é necessário, uma vez que “a própria possibilidade da psicanálise está vinculada à liberdade de expressão” (2017a. Sem página).

Freud já pressentia, ao final de década de 1920, um panorama político pouco promissor aos judeus e, conseqüentemente, à psicanálise, já que, àquela época, o número de psicanalistas judeus era significativo. Contudo, não apenas Freud, mas também os demais psicanalistas mostravam uma atitude conciliatória mediante os avanços do nacional-socialismo. Prova desse posicionamento é a correspondência entre Freud e Marie Bonaparte, na qual ele mantinha uma percepção bastante otimista quanto aos avanços do nazismo: “Não se pode deixar de notar que a perseguição judaica e as restrições à liberdade de pensamento são os únicos pontos do programa hitlerista que podem ser completados. Todo o resto é inconsistente e utópico” (FREUD *apud* JONES,

1957/2006, p. 201). Tal afirmação evidencia que, certamente, o nazismo não era vislumbrado em sua radicalidade de extermínio e horror, como o foi a partir do ano de 1938.

O antissemitismo era percebido, não em termos de genocídio – termo que, inclusive, é signatário do Holocausto –, mas de perseguição, que implicava a redução das atividades permitidas aos judeus e manifestações de hostilidade contra eles. Todavia, os judeus, naquele início, não eram os únicos atingidos: a cultura de forma geral passava pelo crivo do partido nazista. De acordo com Danto, desde a pintura, passando pela música, pela arquitetura e a poesia, tudo que não tivesse o “selo” ariano era etiquetado como “*Nigger-kultur*” e “*Kultur bolshevismus*” (DANTO, 2005/2013, p. 347). A psicanálise, neste cenário mais amplo, passou a ser chamada de “porcaria judaico-marxista” (DANTO, 2005/2013, p. 347).

Essa aproximação entre a psicanálise e o marxismo, segundo Danto, devia-se à filiação de muitos psicanalistas a partidos de esquerda, em especial relacionados ao marxismo. Danto acredita que, no início do século passado, “sem dúvida, ambas as crenças, que a psicanálise tinha uma missão política implícita e que o freudismo era progressista, eram amplamente aceitas por seus praticantes e pelo governo socialdemocrata de Viena” (2005/2013, p. 102).

Essa visada político-marxista que recaía sobre a psicanálise foi alvo de uma direção dada pelo *establishment* psicanalítico, em especial por Anna Freud e Ernest Jones, que pretendia o afastamento do campo político, de posições que poderiam ser relacionadas ao comunismo e ao bolchevismo, já que esses eram tidos como posicionamentos intoleráveis pelo nazismo. 4

Sokolowsky comenta que, depois da exclusão de Wilhelm Reich da IPA – que encarnava um posicionamento político mais controverso e radical em relação ao comunismo –, a tendência conservadora, representada por Anna Freud e Ernest Jones, ganha lugar como direção institucional, implicando uma intolerância a qualquer tipo de discussão política no seio das instituições psicanalíticas: a única posição tolerada era, pois, a do apolitismo (2013, p. 224).

Esse afastamento da psicanálise do campo da política não foi suficiente, no entanto, para protegê-la, e os efeitos da instauração de um regime político totalitário não tardaram a se apresentar. Ao ser designado chanceler da Alemanha em 1933, Hitler liquida sistematicamente “os partidos políticos, as instituições parlamentares, a liberdade de expressão e de imprensa”, assim como “as universidades e organizações culturais

independentes” (GAY, 1989, p. 535). Danto observa que a “Lei de Concessão de Plenos Poderes de 1933” delegava a Hitler plenos poderes e alicerçava as bases da ditadura que se estabelecia, expulsando os judeus de diversos cargos que até então eles ocupavam:

Muitos dos afetados por essa primeira onda nazi descobriram seu destino somente quando souberam que estavam desempregados. Os empregados estatais não arianos foram despedidos e, já que os nazi agora insistiam em exercer o controle homogêneo sobre cada instituição política, cultural e social, praticamente todos os artistas, cientistas, atores, professores e músicos, estavam ameaçados de suspensão (DANTO, 2005/2013, p. 341).

Com essa onda de perseguição aos judeus, que foram gradativamente demitidos dos cargos que ocupavam, teve início o período da maior deturpação sofrida pela psicanálise, naquele contexto – como discutiremos a seguir, sua desjudaização. A desjudaização da psicanálise se iniciou através da arianização dos quadros institucionais, mas não terminou aí. A própria teoria psicanalítica foi posteriormente deturpada e o nome de Freud obliterado, conforme comentaremos no subitem a seguir.

1.10 A desjudaização da psicanálise alemã

Pouco tempo depois da expedição do decreto anteriormente mencionado, que ameaçava a permanência de funcionários judeus nas mais diferentes instituições, surge mais um agravamento do regime nazista. Em 8 de abril de 1933, foi expedido por Hitler um decreto, prevendo que todas as organizações médicas mudassem suas juntas diretivas e fossem, a partir de então, compostas apenas por arianos, sob a direção do Conselho Médico Alemão. Qual foi, então, o impacto desse decreto para a *Poliklinik*?

Félix Boehm, médico e analista didata ariano, que trabalhava na *Poliklinik* e tinha aspirações políticas ali, vê nesse decreto a brecha que precisava para propor a antecipação da saída de Eitingon, que era judeu, da direção da *Poliklinik*, e se candidatar como novo diretor – ainda que a *Poliklinik* não tivesse sido proposta, quando fundada, como organização médica, mas como instituição psicanalítica (DANTO, 2005/2013, p. 342). Eitingon, contudo, não estava disposto a continuar em Berlim diante de tantos reveses e perseguições e essa diferença fundamental – que a *Poliklinik* não era uma instituição médica, mas psicanalítica – não foi usada por ele como argumento para sua permanência. Sentindo-se ameaçado pelo cenário periclitante para os judeus na Alemanha e pelo

impacto do recente golpe de Hitler, Eitingon, a contragosto, manifesta a Freud sua disposição de deixar Berlim e, concomitantemente, encerrar as atividades da *Poliklinik*.

Eitingon pretendia ficar em Viena até o último momento, mas o propósito de sua permanência era o encerramento das atividades da *Poliklinik*, declinando, portanto, a possibilidade de ceder a direção para algum outro psicanalista de origem alemã (SOKOLOSKY, 2013, p. 209). Ele considerava o Instituto como um instrumento que havia se tornado uma ameaça e, diante do risco de cair na mão dos inimigos, a medida mais prudente era seu fechamento, como forma de impedir essa apropriação indevida. Em seu entendimento, a opção mais responsável seria a de encerrar as atividades como forma de preservar seu funcionamento, transferindo-o, em seguida, a outro país.

Contudo, encerrar as atividades da *Poliklinik* não era uma possibilidade para Freud. Em uma correspondência com Eitingon, datada de março de 1933, Freud afirma muito claramente sua posição de não ceder mediante as pressões do regime nazista: “Em todo caso, já expliquei que não deixarei Viena em caso algum” (FREUD, 1933/2009, p. 774). Neste ponto, Freud e Eitingon não estavam de acordo.

No que diz respeito ao Instituto, assim como para sua vida pessoal, Freud não estava disposto a ceder, a recuar: mesmo diante deste cenário político de perseguição e instabilidade, Freud escolheu permanecer em Viena, recusando-se à perspectiva do exílio. Segundo ele, sua saída de Viena seria tomada como um sinal de ameaça ao movimento psicanalítico. Na mesma linha de raciocínio, “o fechamento do Instituto de Berlim lhe parecia contrário aos interesses gerais da psicanálise” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 209).

Restavam, portanto, alguns destinos possíveis à *Poliklinik*. No primeiro deles, a pior das hipóteses para Freud, caso a psicanálise fosse proibida na Alemanha, o Instituto seria forçado a fechar por razões administrativas. Na segunda opção, o funcionamento do Instituto não seria ameaçado, mas seria obrigatória a substituição de Eitingon por um diretor de origem alemã.

Acerca dessa segunda possibilidade, Freud sustenta com Eitingon uma posição bastante firme: “Nesse caso, você não pode fechar o instituto. Certamente você o fundou e o manteve por muito tempo, mas você o confiou à Sociedade Berlinesa, à qual ele pertence no presente” (FREUD, 1933/2009, p. 785. Tradução livre). Para Freud, a melhor opção era a de que Eitingon permanecesse, mas, se não era uma opção plausível, a outra via era a de que, estando Eitingon impossibilitado de assumir sua função de diretor, “um indiferente” (FREUD, 1933/2009, p. 785. Tradução livre), como Félix Bohem, poderia ocupar o cargo.

Com o agravamento das catastróficas consequências do programa de Hitler e o desacordo com Freud em relação ao destino da *Poliklinik*, Eitingon decide partir para a Palestina na Páscoa, deixando livre a direção do Instituto (DANTO, 2005/2013, p. 342). Após a partida de Eitingon, Boehm assume a direção da *Poliklinik*, com o irrestrito apoio de Jones. A respeito da arianização da junta diretiva da *Poliklinik*, Jones coloca seu posicionamento: “Prefiro que a psicanálise seja praticada gentilmente na Alemanha a que ela não seja praticada em absoluto” (JONES, 1933 *apud* SOKOLOWSKY, 2013, p. 342). Manter a *Poliklinik* funcionando, segundo Jones, seria melhor do que não se curvarem às exigências do regime nazista e se verem forçados a encerrar a instituição.

Após ter assumido o cargo de diretor, Boehm convoca, em 06 de maio de 1933, uma reunião geral na *Poliklinik*, para propor a demissão voluntária, dessa vez, de todo o quadro de funcionários judeus que ali trabalhavam, antecipando-se até mesmo às duras restrições do regime nazista (já que a exigência dos nazistas era a arianização do quadro diretivo). Sobre essa reunião, Sokolowsky resgata que Eva Rosenfeld argumentou sobre ser forçada a pedir sua própria demissão pelo fato de ser judia, da seguinte forma: “Os judeus não podem oferecer sua demissão voluntária, isso implicaria um nível alto demais de masoquismo, como se devêssemos nos executar a nós mesmos” (ROSENFELD *apud* SOKOLOWSKY, 2013, p. 221). Segundo Danto, essa foi a mesma posição dos demais analistas judeus que permaneceram na *Poliklinik* (2005/2013, p. 343): eles não concordaram com a arianização do quadro de funcionários, ou seja, não pediram demissão espontânea, ainda que Félix Bohem, alemão, tivesse se tornado diretor do Instituto no lugar de Eitingon.

Contudo, essa resistência não se sustentou diante da persistência de Boehm, que “instilava o medo em seus colegas, tentando fazer com que apressassem o passo” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 270) e pedissem a demissão espontânea, insistindo incansavelmente nessa estratégia, “como a única válida para impedir a interdição da psicanálise” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 270). Diante desse argumento, de que tais medidas eram, na verdade, cuidados para garantir a sobrevivência da psicanálise, teve início uma série de concessões inadmissíveis, a começar pela desjudaização da *Poliklinik*.

Sua sobrevivência ter se dado ao preço da substituição de judeus por analistas arianos acabou por implicar a impossibilidade mesma do exercício da psicanálise que, gradativamente, desvirtuou-se da orientação freudiana, até se tornar irreconhecível. Ainda que nessa primeira reunião a proposta de arianização do quadro de funcionários e

candidatos à formação tenha sido declinada, essa resistência não se sustentou e o Instituto acabou por se “arianizar” por, pelo menos, duas vias distintas.

Primeiramente, em relação aos poucos analistas judeus que ali permaneceram, Danto esclarece que, ao final do ano de 1933, o Instituto, mediante o aumento da perseguição aos judeus e sua obediência estrita à política de Hitler, acabou por levar às últimas consequências sua política de arianização, “se livrando e expurgando de judeus o pessoal docente e em formação” (2005/2013, p. 351). No mais, quando essa arianização da *Poliklinik* foi legitimada como orientação institucional, restavam muito poucos analistas judeus ali. Com o acirramento da perseguição aos judeus na Alemanha, os poucos analistas que restavam na *Poliklinik* se viram forçados a deixar o seu país em busca de exílio, tendo restado apenas nove analistas judeus em Berlim (DANTO, 2005/2013, p. 351).

Por fim, o projeto da arianização da *Poliklinik* também se efetiva quando Boehm passa a trabalhar diretamente com os membros do partido nazista dentro do Conselho Médico Alemão, convencendo-os da utilidade do Instituto para o Partido. A justificativa de Boehm diante do Governo era de que a psicanálise poderia servir de instrumento ao Partido, ao preço de abandonar a orientação freudiana, filtrando o que, na teoria psicanalítica, poderia ser útil para o fortalecimento dos cidadãos úteis ao regime (DANTO, 2005/2013, p. 351).

Uma analista didata do Instituto, Edith Ludowyk Gyomroi, recorda-se de um momento em que Boehm “exaltado, lhe dizia que ele havia encontrado uma forma de adaptar a psicanálise freudiana à ideologia de Adolf Hitler. Ele apresentava um referendun ao Furher no qual provava, com citações de Freud, que a psicanálise servia à educação de indivíduos heroicos” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 265).

Boehm justificava a manutenção do Instituto, afirmando a existência de duas formas distintas da psicanálise: a primeira, freudiana, centrava-se na sexualidade e na política e havia alienado a muitos de seus associados; contudo, havia também “um outro tipo de psicanálise que poderia oferecer oportunidades valiosas ao novo Estado nacional-socialista” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 229-230). Boehm defendia que essa “outra psicanálise”, ao ser adaptada à ideologia do III Reich, poderia “desenvolver personalidades humanas e cidadãos úteis, sendo apoiado pelos analistas alemães que ali ainda permaneciam” (SOKOLOWSKY, p. 348).

Na primavera de 1936, aconteceu a reunião na qual Boehm propôs a Matthias Goring a criação, dentro da *Poliklinik*, de um novo instituto, que acolheria as diversas

correntes da psicoterapia, incluindo a psicanálise apenas como uma orientação teórica dentre as demais (SOKOLOWSKY, 2013, p. 213). Goring recebeu com entusiasmo a proposta de Boehm, nomeando-o como secretário e, na primavera de 1936, instalou-se na *Poliklinik*, que foi transformada em Instituto Goring, do qual se tornou diretor.

O Instituto Goring assimilou toda a sistematização das etapas de formação pensadas pela *Poliklinik*, como a conjugação do ensino teórico com a supervisão e as análises didáticas, apropriando-se indebitamente de todo o trabalho ali concebido e desenvolvido. Contudo, se o formato foi mantido, o conteúdo era radicalmente diverso: o Instituto Goring reunia as mais diversas correntes da psicoterapia, entre elas as de Jung e Adler, massagens corporais, hipnose e um condensado raso e seletivo da psicanálise, que excluía, por exemplo, o Édipo, a teoria da sexualidade e a pulsão de morte (DANTO, 2005/2013, p. 352).

Boehm fez uma seleção distorcida da teoria psicanalítica, que favorecia os aspectos exitosos, os quais, conforme comentamos anteriormente, já se apresentavam como orientação institucional na *Poliklinik* antes mesmo da instauração do nazismo. Conforme Sokolowsky também sustenta, “a orientação rumo à medicalização da psicanálise e seu reconhecimento social já estava em curso antes da ascensão dos nazistas ao poder e Jones lhe era favorável” (2013, p. 269). Com a radicalização do regime, o aspecto exitoso do tratamento e o privilégio à formação médica foram justamente os únicos pontos mantidos, sob a justificativa de que serviriam na solução dos conflitos individuais e no fortalecimento do ego para a construção sólida da nação (SOKOLOWSKY, 2013, p. 257).

Essa distorção do uso e da função de uma análise rompe com qualquer possibilidade de que a psicanálise pudesse ainda ter alguma chance de sobrevivência. Porém, se, retrospectivamente, essa impossibilidade se mostra evidente, naquela época, não era esta a percepção do *establishment* psicanalítico. Mesmo diante de tantas mudanças inconcebíveis, inaceitáveis, em 1936, diante da possibilidade de excluir a *Poliklinik* do quadro institucional da IPA, Anna Freud recua, afirmando que a *Poliklinik* matinha suas demandas por formação e os atendimentos aos pacientes seguiam em pleno curso, sublinhando que “a eficácia terapêutica da psicanálise era extremamente reconhecida pelas instâncias oficiais” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 215). Nessas circunstâncias, não era desejável, segundo Anna Freud, encerrar as atividades do Instituto (SOKOLOWSKY, 2013, p. 215). Por essa via, de concessões em concessões, ao conferir ao tratamento analítico uma acepção utilitária, um destino funesto se impôs à *Poliklinik*:

A Poliklinik, como centro de tratamento, se transformou em um horrível centro de triagem onde os psicanalistas condenavam à morte seus pacientes. Em 1938 a Poliklinik, naquele momento praticamente convertida em uma guilhotina psiquiátrica, recebeu uma grande injeção de dinheiro nazi e o respaldo pessoal de Hitler (KÜNKEL *apud* DANTO, 2005, p. 349).

Se em Berlim os acontecimentos eram perturbadores, em Viena, sorte diversa não sobreveio. A Viena Vermelha ruíra e, com isso, o fim oficial do Instituto se deu no dia 12 de março de 1938, quando as tropas alemãs, armadas, marcharam, hasteando a bandeira de conquista nazi (DANTO, 2005/2013, p. 397).

Com a aquiescência de Hitler, Goring nomeou o doutor Anton Sauerwald, um químico nazista, como administrador interino da clínica. Jones participou da reunião, como presidente da IPA, junto com Anna Freud, Martin Freud, Paul Federn, Eduard Hitschmann, entre outros. Contudo, diferentemente da *Poliklinik*, era consenso entre os analistas do Instituto de Viena que eles não se submeteriam a trabalhar naquelas condições, saindo, assim, antes que fossem expulsos (DANTO, 2005/2013, p. 397).

Conforme Sokolowsky pontua, a conivência do movimento psicanalítico, em especial da IPA, com o funcionamento do Instituto no regime nazista “é um problema discutido na Alemanha, como testemunha a esse respeito a culpabilidade coletiva dos analistas alemães no fim dos anos 1980” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 272). Aí se situa a importância de nos voltarmos a esse período tão cheio de sombras e ensinamentos:

Ele [esse período] mostra como, de sacrifícios em compromissos e compromissos em comprometimentos, aceitando se colocar a serviço do mestre com a esperança de obter um reconhecimento oficial acompanhado de meios materiais, psicanalistas alemães venderam suas almas ao diabo (SOKOLOWSKY, 2013, p. 230).

Tornou-se patente o sacrifício da ética em prol da manutenção do funcionamento institucional. A busca pelo reconhecimento profissional surge, na chegada do nazismo, como uma injunção “a responder ao projeto nacional-socialista de absorção da psicanálise na psicoterapia, consentindo em perder a independência da psicanálise, colocando seu saber-fazer a serviço do Estado” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 229-230). Durante todo o período nazista em que a *Poliklinik* se manteve e, mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, Jones e Anna Freud insistiram que eles apenas estavam “preservando a psicanálise a todo custo” (DANTO, 2005/2013, p. 377), sem qualquer crítica às práticas criminosas exercidas em nome da psicanálise.

De fato, eles garantiram a permanência de uma prática espúria que havia se desvirtuado completamente da psicanálise freudiana e já não podia mais responder por esse nome. Se a psicanálise não foi proibida, se ela não sofreu uma interdição direta, ela foi desjudaizada para, então, arianizar-se, e o que restou já não era mais a psicanálise, a ponto de já não poder, sequer, por fim, mencionar o nome de Freud (SOKOLOWSKY, 2013, p. 257). A desjudaização da psicanálise se inicia sob a pressão política exercida pelo nazismo, mas foi apenas pela conviência do posicionamento político-institucional da IPA que as práticas exercidas na *Poliklinik* continuaram a receber seu aval. Duas políticas distintas (a instauração do regime político do nazismo e a orientação política da IPA de não romper com as práticas exercidas na *Poliklinik*) se conjugaram, portanto, na morte da psicanálise alemã.

Por fim, precisamos assinalar que uma pergunta insistiu para nós durante o levantamento dessa pesquisa: qual foi a posição de Freud mediante tamanhos reveses e deturpações? A que se deveu o posicionamento de Freud, relativo à manutenção das clínicas no período do nazismo, interpretado posteriormente das mais variadas formas? Partiremos a seguir para uma análise mais aprofundada acerca do posicionamento freudiano quanto à manutenção da *Poliklinik* de Berlim.

1.11 A língua-pele alemã

Retrospectivamente, Freud foi alvo de inúmeras críticas por não ter dissolvido a *Poliklinik* mediante a exclusão dos analistas judeus. Na visão de seus críticos, Freud teria consentido com a manutenção de instituições “proforma” que não poderiam portar o nome da psicanálise. Estaria em jogo, aí, certa cegueira, inércia, apolitismo, indiferença ou posicionamento advindo do duro desejo freudiano de durar (SOKOLOWSKY, 2013, p. 247)?

Dentre as diferentes leituras da escolha de Freud em relação à manutenção da *Poliklinik* e do *Ambulatorium*, percebemos a aposta freudiana de fazer, desses institutos, pontos de resistência da psicanálise, de forma que ela pudesse atravessar e sobreviver àqueles sombrios tempos. Acompanhamos Sokolowsky em sua argumentação, quando ela localiza, na insistência de Freud pela duração da *Poliklinik*, o mesmo desejo implacável e os mesmos princípios que aplicou para si mesmo: ele escolheu ficar até o fim (2013, p. 235). Como Sokolowsky entende, Freud recomendou que a *Poliklinik* funcionasse o maior tempo possível, à espera de dias melhores, fazendo incidir seu acento sobre a duração:

No fundo, para a Instituição como para ele mesmo, estava em jogo a mesma estratégia. Nada de fuga preventiva, nada de fechamento antecipado. Era preciso se manter ali para que a língua original da psicanálise, a língua de Freud, subsistisse. [...] Freud aplicava à Instituição psicanalítica o que aplicava a si mesmo: existir o maior tempo possível era sua forma de lutar e resistir. Depois de 1933 Freud lutava contra a dor, até sua morte em 1939, com coragem e dignidade. Por consequência, ele se opunha ao fechamento do Instituto de Berlim e à paralização das atividades da sociedade psicanalítica alemã com o mesmo espírito de obstinação e de luta contra o inimigo, contra a pulsão de morte. O motivo da persistência de Freud não era sua cegueira política (SOKOLOWSKY, 2013, p. 235).

A língua materna de Freud e da própria psicanálise era o alemão e isso não era, para Freud, um detalhe anódino. Das correspondências que Freud trocou nesse período, recolhemos diferentes passagens que apontam para sua irredutibilidade em deixar Viena, mesmo diante dos piores reveses. Sobre essa insistência inamovível, Freud justifica ao escritor judeu Arnold Zweig que “não era possível abandonar sua língua materna” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 247). “A língua materna, ele explicava, é como a pele: não pode ser trocada” (FREUD *apud* SOKOLOWSKY, 2013, p. 247).

Foi com essa mesma obstinação que colocava em risco sua própria vida que Freud defendeu a manutenção do funcionamento da *Poliklinik* de Berlim e do *Ambulatorium* de Viena. Tratava-se de uma posição pessoal e uma orientação institucional que não se dissociam (SOKOLOWSKY, 2013, p. 247). Em uma carta a Ferenczi, datada de 2 de abril de 1933, Freud, mediante todo aquele cenário, continuava a insistir em permanecer em Viena: “Acredito que a fuga só se justifique por um risco vital direto, e, em último caso, é uma forma de morrer entre outras” (FREUD, 1933/2000, p. 513).

Deixar Viena tinha, para Freud, a conotação de um suicídio, como ele explicita com toda clareza em uma correspondência com Eitingon, escrita em primeiro de março de 1934: “A troca de lugar, nas condições que me encontro, pode ser tanto uma tentativa de suicídio quanto de salvação” (FREUD, 1934/2009, p. 809) – mais um indício de que a bússola que orientava Freud nessa firme decisão era uma questão vital, indissociável entre sua vida pessoal e a existência da psicanálise. Ele insistiu em permanecer até o último minuto e só aceitou se mudar para Londres no verão de 1938, um dia depois que Anna Freud foi conduzida compulsoriamente pela Gestapo a depor (SOKOLOWSKY, 2005/2013, p. 202). Esse foi, finalmente, o limite que Freud levou em conta: a ameaça direta contra a vida de sua filha. Enquanto as consequências do nazismo não bateram, literalmente, em sua porta, ele não recuou.

Além disso, desde 1923, Freud lutava contra o câncer e a dor. Em 1933, ano em que Eitingon deixa a presidência da *Poliklinik*, a doença de Freud já se encontrava em um estágio bastante avançado (SOKOLOWSKY, 2013, p. 235). Nesse período, pela idade, pelo avanço de sua doença e também pelo seu desejo de dedicar o tempo de vida que lhe restava à escrita de sua obra, Freud, gradativamente, passa a delegar a outros psicanalistas as orientações institucionais que ele acompanhou de perto por muitos anos, tanto em relação à IPA, quanto às clínicas de Viena e Berlim. Conforme Sokolowsky nos mostra, “Freud deixa a sua filha, assim como a Jones o cuidado de se ocuparem da gestão das sociedades psicanalíticas a fim de consagrar sua energia à redação de seus escritos” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 232).

Por fim, situamos também que, apesar da crescente perseguição que os judeus sofriam àquela época, não se poderia prever o plano de extermínio que foi levado a cabo nos campos de concentração e que modificaram radicalmente a significação do antissemitismo. Apesar de todo o cenário crescentemente desfavorável, ninguém poderia imaginar a que ponto catastrófico as investidas de Hitler chegariam, nem mesmo Freud. Esse desconhecimento e a forma com que o nazismo foi subestimado pelos próprios judeus extrapola o recorte da percepção dos psicanalistas, e não acreditamos que seja uma via frutífera para essa discussão incorrerem nessa crítica.

Assim, tendo apresentado todas essas variáveis e ressalvas e, mesmo levando em conta que a obstinação tão singular de Freud de permanecer e lutar, à espera por dias melhores, foi aplicada, tanto a si mesmo, quanto às clínicas de Viena e Berlim, acreditamos ter havido certa ingenuidade nessa escolha. Há um imponderável em relação à posição de Freud sobre o qual é muito difícil tecer um julgamento de valor, mas gostaríamos de fazer duas colocações.

A primeira é a singularidade de sua posição, que difere em muito daquela de Ernest Jones e mesmo a de Anna Freud. Não nos parece que, para Jones, a manutenção das clínicas tivesse o mesmo caráter vital que para Freud, que considerava a língua alemã como sua própria pele. Mesmo para Anna Freud, parece-nos que a tentativa de separar a psicanálise do judaísmo, defendendo-a como ciência autônoma, foi um fator de preponderância muito mais relevante que a aposta freudiana na sobrevivência às adversidades – ainda que, à primeira vista, essas disposições possam se assemelhar. A propagação da independência da psicanálise e o argumento de sua neutralidade política – que, ao fim de nossa pesquisa, foram os pontos que verificamos se reiterarem

incessantemente nas defesas de Anna Freud –, no contexto sombrio do nazismo, engendrou uma apatia ética indefensável.

A segunda colocação é que, independente de quais tenham os motivos que levaram ao progressivo afastamento de Freud e ao seu consentimento em permitir que a *Poliklinik* continuasse vinculada à IPA, mesmo diante de sua arianização – seja a velhice, a doença ou a ausência pela dedicação à escrita de sua obra –, essa escolha não preservou a psicanálise alemã. Mais que isso, parece-nos que ela foi uma das vias mais veementes pelas ela se diluiu e descaracterizou.

O resultado dessas concessões é que o “cavalo de Troia”⁵ ariano, a tão buscada autorização do Estado para a permanência da *Poliklinik* durante o regime nazista, foi o “presente” concedido pela direção de Boehm, mas também o veneno mortífero que se instilou na cidadela psicanalítica alemã. Salvar a qualquer custo a permanência da psicanálise na *Poliklinik*, garantir que ela não fosse proibida pelo nazismo, foi um engodo de aparência “justificável” que acarretou consequências funestas para a psicanálise alemã. Não que acreditemos que houvesse um futuro promissor para a psicanálise no sombrio contexto do nazismo, ou que conceitos como a teoria da sexualidade infantil ou a pulsão de morte pudessem não ser censurados na Alemanha de Hitler. Todos esses princípios certamente seriam interditados, mas não com a chancela da IPA, não com sua conivência.

Para finalizar essa parte e, resgatando um ponto que diz respeito à impossibilidade da existência da psicanálise durante o regime nazista, Elizabeth Danto fez uma colocação que nos chamou a atenção e com a qual discordamos. A autora defende que “a psicanálise só poderia alcançar todo seu potencial em uma sociedade socialista” (DANTO, 2005/2013, p. 364). Essa colocação, ao final de seu livro, insere-se em um contexto de defesa das posições políticas de Fenichel e Reich, as quais Danto qualifica como “radicais” e “militantes” em relação às suas adesões ao marxismo (2005/2013, p. 358). A autora entende que esses psicanalistas propõem que “o respeito à sociologia inteiramente marxista é uma condição prévia para praticar a psicanálise a partir de um ponto de vista freudiano impecável” (DANTO, 2005/2013, p. 360). Mais do que evidenciar a defesa da relação entre a psicanálise e o marxismo por Reich e Fenichel, Danto acredita que “quando Fenichel e Reich consideravam que sua postura na política e na sexualidade, e

⁵ O Cavalo de Troia foi um grande cavalo de madeira construído pelos gregos durante a Guerra de Troia, como um estratagema decisivo para a conquista da cidade fortificada de Troia, cujas ruínas estão em terras hoje turcas. Tomado pelos troianos como um símbolo de sua vitória, foi carregado para dentro das muralhas, sem saberem que em seu interior se ocultava o inimigo. À noite, guerreiros saem do cavalo, dominam as sentinelas e possibilitam a entrada do exército grego, levando a cidade à ruína.

na totalidade da teoria e da prática, estava mais próxima da do Freud original, eles estavam certos” (DANTO, 2005/2013, p. 364).

Por maiores que sejam os méritos da pesquisa tão minuciosa realizada por Danto – e da qual nos servimos enormemente nesta tese –, sua leitura acerca das relações entre a política e a psicanálise tem um viés idealista que diverge em muito da posição adotada pelo próprio Freud. Parece-nos que há uma visível discordância no tocante às expectativas de Freud e as de Danto, assim como as de Reich e Fenichel, quanto às promessas de uma justa distribuição econômica que teria efeitos de apaziguamento do mal-estar civilizatório.

A psicanálise, invenção de Freud, pôs em questão de forma absolutamente inovadora os ideais que regem a civilização, ao revelar os desejos inconscientes e como eles ameaçam as representações ideais, subvertendo o discurso dominante. A política, por outro lado, baseia-se e promove os ideais. Naquele contexto, a visada marxista apostava na Revolução como solução para os conflitos civilizatórios, ponto em que a psicanálise e a política certamente divergem. Subversão e revolução são posições distintas mediante os ideais civilizatórios e, no próximo subitem, discutiremos esse ponto com um pouco mais de vagar a fim de não recairmos no risco de apresentar uma visão muito rasa e simplista, tanto do marxismo, quanto das posições de Freud diante da teoria marxista e da política bolchevista, que são sensivelmente distintas. Assim, discutiremos, a seguir, a posição de Freud diante dos ideais políticos e em que esse posicionamento divergia, mais especificamente, do de Reich, inclusive teoricamente, trazendo referências que esclareçam sua crítica em relação aos ideais revolucionários e também uma defesa da descoberta da pulsão de morte.

1.12 Freud: “um liberal à moda antiga”⁶

Elizabeth Danto tem o mérito de realizar um levantamento minucioso dos mais diversos documentos, referências teóricas e trocas de correspondências do movimento psicanalítico, referentes ao período de 1918 a 1933. A partir dessa pesquisa, a autora aponta para evidências orais e escritas que demonstram uma aproximação do movimento psicanalítico com alguns núcleos partidários daquela época, ao afirmar que “as filiações

⁶ Expressão de Freud em carta escrita a Arnold Zweig, presente no livro organizado por Alberto Moll, em 1926, em associação com o Instituto de Sexologia *Magnus Hirschfeld*, de Berlim (Sokolowsky, 2003, p. 307).

políticas reais dos principais membros do movimento psicanalítico era fato provado” (DANTO, 2005/2013, p. 28). De fato, no início do século passado, era bastante recorrente a filiação dos psicanalistas a diferentes partidos. Por exemplo, Otto Fenichel era ligado ao marxismo; Ernst Simmel e Siegfried Bernfeld, ao socialismo; Wilhelm Reich, ao comunismo. Além disso, Karen Horney, Eduard Hitschmann, Paul Federn e o próprio Freud eram filiados ao partido Social Democrata.

Este cenário começa a se modificar na instauração do nazismo, quando o rompimento com correntes marxistas e revolucionárias constituía uma precaução concreta, uma tomada de distância, de forma a distinguir a psicanálise da visada política, preservando-a como um campo de saber distinto. Neste sentido, Sokolowsky assinala que o desligamento de Wilhelm Reich da IPA é paradigmático, afinal, era fundamental, segundo a autora, “se separar o mais rapidamente de personalidades dissidentes a fim de demonstrar que a psicanálise não era uma criação bolchevista” (SOKOLOWSKY, 2013, p. 224-225).

Contudo, a radicalidade do posicionamento político de Reich não foi o único motivo que levou a seu desligamento. Havia também uma divergência teórica fundamental, uma vez que Reich associava a pulsão de morte ao que ele entendia como um traço melancólico de Freud, refutando as considerações freudianas sobre o “mais além do princípio do prazer”, e ressaltando a potência da força vivificante da libido, como se tudo se resumisse “à capacidade de resistência do eu” (SOKOLOSKY, 2013, p. 225). Esse é o ponto que Elizabeth Danto não trata em seu livro: o afastamento de Reich não era devido unicamente ao seu posicionamento político, mas também teórico: o rompimento com Reich é carregado por esses dois aspectos, justapostos.

Para além de demarcar a separação da psicanálise da esfera política como forma de protegê-la dos ataques do regime nazista, havia também outra questão em jogo, que se refere à posição de Freud frente aos ideais. A posição freudiana não era da militância partidária, nem de que a psicanálise poderia servir aos interesses de um partido político, ou de que, em um regime socialista, haveria melhores condições para a sua prática.

O apelo à Revolução, tal como preconizada pelo bolchevismo em sua leitura da teoria marxista, baseava-se na crença em uma mudança na natureza do funcionamento humano, baseada na desconsideração das exigências pulsionais. Essa parece ser, em última instância, a crítica de Freud que encontramos em “A questão de uma Weltanchnng” (1933a/1996)

Freud inicia seu texto nos advertindo quanto às dificuldades de tradução do termo alemão *Weltanschauung*, dando-nos a definição do termo como a de uma “construção intelectual” que resolveria “todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese superior dominante, a qual, por conseguinte, não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo” (1933a/1996, p. 155). Freud divide as visões de mundo que se sustentam dentro dessa lógica de responder às indagações humanas entre as formas religiosas, científicas, políticas e artísticas, situando, ao final de seu texto, o lugar da psicanálise.

Em relação à sua apreciação da esfera política, Freud começa por salientar que as indagações de Marx sobre a estrutura econômica da sociedade alcançaram uma grande autoridade e que talvez ele próprio não dispusesse da clareza necessária para avaliá-las em toda sua dimensão. Freud nos previne, portanto, de que adentra um campo em que não possui toda a competência e conhecimento para realizar seu julgamento, mas, ainda assim, convida-nos a lhe acompanharmos em suas apreciações.

A oposição de Freud frente ao marxismo e ao bolchevismo parece, como dissemos anteriormente, ter sido centrada especificamente sobre a irreduzibilidade da pulsão de morte, que não seria transposta por reajustes econômicos:

Existem assertivas nas teorias de Marx que me parecem estranhas: como a afirmação de que o desenvolvimento de formas da sociedade é um processo histórico natural, que as mudanças na estratificação social surgem umas das outras segundo um processo histórico (FREUD, 1933a/1996, p. 172).

A crítica de Freud incide sobre a afirmação de que o desenvolvimento das civilizações tenha sido um processo natural, apontando para a agressividade com um fator ineliminável e advertindo que “não se pode, contudo, supor que os motivos econômicos sejam os únicos que determinam o comportamento dos seres humanos em sociedade” (FREUD, 1933a/1996, p. 173). Freud reitera, portanto, sua constatação sobre o desencontro entre a satisfação pulsional e as exigências culturais, apontando que o homem é um ser associal, pois subsiste nele um resto ineliminável que corresponde à forma com que cada um encontra sua satisfação pulsional.

Conforme Romildo do Rêgo Barros argumenta, a definição que Freud dava a si mesmo de “um liberal à moda antiga”, em suas correspondências com o escritor Stephen Zweig, continha em seu cerne “a ideia fundamental de que a pulsão sexual e a civilização são inconciliáveis”, ou seja, “o famoso pessimismo freudiano” (2017. Sem página). O

caráter incontornável da pulsão se apresenta como um incurável da humanidade que não se reduz à distribuição de renda ou a reveses políticos. A aspiração por parte da psicanálise a algo como uma revolução ou uma incidência que tocasse o âmago do funcionamento humano no plano político é ingênua e ilusória por não levar em conta os elementos pulsionais e suas exigências vigentes no plano civilizatório. Freud, neste sentido, advertido quanto à aspiração de que “o socialismo pudesse remediar uma falha que se deve à estrutura humana”, alertava que “na realidade ainda teremos de lutar, durante um tempo incalculável, com as dificuldades que o caráter indomável da natureza humana apresenta a qualquer espécie de comunidade social” (FREUD, 1933a/1996, p. 176). Eis o seu pessimismo.

Contudo, fazemos aqui a ressalva de que a teoria marxista, em si, não possui essa leitura simplista, reducionista, mas a forma como ela foi implementada pelo bolchevismo russo pode sim ser criticada como ingênua e ilusória em relação ao funcionamento humano. Como o próprio Freud assinala, na medida em que o bolchevismo começa a executar a ação revolucionária, o marxismo é tomado uma “visão de mundo”, à semelhança de uma Weltanschauung religiosa:

Embora sendo originalmente uma parcela da ciência, e construído, em sua implementação, sobre a ciência e a tecnologia, criou uma proibição para o pensamento que é exatamente tão intolerante como o era a religião, no passado. Qualquer exame crítico do marxismo está proibido, dúvidas referentes à sua correção são punidas, do mesmo modo que uma heresia, em outras épocas, era punida pela Igreja Católica. Os escritos de Marx assumiram o lugar da Bíblia e do Alcorão, como fonte de revelação, embora não parecessem estar mais isentos de contradições e obscuridades do que esses antigos livros sagrados (FREUD, 1933a/1976, p. 175).

A esse respeito, em seu artigo intitulado “O que Freud disse sobre a Revolução Russa” (2017), Christian Dunker esclarece que, em 1923, houve a abertura de uma Instituição de formação e atendimentos em Moscou, à semelhança da Poliklinik de Berlim, ressaltando que Lênin apoiava efetivamente a psicanálise como política pública nos serviços de saúde. Contudo, depois da morte de Lênin, em janeiro de 1924, a aproximação das políticas públicas com a psicanálise sofre uma guinada radical e, no ano seguinte, a psicanálise já passa a ser considerada pelo governo russo como “uma ciência burguesa, individualista, mecanicista e contrarrevolucionária – proscrita, portanto, na União Soviética”. Dunker recupera uma carta de Freud a Osipov, datada de 23 de fevereiro de 1927, em que o psicanalista apresenta um cenário pouco propício à psicanálise:

As coisas estão indo mal para a psicanálise na Rússia soviética; por algum motivo os bolcheviques puseram nas suas cabeças que a psicanálise é hostil ao sistema. Você sabe a verdade, que a nossa ciência não pode ser tomada a serviço de qualquer partido, mas ela requer uma mente aberta [*Freiheitlichter*] para o seu desenvolvimento (OSIPOV *apud* DUNKER, 2017, sem página).

Essa mesma leitura arguta – que não se deixa iludir pelo apelo revolucionário – pode ser verificada em “Por que a Guerra?” (1933b/1996), quando Freud sustenta, junto a Einstein, que os bolcheviques, portentosamente armados, demonstravam um ponto inerente à natureza humana – quer seja, a agressividade, isso que não caminha em direção ao bem universal –, apontando que ainda teríamos que passar por assustadoras Guerras Civis (FREUD, 1933b/1996, p. 209). A ilusão dos bolchevistas, segundo Freud, era de esperar que a agressividade humana desaparecesse frente à satisfação de todas as necessidades e diante da igualdade dos membros daquela comunidade (1933b/1996, p. 205).

O ponto que Freud sustenta é que o entusiasmo pela Guerra na civilização encontra suas raízes na pulsão de morte: "as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam sua existência e sua força" (FREUD, 1933b/1996, p. 203). Em relação ao posicionamento freudiano, sua visada coloca em causa as ilusões que podem surgir em relação ao elemento político. Temos, então, um Freud atento e comprometido, eticamente responsável pelos desarranjos de seu tempo, que interpretava continuamente o mundo que conheceu, mesmo sem esperar de suas ações um fim pacífico ou uma solução permanente.

É por essa margem delicada, entre se haver com os desarranjos de seu tempo, mas, igualmente, não depositar na psicanálise a expectativa de solução dos conflitos civilizatórios, que Freud parecia transitar. Sobre essa postura ética comprometida, mas, ainda assim, reticente, Sérgio Laia pondera que há um paradoxo relativo à ação da psicanálise no mundo:

Por um lado, se a psicanálise não propõe respostas aos impasses da civilização, sua própria sobrevivência está ameaçada; por outro lado, se estas respostas fossem adotadas mundialmente, se ninguém mais resistisse à subversão psicanalítica, a psicanálise não deixaria de estar seriamente em risco ou talvez inclusive já morta (LAIA, 2010. Sem página).

Parece ter sido esse discernimento que orientou Freud de que não se tratava do “convencimento” da sociedade, no sentido de pretender que os conceitos psicanalíticos se

difundissem como generalizações culturais, ou, nas palavras de Freud, como “visão de mundo”, uma *Weltanschauung*, que aspirasse a dar resposta e sentido aos males da humanidade.

Nesse contexto, Freud coloca com muita lucidez que “a psicanálise é incapaz de criar uma *Weltanschauung* por si mesma” (FREUD, 1933a/1996, p. 177) e, ainda que ele relacione a psicanálise à ciência, adverte que a ciência não possui propriamente uma *Weltanschauung*, dado que ela “não é capaz de abranger tudo, é muito incompleta e não pretende ser autossuficiente e construir sistemas” (FREUD, 1933a/1996, p. 177). A psicanálise não é uma *Weltanschauung*, não se subsume a uma visão do mundo que traz explicação, conforto ou prescreve formas de evitação do sofrimento. Se sua posição se aproxima da ciência, ela possui uma verdade incompleta, parcial e não propõe nenhuma solução definitiva para os males da humanidade.

É precisamente nessa zona de margens que não se definem claramente que pretendemos adentrar para finalizar o primeiro capítulo desta tese: já que não se trata de um enclausuramento da psicanálise para o “dentro”, relativo às análises clássicas, pautadas pelo *standard*, nem, tampouco, sua assimilação pelos discursos dominantes, a que tarefa responde um psicanalista em sua aposta de manter vivo o discurso analítico, mediante os impasses civilizatórios?

1.13 “Duas retas paralelas”⁷: uma mesma psicanálise?

Apresentamos esse apanhado de Freud diante dos ideais políticos a fim de demarcar a diferença de seu posicionamento em relação ao movimento psicanalítico, no tocante tanto à assimilação da psicanálise pelo discurso dominante quanto em relação à irreduzibilidade do conceito da pulsão de morte no âmbito civilizatório. Contudo, a despeito da visada freudiana que situa um mal-estar ineliminável, veiculado pela pulsão, e desconecta a psicanálise de “uma visão de mundo”, que a tudo dá sentido, percebemos como a difusão da psicanálise foi acompanhada por certa concepção “exitosa” do tratamento. Como já apontamos, pautados pela ânsia de respeitabilidade, os analistas alemães acabaram por colocar a psicanálise a serviço do Estado, ao preço de perder a independência de sua práxis, dando lugar a posições, não só conservadoras, mas também avessas ao gênero humano e à própria descoberta freudiana.

⁷ Cf. essa expressão em Laia, 2010, sem página.

Contudo, conforme expusemos até aqui, se o regime nazista agravou e acelerou o recrudescimento das iniciativas sociais da psicanálise europeia, ele não foi o único responsável pela sua deturpação. A estandardização, a medicalização e o combate à análise leiga eram pontos que já estavam em pauta antes mesmo da ascensão do nazismo – ainda que essa ascensão tenha agravado e acelerado o movimento que já estava em curso. A esse respeito, Sérgio Laia considera que, “especialmente depois de 1938, com a propagação do Nazismo, as iniciativas psicanalíticas europeias comprometidas com o que Danto nos convida a chamar de ‘justiça social’ são quase totalmente desbaratadas” (LAIA, 2010. Sem página).

Não foi apenas na Alemanha que a assimilação da psicanálise pelo discurso dominante teve lugar. Em sua expansão aos países anglo-saxões, a psicanálise, ao se submeter ao mestre capitalista, igualmente se desvia de seus princípios, embora não do mesmo modo que o nazismo. Os Estados Unidos e a Inglaterra receberam a psicanálise como foi possível a eles, com suas idiosincrasias, como, por exemplo, o pragmatismo norte americano e seu eminente utilitarismo, que se alinhavam com a proposta mais *standard* da IPA americana.

Embora não seja nosso intuito discutir pormenorizadamente a expansão da psicanálise aos países de língua inglesa, cabe ressaltar que o ponto em comum nesses dois desvios, seja nos países de língua alemã ou anglo-saxônica, é que a expansão – ou extensão – sem o suporte da intensão, dos fundamentos éticos e clínicos da psicanálise, acabou por incorrer igualmente em uma diluição da psicanálise que a descaracterizou e resvalou para dois problemas distintos. Entre meados da década de 1920, mas, principalmente, ao final da década de 1930, verifica-se a ocorrência, segundo Sérgio Laia, de “dois movimentos diferentes e, em certo sentido, antagônicos” (2010. Sem página), decorrentes da difusão da psicanálise. A proposta inicial das clínicas sociais, que era a conjugação da formação com a expansão do campo psicanalítico, acabou por originar “duas retas diferentes que, no melhor dos casos, foram consideradas paralelas” (LAIA, 2010. Sem página).

O enrijecimento das análises didáticas, alinhadas a uma concepção ortodoxa de um modelo *standard* é também concomitante à desvinculação da psicanálise da esfera política. Sérgio Laia esclarece que a psicanálise praticada na Inglaterra ou nos Estados Unidos se revelou muito mais implicada com uma “formação analítica *standard* e muito mais associada ao que se passava nos consultórios privados do que a uma prática inovadora e preocupada com a ‘justiça social’” (LAIA, 2010. Sem página).

Por outro lado, a terapêutica analítica, ao se difundir entre o público leigo e se voltar para a aplicação nos campos da educação, da sexualidade, da medicina geral ou do Direito, campos onde o *standard* não podia ser replicado, acaba por transformar a psicanálise em uma espécie de “boa conselheira, capaz de dirigir uma série de *doxas* tranquilizadoras aos pais e mães aflitos com relação a seus filhos ou também aos trabalhadores da assistência pública” (LAIA, 2010. Sem página). A extensão pela extensão, afastada da discussão sobre os princípios, acabou por incorrer em uma posição, de certa forma, benevolente, como se a terapêutica analítica pudesse fazer um bem ao mundo – o que se tornou um problema para a psicanálise. O efeito dessa dispersão na cultura é um afastamento no qual a psicanálise dá lugar às terapias de base analítica e se torna uma prática eminentemente terapêutica, “psi”. Essa série de aplicações rasas da psicanálise passou a ser promovida como “terapias de base analítica”.

Nessa clivagem, a separação entre a rigidez do *standard* e a diluição das aplicações terapêuticas acarreta um afastamento da psicanálise da esfera política, que buscamos colocar em questão. Não se trata da tomada de distância daquela postura mais militante e próxima aos partidos políticos que verificamos no início da década de 1920, mas sim da responsabilidade ética da psicanálise em relação aos desarranjos civilizatórios de seu tempo, que parece recrudescer.

Éric Laurent, em seu texto “O analista cidadão” (1999), localiza, no contexto do fim da Segunda Guerra e na chegada dos militares norte-americanos à Europa, a influência do estilo de vida americano na cultura europeia, que passa a se alinhar aos ideais do novo continente. A tentativa da sociedade de forma geral, Laurent afirma, “foi a de modernizar em moldes americanos o modo de vida europeu” (1999, p. 7). Isso passou a se apresentar em renovadas discussões e debates públicos na Europa, em relação, por exemplo, à garantia de direitos e à defesa das minorias.

Se discussões como essa já estiveram em pauta na abertura democrática decorrente do fim da Primeira Guerra, as que passaram a ter lugar após a Segunda Guerra não eram exatamente iguais. Em seu texto, Laurent sublinha que, nesse segundo momento, “os analistas se encontraram em um mundo que se tornou muito permissivo” (1999, p. 1). A posição do analista, nesse segundo tempo, Laurent coloca, “não era a mesma”, já que ele “pensava em se manter exclusivamente em sua função, sem fazer propostas, porque já havia uma luta que se queria fazer ouvir pela opinião pública” (1999, p. 1).

O silêncio dos psicanalistas diante dos debates democráticos posteriores é lido por Laurent como uma “crença de que tais problemáticas não os concerniam, de que outros atores já se ocupavam delas com muito mais pertinência e apropriação” (1999, p. 1). Nesse contexto, o autor afirma que os “analistas assumiram a posição do intelectual crítico [...] que não tem nenhum ideal, que chega a se apagar, que é tão só um vazio ambulante, que não crê em nada” (1999, p. 8).

Laurent faz referência a esse analista apático e desimplicado com as questões de seu tempo como um “especialista da desidentificação” (1999, p. 8). Em relação à “desidentificação”, ele afirma que parecia haver uma crença, por parte dos analistas, de que a queda dos ideais que uma análise comporta implica um total desinteresse pelas questões hodiernas. Laurent adverte que essa posição crítica de denúncia dos ideais “não pode prosseguir e, se os analistas creem que podem ficar aí [...], seu papel histórico terminou” (1999, p. 8).

A crítica de Laurent incide sobre essa posição dos analistas como intelectuais críticos, “que tendem a se apagar frente às mazelas e transformações da humanidade” (1999, p. 8). Torna-se necessária, Laurent adverte, a passagem do analista especialista da desidentificação ao mundo externo, a um analista cidadão que deve ser “capaz de entender qual foi a sua função e qual lhe corresponde agora” (1999, p. 13).

No próximo capítulo, buscaremos subsídios no ensino de Jacques Lacan para adentrarmos essa discussão que Laurent levanta sobre a função do “analista cidadão”, no plano social e político de seu tempo. Primeiro, iremos ao escrito “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998), buscando localizar como Lacan se posicionou diante da descaracterização da prática analítica, seja pela standardização das análises didáticas ou pela diluição das terapias de base analítica.

Interessa-nos vivamente a crítica que Lacan realiza nesse texto, dentre outros aspectos, porque ele não se atém à diferenciação entre o “tratamento-padrão” – com o qual podemos alinhar as análises didáticas – e suas “variantes” – onde estariam localizadas as terapias de base analítica. A posição de Lacan nesse texto indica uma ausência de padrão no que concerne às análises, já que cada uma é única: só há variantes.

2 LACAN E A POLÍTICA DA PSICANÁLISE

2.1 Retorno aos fundamentos da psicanálise

Tendo apresentado, no primeiro capítulo, tanto a imbricação da psicanálise com os campos social e político quanto, no decorrer do século passado, seu afastamento deles, parece possível sustentar a hipótese da existência de uma coincidência entre a expansão da psicanálise e a sua contrapartida – o enrijecimento do *standard* que ocasionou a degradação de sua prática e seu distanciamento em relação aos campos social e político.

Neste segundo capítulo, partiremos da discussão de Lacan acerca do “tratamento-padrão”, suas “variantes” e a crítica dirigida à ortodoxia com que a IPA aborda o tratamento analítico sustentado conforme o *standard* e aquele que não segue esse tipo de padrão. Lacan inicia o escrito “Variantes do tratamento padrão” (1955/1998) apontando a uma inocuidade, um vazio na definição mesma do que seriam o “padrão” e as “variantes”, dado que “a psicanálise não é uma terapêutica como as outras” (1955/1998, p. 326). A respeito dessa diferenciação, ele indica que, em se tratando da psicanálise, “a rubrica *variantes* não quer dizer nem adaptação do tratamento, com base em critérios empíricos nem, digamos, clínicos” (1955/1998, p. 326). Daí se depreende que um tratamento analítico não é adaptável em relação a um padrão.

Logo, ao invés de se ocupar das variantes, justamente porque a psicanálise se diferencia das demais terapêuticas por não se conformar a um “padrão”, Lacan considera importante a formulação de um critério de diferenciação entre a psicanálise e as demais abordagens terapêuticas. Para tanto, ele considera indispensável o discernimento em relação ao “rigor de alguma forma ético, fora do qual qualquer tratamento, mesmo recheado de conhecimentos psicanalíticos, não pode ser senão psicoterapia” (LACAN, 1955/1998, p. 326).

Qual seria, portanto, a definição desse rigor? Lacan indica justamente a ausência dessa definição que não fora, até então, elaborada. Assinala que, para essa elaboração poder ser formulada, seria necessária uma “formalização, a nosso entender teórica, que não conseguiu satisfazer-se até hoje senão ao ser confundida com um formalismo prático, ou seja com aquilo que faz ou não se faz” (LACAN, 1955/1998, p. 326). Havia, assim, uma confusão entre a formalização do “rigor de alguma forma ético” – aquele que diferencia a

psicanálise das demais psicoterapias – com o “formalismo prático”, ou seja, a adequação às regras do *standard*.

Contudo, quando Lacan critica o modelo ortodoxo vigente na IPA, não nos parece que a interrogação sobre a definição do psicanalista surja aí como uma inquietação tão clara para Lacan. *A posteriori*, depois de empreendermos todo o percurso que o mapeamento desta questão nos conduziu em nossa pesquisa, pudemos localizar neste texto uma primeira aproximação a essa questão, através da discussão em torno do “tratamento padrão” e das “variantes”, conforme indicaremos a seguir.

Em seguida, nesse segundo capítulo, acompanharemos a forma pela qual Lacan avança na questão: “o que é um analista?”, e, para tanto, trabalharemos a criação da Escola por Lacan como uma resposta clínico-política que articula o “dentro” da formação – ou seja, os fundamentos da prática analítica –, com o “fora” que as desordens contemporâneas próprias a cada tempo descortinam, retornando como ensinamento à própria psicanálise. Adiantamos que a pergunta sobre “o que é um analista”, central para a psicanálise, parece nunca encontrar uma resposta acabada, e aí mesmo reside sua vivacidade: não é circunstancial que Lacan tenha trabalhado para mantê-la permanentemente aberta, como o eixo de sua Escola, conforme comentaremos mais ao fim deste capítulo.

Para iniciar essa discussão, importa situá-la dentro de um panorama histórico. Com a morte de Freud, houve uma consolidação da ortodoxia a partir da derrocada das clínicas sociais e da ascensão do *standard*. Conforme expusemos anteriormente, razões internas do movimento psicanalítico, a ascensão de Ernest Jones na IPA, a instauração do regime nazista e o crescimento da psicanálise anglo-saxônica, assim como uma guinada da clínica com relação à medicalização e à estandardização, ocasionaram uma orientação conformista. No artigo “Por uma história das políticas da psicanálise: institucionalização, formação e posicionamento político dos analistas” (PALUMBO; MOREIRA; HARITÇALDE, 2018), encontramos a seguinte análise desse período:

Se até a década de 1930 os problemas internos e externos desse movimento fizeram com que ele estivesse associado a pensamentos políticos, digamos, mais subversivos, sua sorte mudará com a arianização da psicanálise na Europa Central e no contato com o puritanismo da classe médica americana, que dará pouca atenção às ideias mais críticas. Na passagem dos anos 1930 para os 1940, com a morte de Freud e a briga entre seus herdeiros intelectuais, Londres passa a ser o centro da psicanálise e os posicionamentos mais aparentados ao de Jones se tornam a força política mais promissora, que procurou conseguir o reconhecimento científico oficial (PALUMBO; MOREIRA; HARITÇALDE, 2018, p. 101).

A psicanálise pós-freudiana, em sua expansão nos países de língua inglesa, passou a privilegiar os efeitos terapêuticos do tratamento e a autonomia do eu, em uma apropriação seletiva e distorcida dos ensinamentos freudianos. A expansão e a institucionalização da psicanálise ipeísta conduzem a uma cristalização normatizadora da formação, na qual verificamos, por exemplo, uma gradativa sistematização das análises didáticas.

Jacques Lacan, em seu texto de 1955, “Variantes do tratamento-padrão”, dialoga abertamente com essas questões. Sustenta sua crítica em relação à rigidez dos *standards* preconizados pela IPA, empreendendo um retorno a Freud, a fim de elucidar os fundamentos de tais normatizações, interrogando os princípios a que respondiam. O cerne de seu trabalho, nesse momento do seu ensino, era resgatar os princípios éticos da psicanálise, de modo a discutir pontos cruciais que ficavam de fora, nas práticas degradadas que se propagavam sem qualquer discussão sobre os fundamentos éticos da psicanálise.

2.2 O “sem-padrão” das variantes

A questão sobre os princípios que legitimam a prática analítica já se anuncia pela crítica ao padrão inscrito no título do texto, “Variantes do tratamento padrão” (1955/1998), o qual, conforme Lacan esclarece, comporta a rubrica inédita do termo “tratamento-padrão”, cunhado em 1953 por um comitê de psicanalistas do qual ele fazia parte. Esse comitê estava incumbido “de interrogar o referido tratamento em seu fundamento científico” (LACAN, 1955/1998, p. 325), para um capítulo da publicação intitulada *Enciclopédia médico-cirúrgica*, a encargo de Henri Ey (LACAN, 1955/1998, p. 325).

Henry Ey havia convidado Lacan a escrever um artigo na sessão sobre os “métodos terapêuticos em psiquiatria”, cuja tarefa era “interrogar o referido tratamento em seu fundamento científico” (LACAN, 1955/1998, p. 325). “Variantes do tratamento-padrão” foi o título do artigo do qual Lacan deveria se ocupar nesta enciclopédia, que figurava lado a lado com o artigo “Tratamento-padrão”, do psicanalista e médico Maurice Bouvet – que, como o título aponta, ocupa-se do “tratamento-padrão”, ao passo que o de Lacan, em contrapartida, de suas “variantes”.

Lacan, nas primeiras linhas desse escrito, já questiona o título do trabalho que lhe fora encomendado, pela “referência implícita a um desvio” (1955/1998, p. 325), ou seja, as variantes que, em relação ao padrão, seriam uma espécie de desvio. Lacan então interroga a referência ao padrão inscrita no título: “Será essa uma distorção de seu direcionamento para a informação médica? Ou será que se trata de uma deformação intrínseca à questão?” (LACAN, 1955/1998, p. 325). A “deformação intrínseca à questão”, a referência a um padrão distinto das variantes, serve de entrada à questão que diferencia a psicanálise das demais abordagens terapêuticas. Essa leitura crítica de Lacan diverge abertamente da forma pela qual Bouvet apresenta a questão do tratamento-padrão em seu artigo.

O texto de Bouvet consiste em um relatório no qual os analisantes são chamados de doentes e os psicanalistas de médicos, e ali se volta sobre o “aspecto técnico” do tratamento, apresentando os critérios padronizados, como preços normatizados, número de sessões previamente fixado, tempo de sessão cronometrado, cor da vestimenta do terapeuta, neutralidade inodora, recomendações de prudência, etc. (ROUDINESCO; PLON, 1997, p. 140-141 e ROUDINESCO, 1994, p. 258). Em “Variantes do tratamento padrão” (1955/1998), Lacan critica essa versão extraviada da psicanálise freudiana, praticada também por Bouvet, que se focava na análise do ego por meio da redução das resistências, defendendo uma concepção que privilegiava uma abordagem tecnicista e médica da psicanálise, descaracterizando-a.

Nesse recorte histórico, Lacan indica de forma muito clara a confusão que recaía sobre a psicanálise, advertindo, de saída, que “a psicanálise não é uma terapêutica como as outras”. Ele assinala que a diversidade, a variabilidade é o próprio padrão psicanalítico, ao advertir-nos que “a questão das variantes da análise, brotando aqui do traço galante de ser ela tratamento-padrão, incita-nos a preservar apenas um critério” (1955/1998, p. 331).

O primeiro ponto que ressaltamos é a indicação lacaniana de que só há variantes, e estas são o próprio padrão do tratamento psicanalítico, que, afinal, inexiste. Contudo, um segundo ponto merece atenção, ou, nas palavras de Lacan, devemos “preservar apenas um critério” (1955/1998, p. 331). Na contramão da abordagem cômoda à essa questão, Lacan indica que o ponto principal, o critério que diferencia a psicanálise em relação às demais abordagens é a observância a “um rigor, de alguma forma ético fora do qual qualquer tratamento, mesmo recheado de conhecimentos psicanalíticos, não pode ser

senão psicoterapia” (LACAN, 1955/1998, p. 326). Se não se trata de padrão, mas de rigor ético, importa perguntar: de que rigor ético se trata?

Essa questão não é prontamente respondida, e, para se aproximar dela, Lacan utiliza o critério da exclusão, descartando tudo aquilo que se distancia do rigor. Ele se volta aos desvios por ele localizados em relação à rigidez das normas, em uma tentativa de reconduzir a práxis analítica a uma formalização teórico-clínica que pudesse resgatar o referido rigor ético do qual “não conseguiu satisfazer-se até hoje senão ao ser confundido com um formalismo prático, ou seja, com aquilo que se faz ou que não se faz” (LACAN, 1955/1998, p. 326).

No tocante à sua crítica aos formalismos, Lacan resgata um dossiê organizado por Edward Glover, em 1954, para fazer um levantamento sobre as “práticas técnicas reais e as normas de trabalho neste país [a Grã-Bretanha]” (LACAN, 1955/1998, p. 328). Dos sessenta e três pontos levantados na caracterização do “tratamento padrão”, Lacan salienta como ponto em comum a todos eles sua inocuidade, afirmando que “relacionaram-se com matérias tão insignificantes quanto a inoportunidade de aceitar presentes, a rejeição do uso de termos técnicos na análise” (1955/1998, p. 328). Além disso, Lacan indica que “não se trata aí de definir as matérias de um programa” (1955/1998, p. 364) de formação aos candidatos a analista, mas de exortar os “responsáveis pelo ensino” quanto à obrigação de abrir a psicanálise “à crítica de seus fundamentos, sem o que ela se degrada em efeitos de suborno coletivo” (LACAN, 1955/1998, p. 364).

Na direção de proscrever a enumeração das exigências-padrão na caracterização de uma análise didática, Lacan contrapõe a necessidade da elucidação acerca do que se passa nas análises pessoais dos analistas, assinalando que:

[...] seria preciso que a análise didática, cujas condições todos os autores assinalam que nunca são discutidas senão de forma censurada, não mergulhasse seus fins e sua prática em trevas cada vez mais profundas, à medida que cresce o formalismo das garantias (LACAN, 1955/1998, p. 362).

A partir da leitura empreendida por Marcus André Vieira em “De onde vêm os analistas?” (2014), percebemos que, por esse viés mais formalista do *standard* defendido por Bouvet e pela própria IPA, a formação e os tratamentos que aconteciam ali era tomados, de forma equivocada, “nos moldes de uma técnica específica ao estilo da clínica

médica, assim como um modo de formação do praticante apoiado no mesmo modelo” (VIEIRA, 2014, p. 22), que é exatamente o que Lacan descarta.

Empreendendo esse resgate fundamental, Lacan considera que, entre esses sessenta e três pontos levantados pelo comitê, apenas um “pôde ser considerado fundamental, a saber, a necessidade de analisar a transferência” (1955/1998, p. 328). Descarta, portanto, a infindável série de normatizações quanto ao *setting* e condutas prescritivas que incidiam sobre o psicanalista para, em seguida, apontar à transferência como um operador fundamental, sem o qual inexistente o dispositivo analítico. Mais precisamente, Lacan assevera que a posição que o analista toma a partir do que lhe é endereçado, sob transferência, é o que define a dimensão ética que separa a psicanálise das demais terapias: “ele [o analista] sabe que aquilo que responde é menos importante, no caso, do que o lugar de onde responde” (1955/1998, p. 349).

Sobre essa posição imprescindível que confere operatividade ao dispositivo analítico, Lacan precisa que ela “requer que o analista ocupe na sessão um lugar que o torne invisível para o sujeito” (1955/1998, p. 348). Ao contrário de supor uma identificação ao Eu do analista, é preciso que o analista ocupe a “posição de ouvinte”, que o convoca a se calar “*em vez de responder*” (LACAN, 1953/1998, p. 353). Essa oposição enfática de Lacan à fórmula preconizada por muitos pós-freudianos quanto à identificação ao analista é sustentada pelo resgate da crítica do próprio Freud: o analista que pretende encarnar o ideal para seu paciente “geralmente não atinge, em sua própria personalidade, o grau de normalidade a que gostaria de fazer seus pacientes chegarem” (LACAN, 1955/1998, p. 342). A posição de considerar somente o Eu na relação analítica se mostra abusiva e ingênua, dado que o Eu do analista assume o valor de medida da verdade de qualquer sujeito em análise: “a modelagem do sujeito pelo Eu do analista será apenas o álibi de seu narcisismo” (LACAN, 1955/1998, p. 349).

Ao problematizar o objetivo da análise baseado na “identificação do sujeito com o Eu do analista”, Lacan interroga: “Não será esse o osso que exige que o psicanalista seja psicanalisado?” (1955/1998, p. 342). Temos, aqui, o esboço de uma indicação que aponta como condição para a prática da psicanálise, a análise do próprio analista. Trata-se de uma via imprescindível para que ele possa, a partir do trabalho realizado em sua própria análise, emprestar-se como causa, promovendo que aquilo que há de mais singular e inigualável em um sujeito possa ter lugar no tratamento. Isso implica que o analista tenha, ele mesmo, percorrido sua própria experiência de análise, para nela haver-se com as desidentificações, dando um novo destino ao real que insiste na pulsão. Para Lacan, é

justamente com o apagamento do Eu do analista e o atravessamento das insígnias narcísicas e do supereu que a psicanálise encontra a via de sua legitimidade, permitindo a um analista oferecer-se como causa que dá lugar a uma efetiva experiência de análise.

Ainda em relação à desconsideração do fator pulsional própria às pretensões de cura, Lacan critica os formulários e estatísticas de apresentações de pacientes, que os classificavam entre “melhor, muito melhor e até curado” (LACAN, 1955/1998, p. 326), ressaltando, aí, a “pressa de concluir como um elemento em si questionável” (LACAN, 1955/1998, p. 326). O *furor sanandi* e o que ele comporta de recusa em relação ao incontornável da pulsão é caracterizado por Lacan como “a pedra de toque da mediocridade dos analistas, por eles a rejeitarem ou desfigurarem” (LACAN, 1955/1998, p. 345). A pedra de toque é uma rocha silicosa, de cor escura, usada para determinar a pureza de um metal. Assim, entendemos que, aquilo que orienta o dispositivo analítico e o distingue das demais psicoterapias é o lugar da pulsão de morte no tratamento, que, como disse Lacan, não pode ser rejeitado, nem desfigurado. A experiência analítica do próprio analista é o que permitirá que ele possa responder pela condução de seus tratamentos, na medida em que ela possibilitaria um saber-fazer inédito com o incurável da pulsão.

Retomando o fio do texto, Lacan situa, finalmente, a definição do tratamento analítico em apenas um único critério: “raramente enunciado, por ser tido como tautológico, nós o escrevemos: uma psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um psicanalista” (LACAN, 1955/1998, p. 331). Ou seja, Lacan não se atém à diferenciação entre padrão e variantes. Vale mencionarmos que, segundo os critérios ipeístas, se não fosse guardada uma estrita observância do padrão canônico no tratamento, ele não poderia ser considerado uma psicanálise. O resultado era que os tratamentos que não se conformassem à norma eram considerados como uma terapia de base psicanalítica. O salto de Lacan é considerar que aquilo que um analista faz, padrão ou não, não importa, é psicanálise.

A leitura lacaniana parece indicar que, mesmo nas variações dos tratamentos breves, não se trata de terapia de base analítica, pois há um mesmo que se apresenta ali em relação às análises. Assim, o problema das variantes, do tratamento curto, não é a ausência de efeitos terapêuticos breves, a questão que resta intocada nesses casos é a repetição. A psicanálise tem efeitos em um curto espaço de tempo; o que não se opera é sobre a repetição e a pulsão de morte que desvelam seu funcionamento a partir da

dimensão temporal. Logo, o problema não é o método que se difere no padrão ou nas variantes.

Ao declinar essa questão, Lacan parece indicar que qualquer tratamento realizado por um psicanalista – alguém que levou a cabo sua própria experiência de análise – é psicanálise. Portanto, a questão sobre o que é um analista, e que acompanhará Lacan insistentemente por todo seu ensino, surge, aqui, mediante a discussão do que torna um tratamento, ainda que variável, uma psicanálise, e sua resposta é: o analista.

Entendemos, assim, que o critério de definição da análise pelo analista, “raramente enunciado por ser tido como tautológico” (LACAN, 1955/1998, p. 331), o é apenas aparentemente. À primeira vista, afirmar que “uma psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um analista” (LACAN, 1955/1998, p. 331) pode parecer redundante, uma vez que essa definição não apresenta saídas à sua própria lógica interna. Afinal, se um psicanalista é alguém que se submeteu a uma análise e uma análise é o tratamento que se espera de um psicanalista, encontramos aí muito mais a enunciação de um problema do que sua solução.

Contudo, se nos detivermos com mais vagar nessa formulação, damos-nos conta de que essa tautologia é apenas aparente, pois acompanhamos a perspectiva defendida por Jacques-Alain Miller, afirmando que, quando Lacan, em “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998), “define uma psicanálise [...] como o tratamento que se espera de um psicanalista, no fundo é definir uma análise pelo analista, fundar a autenticidade do tratamento nele e mostrar a aposta unida em sua definição (MILLER, 2002, p. 268. Tradução livre). Luciano Elia segue a mesma orientação quando depreende daí que: “É no ponto mesmo em que o padrão não há, que comparece o psicanalista, responsável pela formulação que define a psicanálise pelo psicanalista” (2004, p. 4) – ainda que, em relação ao analista, reste em aberto sua definição.

Diante da disjunção equivocada, que tenta diferenciar o padrão das variantes, Lacan aponta para um ponto fundamental de conjunção entre elas: “uma psicanálise padrão ou não é o tratamento que se espera de um psicanalista” (1955/1998, p. 325), extraíndo o psicanalista como operador comum do binário “padrão-variantes”. Por não se deter de forma demorada na diferenciação entre o “padrão” e suas “variantes”, Lacan extrai, desse binário, o essencial, o operador em comum: o psicanalista. Permanece, contudo, uma hiância no centro dessa problemática, que aponta para a impossibilidade de se definir universalmente o que é um analista, já que Lacan, diferentemente da IPA, não adota os critérios do *standard* como resposta que objetivaria essa questão. Lacan parece

ressaltar a perspectiva da análise do próprio analista como o fator definidor na condução de um tratamento, como a própria “via de sua formação”:

[...] a psicanálise é uma prática subordinada em sua destinação ao que há de mais particular no sujeito, e, quando Freud enfatiza isso, a ponto de dizer que a ciência analítica deve ser recolocada em questão na análise de cada caso [...], ele mostra suficientemente ao analisado a via de sua formação (LACAN, 1955/1998, p. 360).

A análise é apresentada por Lacan, leitor de Freud, como a via fundamental de formação do analista. Contudo, se a análise é condição imprescindível da formação, o saber que se produz ao término de uma análise captura uma fração tão radicalmente singular de um sujeito que não poderá ser mensurada através de critérios universais. Marcus André Vieira indica a este respeito que a subversão promovida por Lacan consiste em interrogar de forma radical a formação psicanalítica que, ao se confundir com a medicina ou com as demais psicoterapias, perde “o essencial da psicanálise que é lidar com aquela fração nossa irreduzível ao maquinismo clínico” (VIEIRA, 2014, p. 22). Ou seja, não há outra via de formação senão a que cada analisante terá que atravessar em sua própria experiência para, a partir daí, poder enunciar, singularmente, o que é uma análise.

Para apresentar o panorama dessa crítica que Lacan realiza quanto ao silenciamento da questão sobre o que é um analista e ao modo como tal silenciamento incidu sobre a instituição psicanalítica, trazemos um breve recorte do escrito lacaniano “A situação da psicanálise em 1956” (1956/1998). Importa resgatar ali a definição da psicanálise que fora anteriormente indicada por Lacan em “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998).

Nesse escrito posterior, Lacan afirma que “se pudemos definir ironicamente a psicanálise como o tratamento que se espera de um psicanalista, é justamente a primeira, no entanto, que decide sobre a qualidade do segundo” (1956/1998, p. 462). Assim, se é da análise que depende o analista, esta, juntamente com a formação no âmbito institucional, terá efeito sobre os analistas vindos dali. Lacan critica, então, que, em uma Sociedade, “cuja incumbência é manter um certo discurso [...], o silêncio impera soberano” (1956/1998, p. 480) no tocante às condições nas quais essa formação se dá.

É com esse mesmo tom crítico que, referindo-se ao modo de funcionamento da IPA, Lacan (1956/1998, p. 478) realiza a comparação dessa Associação com a Igreja e o Exército, apontando, graças à referência freudiana da “Psicologia de grupo e a análise do ego” (1921/1996), para a identificação do grupo com a miragem “sustentada pela imagem

do líder” (1956/1998, p. 478), não apenas no âmbito institucional, mas também como funcionamento das próprias análises concebidas na forma de “tratamento-padrão”.

Tal modo de funcionamento implica não a formação de um analista pelo atravessamento de uma experiência de análise, mas “a via de uma reprodução imaginária, que, por uma modalidade de fac-símile análoga à impressão, permite, por assim dizer, sua tiragem num certo número de exemplares em que o único se pluraliza” pela via identificatória (LACAN, 1956/1998, p. 479). Logo, se essa via identificatória nada mais é que um engodo no que concerne ao analista, chegamos, portanto, a uma questão nuclear: se o analista é o operador fundamental de uma psicanálise, o que o produz?

Interessa-nos o hiato que Lacan preserva quanto à definição do que seria o psicanalista que, justamente, parece não ser enunciada de forma positiva. Não que Lacan evite essas definições, como se fosse mais fácil apontar para o de que não se trata ao invés de incidir diretamente sobre essa questão. Parece-nos, sobretudo, uma cautela da parte de Lacan, no sentido de não incorrer, novamente, em uma definição que corresse o risco de engessar a prática analítica sob uma pretensa fórmula que a extirpasse de seus desvios.

Era com esse cenário político-institucional que Lacan dialogava no início dos anos 1950. Na medida em que buscava respostas a seus impasses, Lacan foi conduzido à constatação, mais tardia, da impossibilidade de formulação de uma norma avaliativa que garantisse a formação de um analista (LACAN, 1955/1998, p. 360), e que vamos trabalhar, mais minuciosamente, no fim deste capítulo.

Daqui em diante, teremos por objetivo mais amplo apresentar a Escola como uma tentativa de Lacan de responder à pergunta sobre o que é um psicanalista e, neste sentido, seu escrito “Ato de fundação” (1964/2003), que funda a Escola Francesa de Psicanálise, é a referência que tomaremos a seguir nessa discussão.

Contudo, antes de entrarmos de forma mais aprofundada na fundação da Escola de Lacan e em sua forma de funcionamento como resposta de caráter inventivo para fazer frente à série de degradações da psicanálise que ele testemunhou de perto, vamos abordar os caminhos que o levaram até lá. Primeiramente, traremos o contexto de sua cisão com a Sociedade Psicanalítica de Paris, em 1953, e a posterior expulsão de Lacan como analista didata pela Sociedade Francesa de Psicanálise, em 1964. A cisão de 1953 merece ser comentada pois ela se apresenta como uma espécie de “solução de compromisso” para o que, em 1964, será melhor realizado por Lacan como um ato, ao fundar a Escola Francesa de Psicanálise – que advém como efeito desse acontecimento. Ou seja, é apenas a partir

do tratamento que a IPA acabou por consagrar-lhe que Lacan se lançou, em 1964, à fundação de sua Escola, no esforço de resgatar a autenticidade da prática analítica e enfrentar os impasses relativos à formação do psicanalista, em especial no tocante às análises didáticas.

2.3 A cisão de 1953 e a excomunhão de 1964

Apresentamos a seguir uma abordagem histórica da cisão de 1953 na Sociedade Psicanalítica de Paris e a posterior expulsão de Jacques Lacan como analista didata pela Sociedade Francesa de Psicanálise em 1964, como exigência para que essa Sociedade fosse admitida pela IPA. Buscaremos situar as críticas que a IPA fazia a Lacan ao objetá-lo quanto à função de analista didata na formação, a partir da leitura dos documentos históricos relativos a esse período, reunidos por Jacques-Alain Miller em “La scission de 1953” (1976) e “L’excommunication ornicar” (1977).

Conforme podemos acompanhar nesse extenso compilado de documentos, atas, cartas e artigos de revistas contemporâneos aos reveses da cisão de 1953, Lacan, a partir de 1948, passa a ter um lugar institucional de destaque. Nesse período, ele se encontrava vinculado à Sociedade Psicanalítica de Paris como membro, analista didata, participante da Comissão de Ensino, além de ministrar um Seminário que tinha por tema o caso Dora, publicado por Freud. Esse Seminário passava gradativamente a reunir um número cada vez maior de participantes, e, não raro, de analisantes e supervisionandos de Lacan (MILLER, 1976, p. 8).

Essa crescente ascensão de Lacan levava a crer que, em 1953, ele sucederia Sacha Natch nas eleições para Presidente da Sociedade Psicanalítica de Paris, braço francês da IPA. Contudo, apesar de dispor de reconhecimento e prestígio em relação a seu ensino no âmbito institucional, a prática de Lacan das ditas “sessões curtas”, ou seja, aquelas que não obedeciam às prescrições regulamentares de cinquenta minutos preconizadas pelos pós-freudianos no quadro de analistas da IPA, já começava a despontar como um ponto conflituoso.

É dentro dessas configurações de tensão e animosidade que surgiram as discussões em torno da criação do Instituto de Psicanálise, aos moldes do que havia sido o Ambulatório de Viena e a Poliklinik de Berlim, ou seja, um Instituto que promovesse a formação psicanalítica, constituída pelo ensino teórico, juntamente com as análises e supervisões realizadas com analistas didatas.

Em 17 de junho de 1952, Sacha Nacht, então presidente da SPP, apresentou sua proposta de programa para o Instituto, evidenciando sua ambição de que a obtenção do diploma de psicanalista a ser oferecido ao fim da formação – e dar um diploma de psicanalista, por si só, já seria uma questão – fosse reservada de forma exclusiva aos médicos, indo contra os princípios da análise leiga (MILLER, 1976, p. 10). Essa proposta gerou desconforto em um número significativo de membros.

Foi nesse cenário de marcante descontentamento que, em dois de dezembro de 1952, pressionado por Marie Bonaparte (ela mesma não-médica e defensora das análises leigas ou profanas), Lacan e Daniel Lagache, entre outros psicanalistas, Nacht decide dispor seu cargo de Diretor e se demite (MILLER, 1976, p. 10). Esse foi o começo da crise que deu origem à cisão interna da SPP, a primeira Sociedade francesa de psicanálise. Não entraremos nas minúcias de todos os reveses e negociações que tiveram lugar naquela ocasião, mas, de forma sucinta, podemos resumir os fatos da seguinte forma: em dezembro de 1952, diante da demissão de Nacht, é convocada uma nova eleição para o cargo de Diretor do Instituto a título provisório, na qual Lacan é eleito, até que chegue o prazo das eleições oficiais (MILLER, 1976, p. 10). Neste breve período, Lacan elabora um novo projeto para o Instituto e, dentre outros pontos, retira a cláusula que assegurava o diploma de psicanalista ao fim da formação, assim como permite que esta seja estendida aos não-médicos. Além disso, desarticula um pouco mais as instâncias centrais de forma a regular o papel do Diretor, quem, na versão proposta por Nacht, encontrava-se notadamente centralizado (MILLER, 1976, p. 34).

Nesse ínterim, enquanto aguardava as eleições oficiais para Presidente do Instituto, um importante revés político acontece: Nacht oferece a Marie Bonaparte o cargo honorífico e vital de membro do Conselho Administrativo do Instituto, caso ele vencesse as eleições. A Princesa prontamente pende para seu lado, juntamente com a ala política que a apoiava (MILLER [ed.], 1976, p. 11). Essa articulação política se deu de tal forma que, seis meses mais tarde, em seis de junho de 1953, quando Lacan ainda se encontrava no exercício de seu mandato, chega-lhe uma carta de Pierre Marty, Secretário da SPP, onde constava que cinco membros da Sociedade haviam “requerido a retirada do mandato do atual Presidente da Sociedade”, ou seja, de Lacan (MILLER [ed.], 1976, p. 83). Mais tarde, segundo sua avaliação, Lacan atribuirá o revés político que culmina em sua demissão ao fato de ele não ter oferecido à princesa Marie Bonaparte o título honorífico, tal como Nacht o fez (MILLER [ed.], 1976, p. 10).

É importante ressaltar que, para além das disputas de âmbito político, estava em jogo, sobretudo, o incômodo gerado pela desobediência de Lacan quanto ao número de sessões ou a seu tempo protocolar, estabelecido em cinquenta minutos, como ficará comprovado mais tarde. Diante do descrédito conferido a seu trabalho, em dezesseis de junho de 1953, Lacan, por meio de uma carta assinada juntamente com Daniel Lagache, François Dolto, Favez-Boutonier e Reverchon-Jouve, pede suas demissões da Sociedade Psicanalítica de Paris (MILLER [ed.], 1976, p. 90).

Contudo, o que eles ainda não sabiam, e viriam a saber logo em seguida, é que, ao se demitirem da SPP, foram automaticamente desligados do quadro de membros da IPA, já que a Sociedade era a ela filiada. Esse desligamento consta na “Carta do Secretário Geral da IPA a Jacques Lacan”, datada de seis julho de 1953:

O Comitê Executivo Central recebe com pesar vossa demissão da qualidade de membro da Sociedade Psicanalítica de Paris. Estamos persuadidos de que o senhor foi advertido de que vossa decisão implicava igualmente a perda de vossa condição de membro da IPA (MILLER [ed.], 1976, p. 99).

Em dezoito de junho de 1953, Lacan, juntamente com seus colegas demissionários, os analisantes e supervisionandos que os seguiram, funda a Sociedade Francesa de Psicanálise. É, portanto, apenas depois de se demitir e fundar a SFP, que Lacan vem a saber que ele já não mais era membro da IPA. Seis anos mais tarde, já com o Instituto de Formação em atividade e o funcionamento da Sociedade Francesa de Psicanálise estabelecido, é inscrita junto à IPA a demanda de filiação. Para sermos sucintos, resumiremos, a seguir, os principais acontecimentos dessa negociação que se estendeu neste período.

A partir desse pedido de admissão, é formada uma comissão e Turquet, analista londrino membro da IPA, é designado para elaborar um relatório de avaliação sobre o funcionamento da SFP (MILLER [ed.], 1977, p. 5). Na investigação que se iniciou, foram ouvidos analisantes, supervisionandos, membros da SFP e o próprio Lacan, a fim de estabelecer julgamento e proferir um veredicto. Constaram, ali, críticas vindas de animosidades de Lacan, dentre elas, acusações de sedução de seus alunos, de excesso de influência junto aos analisantes que, não raro, eram também seus supervisionandos. Mas a principal e irrefutável crítica incidia sobre o caráter variável do término de suas sessões, novidade introduzida pelo conceito do tempo lógico e pela função do corte.

Com base nesse relatório, o Executivo Central da IPA formula as “Recomendações de Edimburgo”, que consiste em uma lista com dezenove pontos de ajustes necessários para a filiação à SFP. Nesta lista, ganham especial destaque as recomendações relativas à duração e frequência das sessões de análise que censuravam a suposta falta técnica de Lacan, e indicava que se tomasse “progressivamente distância do programa de formação” e que não lhe fossem encaminhados “novos casos de análise didática e supervisão” (MILLER [ed.], 1977, p. 20).

Com exceção desse último ponto, relativo a Lacan e Françoise Dolto, todos os demais foram seguidos. Contudo, tais alterações não foram suficientes, já que o problema principal era, de fato, o próprio Lacan, tal como esclarece o “Relatório estabelecido pelo Comitê do Executivo Central da IPA”, datado de dezenove de maio de 1963. Ali surge, com todas as letras, a chamada “Questão Lacan”, que determina de forma irreversível que “Lacan permanecerá para sempre inaceitável como didata” na IPA, o que requer então “as garantias de sua exclusão”, juntamente com a de Dolto (MILLER [ed.], 1977, p. 44).

Como a determinação do prazo para a exclusão desses analistas do quadro institucional da SFP não havia sido observada, em outubro desse mesmo ano a IPA elabora a “Diretiva de Estocolmo”, exigindo que, até trinta e um de outubro, todos os “membros, associados, estagiários e candidatos da SFP” fossem “informados de que Lacan não é mais reconhecido como analista didata” e que seus analisantes e supervisionandos fossem encaminhados a um “segundo analista didata” (MILLER [ed.], 1977, p. 82). Mediante a votação dos membros da SFP em dezenove de novembro de 1963, Lacan é excluído do quadro de analistas didatas da SFP.

A questão foi colocada nos seguintes termos: se Lacan aceitasse sua exclusão como analista-didata, a SFP poderia fazer parte do quadro de sociedades filiadas à IPA. Nesse caso, Lacan poderia continuar a ministrar seu ensino na SFP, desde que consentisse em não ser mais reconhecido como didata. Ora, qual seria o critério em vigor, para que ele estivesse autorizado a ensinar, desde que seu ensino se desvinculasse do âmbito clínico, no tocante à formação? O paradoxo é evidente! Como é sabido, abrir mão da sua condição de analista didata não era uma possibilidade para Lacan, que faz sua escolha forçada pelo rompimento que ali se impôs.

Teceremos alguns comentários no subitem a seguir sobre a única lição do Seminário intitulado por Lacan como “Nomes-do-Pai”, que aconteceu em vinte de novembro de 1963. Na antevéspera, no dia dezenove de novembro, o nome de Lacan fora excluído da lista dos didatas da SFP, o que confere à ocasião o frescor e o impacto desse

acontecimento. Vamos nos remeter, em seguida, à primeira lição do *Seminário, livro 11*, intitulada “A excomunhão”, datada de quinze de janeiro de 1964. Nessa ocasião, temos a aula inaugural em que Lacan retoma seu Seminário e situa em que se autoriza, ele mesmo, a proferi-lo, após ter sido impedido de fazê-lo na SFP.

Esses dois momentos consecutivos têm especial valor para situar as questões em torno da excomunhão de Lacan e também nos aproximarmos da retomada que ele, mais uma vez, empreende a respeito dos conceitos do que é a psicanálise e do que é um analista (ainda que mais lateralmente), situando-os no panorama de sua excomunhão. Além disso, encontramos ali uma segunda referência ao que ele havia enunciado em “Variantes do tratamento padrão” (1955/1998), ao dizer que uma análise é o tratamento que se espera de um psicanalista.

2.4 Sacrilégio e excomunhão

O Seminário que teria início em vinte de novembro de 1963 fora intitulado por Lacan como "Nomes-do-Pai" (1963/2005). Ciente de sua exclusão do quadro de analistas didatas da SFP, ocorrida no dia anterior, Lacan se limita a proferir uma única lição inaugural desse Seminário e, nesse mesmo dia, interrompe precocemente o que pretendia abordar, diante da perda de sua habilitação para a formação dos analistas na Sociedade Francesa de Psicanálise. Nessa aula única, a qual se recusou a publicar em vida, Lacan trata de sua excomunhão e aponta as coordenadas deste Seminário, caso o levasse adiante, o que não aconteceu.

Sobre o tema desse Seminário, Lacan afirma: "Anunciei que este ano falaria dos Nomes-do-Pai. Não me será possível fazer-lhes entender, ao longo desta primeira exposição, por que este plural" (LACAN, 1963/2005, p. 31). Não entraremos, aqui, na especificidade dessa pluralização, que não se relaciona com o tema desta tese e abriria um outro campo vasto de pesquisa. O que nos interessa apontar no contexto da excomunhão de Lacan é a coincidência indicada por Miller em *Comentário sobre o seminário inexistente* (1992) entre Lacan ter tocado no tema do Nome-do-Pai e ter tido, concomitantemente, seu próprio nome riscado da lista dos didatas, como se houvesse cometido, ali, um sacrilégio em relação ao nome de Freud e precisasse ser punido (MILLER, 1992, p. 16). Nas palavras de Miller, era como “se ele houvesse sido castigado por tocar o Nome-do-Pai, por haver posto em questão o Nome-do-Pai por impiedade” (1992, p. 16). Ainda segundo ele, na apresentação que prefacia a lição do Seminário

“Nomes-do-Pai” (1963/2005), o próprio Lacan teria dito que “havia sido punido por se mostrar sacrílego” (MILLER, 1992, p. 16). Assim, Miller conclui, era "como se a barra sobre seu nome, o nome de Lacan, correspondesse à barra que ele colocava sobre o Nome-do-Pai" (1992, p. 17).

De fato, Lacan havia concluído recentemente o *Seminário, livro 10: a angústia* (1962-63/2005), no qual formalizou sua elaboração conceitual sobre o objeto pequeno *a*, que ele mesmo reconhece como a mais importante elaboração de seu ensino e com o qual havia avançado, portanto, mais além de Freud. Nessa única lição do Seminário sobre os “Nomes-do-Pai”, logo após realizar uma exposição sobre o objeto pequeno *a*, Lacan toca a questão da ausência de avanços na psicanálise depois de Freud: "Não menos claro é o fato de que, se toda a teoria e práxis da psicanálise nos parecem atualmente em pane, é por não terem ousado, nessa questão, ir mais longe que Freud" (LACAN, 1963/2005, p. 72). Ou seja, esse avanço empreendido por Lacan se destacava brilhante e incomodamente no horizonte.

Se o posicionamento dos pós-freudianos se fixava em um revisionismo inócuo e infrutífero de partes seletivas da obra de Freud, Lacan aí dava seu passo e isso não foi, por fim, tolerado. Era como se Lacan houvesse tocado no que se apresentava como um caráter religioso da psicanálise ipeísta, qualificada por Lacan como uma "tradição eclesiástica", que precisaria ser questionada a fim de "traçar a clivagem de um caminho que vá além" da “baliza que ele [Freud] colocou sob a forma do mito do assassinato do pai" (1963/2005, p. 64). Quando Lacan pluraliza o Nome-do-Pai, ele toca nesse elemento proibido, nesse elemento tabu que era o nome de Freud, o que ocasiona a perda de sua habilitação como analista didata, conforme Miller nos apresenta com muita clareza em seu “Comentário sobre o Seminário Inexistente” (1992).

O Seminário de Lacan, precocemente interrompido, deveria, após essa lição única, partir de outro ponto, dois meses mais tarde, em janeiro de 1964, na rua d'Ulm, no prédio da École Normale Supérieure. Na primeira lição do *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, ministrada em quinze de janeiro de 1964, Lacan parte da pergunta “em quê estou autorizado?” (1964/2008, p. 9). Através desse questionamento, ele discorre acerca dos fatores que levaram à sua excomunhão e afirma a legitimidade do ensino transmitido em seus Seminários, através do qual defende sua função de didata exercida na formação. Seu argumento é que a “formação de psicanalistas” possui uma articulação inseparável da *práxis* e que seu Seminário, ao passo

que se implica com os “fundamentos da Psicanálise” – e estes são advindos da clínica –, revela-se um elemento interior à práxis na formação (LACAN, 1964/2008, p. 10).

Sobre o que é dos fundamentos da Psicanálise, meu seminário, desde o começo, estava nisso, se assim posso dizer, *implicado*. Era um elemento seu, pois contribuía para fundá-la *in concreto* – pois fazia parte da própria práxis – pois lhe era interior – pois era dirigido para algo que é elemento dessa práxis, isto é, a formação de psicanalistas (LACAN, 1964/2008, p. 10).

O Seminário estava implicado com os fundamentos da psicanálise, contribuindo para “fundá-la em concreto”, sendo o próprio Seminário interior à práxis, dado que se dirigia a um elemento constituinte da práxis que é a formação do psicanalista. Por essa via, Lacan se aproxima de duas questões centrais que lhe interessam tratar: o que é um analista e o que é a psicanálise.

Percebemos esse movimento quando, logo após a passagem supracitada, Lacan retoma sua formulação de “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998), ao afirmar que uma psicanálise padrão não é o tratamento que se espera de um psicanalista: “Pude, há algum tempo, ironicamente – provisoriamente talvez, mas também por não ter nada melhor, no embaraço em que podia estar – definir um critério do que é a psicanálise, isto é, o tratamento dispensado por um psicanalista” (LACAN, 1964/2008, p. 10). Decorridos nove anos da escrita de “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998), Lacan aponta para o caráter vago de sua definição anterior, para dizer que essa indefinição carrega o cerne de um questionamento *princeps*, quer seja, “para sempre introduzir essa mesma questão – *o que é a psicanálise?*” (LACAN, 1964/2008, p. 11).

A fim de elucidar essa pergunta que insistentemente retorna, Lacan fornece, dessa vez, um novo elemento de aproximação, ao afirmar que, aí, “encontra-se uma questão-morcego” (LACAN, 1964/2008, p. 11). Ela é chamada assim em referência a uma fábula do Esopo, que foi, posteriormente, recontada por La Fontaine. Lacan esclarece que sua escolha por essa fábula específica guarda seu interesse pelo que ela comporta de ambiguidade entre um “lado de dentro” e um “um lado fora”; de um “duplo pertencimento”.

Sérgio Laia, em seu texto “Solução-morcego”, apresenta essa fábula, circunscrevendo em que o signo da duplicidade, do duplo pertencimento entre os lados de fora e de dentro, apresentam-se na fábula:

Conta-nos LA FONTAINE (1668) que um desajeitado Morcego caiu, por acaso, no ninho de uma Doninha. Esta, tomando-o por um Rato, estava decidida a devorá-lo porque a lei era a de que cada Rato capturado por ela lhe servia de jantar. Por sua vez, o Morcego lhe diz que não é um Rato, porque, tendo asas, é capaz de voar e, assim, é um pássaro de uma variedade bastante exótica. Olhando-o melhor após escutá-lo, a Doninha acaba por deixar o Morcego ir embora. Entretanto, alguns dias depois, o mesmo Morcego cai de novo, acidentalmente, no ninho de outra Doninha. Esta era inimiga ferrenha de todos os pássaros e estava decidida a devorá-lo. O Morcego afirma a essa segunda Doninha que não há como ele ser um pássaro porque, destituído de penas, não passa de um mero Rato cujo lema, inclusive, é “abaixo todos os gatos”. Por uma segunda vez, então, o Morcego tem poupada sua vida (LAIA, 2017, p. 7).

As noções de “dentro” e “fora” estão presentes nessa proposta da “solução-morcego” pelo personagem da doninha, que se inclui e se exclui das categorias de rato e de pássaro, salvando-se. Lacan faz ali um paralelo com o lugar de seu ensino em relação à tradição psicanalítica, na medida em que ele próprio estava em uma topologia ambígua, já que o lugar de onde ele se volta, mais uma vez, à questão que interroga "o que é a psicanálise" é "[...] um lugar que mudou, que não está mais todo do lado de dentro, e sobre o qual não se sabe se ele está do lado de fora" (LACAN, 1964/2008, p. 11).

Lacan estava, no momento dessa lição inaugural do *Seminário, livro 11* (1964/2008), a menos de seis meses da fundação da Escola Francesa de Psicanálise. Parece-nos que essa noção topológica do “dentro” e do “fora”, esboçada aí, conduziu Lacan, em seu "Ato de fundação" (1964/2003), a ressaltar que, dentro do âmbito institucional da Escola por ele fundada, a psicanálise seria reconduzida ao fora do "dever que lhe compete em nosso mundo" (1964/2003, p. 235). Este ponto será discutido com a devida atenção no próximo subitem.

Por ora, interessa resgatar, a respeito da ambiguidade dessa posição topológica, o que Miller, em "Questão de Escola" (2017b), irá dizer sobre o conceito de Escola apontar à semelhança da Fábula do morcego contada por Esopo; um “ser ambíguo”, que tem “asas analíticas” e “patas sociais”. Desse modo, para sobreviver, o discurso analítico precisará dialogar com o "discurso do mestre", para, no entanto, subvertê-lo.

A partir dessa perspectiva apresentada por Miller, Sérgio Laia adverte de que "seduzir e amaciar o mestre contemporâneo, sustentar a ‘psicanálise na cidade’ são empreitadas válidas apenas se elas fizerem prosseguir a psicanálise" (LAIA, 2017b, p. 19). Laia situa com precisão que a articulação dentro-fora, ou Escola-cidade, ainda importa na medida em que haja analistas, comprometidos com a formação como pré-condição, para sustentar o discurso analítico em seus campos de trabalho, e que isso possa retornar como ensinamento para a própria psicanálise. A presença da psicanálise na

cidade é para esta tese uma questão cara e essa citação de Laia ganha toda nosso interesse na medida em que serve de bússola para questionar se e em que nosso trabalho nas ruas do Rio de Janeiro poderá trazer alguma contribuição. Essa é a empreitada que ensejamos realizar no último capítulo desta tese. Ali, temos por objetivo retomar mais uma vez nosso fio condutor, no que diz respeito ao dever ético da psicanálise em relação ao mundo que nos rodeia, no que ele pode fazer a própria psicanálise avançar.

Acompanharemos no próximo subitem o escrito “Ato de fundação” (LACAN, 1964/2003), que trata da fundação e funcionamento da Escola Francesa de Psicanálise, na medida em que ela se revela como a resposta lacaniana à formação do analista e à presença da psicanálise no mundo. Nosso intuito, ao percorrer essa discussão levantada por Lacan, é apontar que a fundação da Escola, nove meses após sua excomunhão, porta, em seu cerne, a aposta de que a expansão e a difusão da psicanálise, ou seja, seu desdobramento no âmbito do Outro social, não se dissociam de uma formação orientada pelo que uma análise apreende do mais íntimo de cada um e por uma garantia sustentada pelo que Lacan passa a chamar de Escola – radicalmente diferente das autorizações promovidas pelo que a IPA concebeu como “análise didática”. Essa articulação dentro/fora, fundamental, parece só se manter operativa sob a condição de que seja mantida em aberto – devido ao caráter de incompletude das respostas – em relação à questão atemporal que interroga "o que é um analista?".

2.5 A Escola e o “dever que lhe compete no mundo”⁸

Em 21 de junho de 1964, Lacan inaugura a “Escola Francesa de Psicanálise” e, no “Ato de fundação” (1964/2003), estabelece as bases de funcionamento e os pressupostos da formação do psicanalista. Segundo Lacan, sua iniciativa de fundar a Escola se justifica na medida em que ela “representa o organismo em que deve realizar-se um trabalho” (1964/2003, p. 235), através do qual, quanto à psicanálise, seja restaurada,

[...] no campo aberto por Freud, a sega cortante de sua verdade; que reconduza a psicanálise ao dever que lhe compete em nosso mundo; que, por uma crítica assídua, denuncie os desvios e concessões que amortecem nosso progresso, degradando seu emprego (LACAN, 1964/2003, p. 235).

⁸ Lacan, 1964/2003, p. 235.

Em relação ao trabalho esperado da Escola, Lacan destaca, então, o resgate de princípios que se perderam nas práticas normatizadas pela IPA e que implicaram o afastamento da psicanálise da “sega cortante de Freud”. A sega faz alusão ao ato de ceifar a seara, mediante ao qual os frutos são recolhidos. Se os frutos da prática analítica não se abrem à crítica quanto a seus princípios e os esclarecimentos necessários quanto aos seus fins, vã se tornaria a semeadura, ou seja, a difusão da psicanálise. Portanto, a própria psicanálise ficaria impedida de avançar, porque não produziria uma discussão aprofundada de sua prática, de sua formação e de sua política.

Um segundo aspecto que nos chama a atenção na passagem mencionada acima é que, ao propor um novo modelo de funcionamento para a Escola por ele fundada, Lacan a conecta de forma radical à civilização, quando destaca o “dever que lhe compete em nosso mundo” (LACAN, 1964/2003, p. 235). Entendemos que esse dever, em sua referência ao mundo, evoca o que se passa “fora” da Escola, mas que também designa um campo no qual ela se insere e que, portanto, concerne à sua “intimidade”. A incidência da psicanálise no âmbito social já havia sido apontada por Lacan, ainda em 1953, dois anos antes da escrita do texto “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998), como uma via à qual o psicanalista não pode renunciar, devendo, antes, renunciar à própria psicanálise, caso não possa interpretar e intervir no mundo que o cerca:

Que renuncie a isso [à psicanálise] quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico. Que ele conheça bem a espiral a que o arrasta sua época na obra contínua de Babel, e que conheça sua função de intérprete na discórdia das línguas (LACAN, 1953/1988, p. 322).

Não é novidade, desde Freud, a conjunção entre o individual e o coletivo a partir da qual o eu – e as massas – se constituem e, em Lacan, encontramos indícios substanciais da influência freudiana relativa a essa articulação entre o sujeito e o Outro. Contudo, inscrever uma aposta e esse dever em relação à civilização pela criação de uma Escola que procura garantir a formação dos analistas comporta uma novidade. Entendemos que a Escola é a via pela qual Lacan sustenta que essa formação dos analistas não é um objetivo *per se* ou que se realizaria, como na IPA, a partir de certa emulação do que acontece nos meios universitários – ao contrário, a terapêutica não se fecha sobre si mesma, mas se conecta à responsabilidade ética da psicanálise no mundo que habita.

A respeito dessa tarefa civilizatória da psicanálise no campo da formação, Éric Laurent, em “Lógica e surpresa da supervisão na época do falasser” (2018, Inédito), indica a complexidade do paradoxo aí presente, afinal,

Não se trata de ensinar psicanálise, mas de um tipo de tratamento, novo, para além da terapêutica, um por um, que tem a finalidade de transmitir aos outros a contribuição da psicanálise para a civilização como tal; trata-se de suscitar algo como uma transferência de trabalho. Para a “formação cuidadosa” desses analistas, contudo, eles deveriam dar provas disso no campo da terapêutica (LAURENT, 2018, Inédito).

Se teve lugar a exortação de Lacan de que o analista devia se posicionar em relação à espiral que arrasta a Babel de sua época; se foi preciso que ele lembrasse da importância de o analista se colocar ali como intérprete das muitas línguas, dos variados e, por vezes, contraditórios discursos presentes na desordem dos dias, é porque, talvez, ao contrário da proposta freudiana, a psicanálise tenha sido aspirada pela vertente terapêutica. Não que a terapêutica seja um campo interdito à psicanálise – ao contrário, conforme Laurent indica na passagem acima, a formação dos analistas é acompanhada pela terapêutica, ainda que a terapêutica não determine sua formação. Contudo, o risco de que a terapêutica assuma um lugar central parece estar sempre à espreita, como uma consequência direta do afastamento da psicanálise em relação à formação sólida – o que, em última instância, também acarreta, como efeito, a desinserção da psicanálise em relação ao campo civilizatório, que é o seu nascedouro.

No primeiro capítulo desta tese, referenciamos-nos à Primeira Guerra e às mazelas nunca antes experimentadas pelo que elas desencadearam de resultados, sendo o mais notável deles que Freud tenha se ocupado de propor a psicanálise como um certo fato de civilização. A partir da tese defendida por Sérgio Laia, em “A psicanálise aplicada à terapêutica e a política da psicanálise hoje” (2010), entendemos que, se a psicanálise não tivesse, em 1918, uma resposta para a pobreza e para a miséria do mundo, muito provavelmente ela não sobreviveria para a segunda metade do século XX. Aí reside também uma importante distinção da psicanálise em relação às demais abordagens psicoterapêuticas que se conformam em ter sua incidência circunscrita à “clínica”, no sentido mais raso do termo. Essas linhas não se propõem a interrogar problemas de âmbito civilizatório, mas, antes, dedicam-se às tentativas de erradicação dos sintomas. Esta é a razão, por exemplo, de Skinner não ter sido convidado por Einstein, em 1932, para a troca de cartas entre nomes de renome científico, promovida pelo Comitê

Permanente para a Literatura e as Artes da Liga das Nações (1933b/1996, p. 193), como Freud foi chamado. As considerações freudianas sobre a Guerra importavam não só a Einstein e ao Comitê, mas possuíam um alcance que imprimiu suas marcas sobre o pensamento de toda uma época. Freud se interessava por questões que extrapolavam o âmbito puramente clínico. Interrogava-se sobre o mal-estar civilizatório e suas questões retornavam como avanços clínicos – e aí reside a vitalidade de sua invenção.

Esse é o fio desta tese e, quando retomamos, aqui, a criação da Escola Francesa de Psicanálise é porque, nela, reside o mesmo gérmen que animara Freud: ou seja, a EFP é concebida por Lacan como uma aposta de retomada do campo freudiano. Lacan, por sua vez, parece ter constatado que a inclinação terapêutica e o desejo de curar acabaram ocasionando o afastamento da psicanálise da dimensão civilizatória, tão cara à descoberta freudiana. Sobre este afastamento, Éric Laurent rememora que era recorrente a prevalência do interesse dos analistas da segunda metade do século passado pela esfera individual em detrimento do coletivo, ou, em outros termos, que:

[...] a ideologia espontânea do terapeuta se revelava cada vez mais: pensar que o individual não é o coletivo, pensar que o indivíduo não é o social e outras concepções derivadas de um atomismo que se recusava a ver que o Outro, o laço social, a identificação, são primordiais (LAURENT, 2018, Inédito).⁹

Encastelados sob o argumento de “extraterritorialidade”, os analistas de então se eximiam da interlocução com as ciências afins, abstinham-se de seu papel de intérpretes da Babel – não apenas da língua de cada sujeito por ele atendido, como também em relação aos acontecimentos do mundo que lhe cabem interpretar. Teremos ultrapassado essa questão, hoje? E essa foi, ininterruptamente, a tarefa da qual Lacan se ocupou:

Depois de tentar redefinir, no âmbito das sociedades clássicas, o plano curricular e as hierarquias existentes, depois os programas de estudos, priorizando-os em relação às ciências do homem e os estudos literários concebidos como coletânea dos ditos sobre o amor e as aventuras fálicas, Lacan resolveu o impasse. Era preciso refundar para fazer funcionar o sistema, no bom sentido (LAURENT, 2018, Inédito).

Essa refundação epistemológica e institucional ganha, no “Ato de fundação” (1964/2003), três níveis de funcionamento distintos: a “Seção Psicanálise Pura”, concernente às pesquisas sobre o fim de análise; a “Seção de Psicanálise Aplicada”,

⁹ Seguimos aqui o movimento dos textos de Lacan. Estamos cientes de que se pode fazer a objeção de que, para o Lacan dos anos 1970, o gozo é primordial. A dialética impõe partir do Outro para ir em direção ao outro. Em seguida, faz-se o caminho inverso.

voltada para a terapêutica e a clínica médica; a Seção “Recenseamento do campo freudiano”, concebida para se encarregar da discussão e divulgação das publicações e estabelecer diálogo com as áreas afins à psicanálise.

Indicamos que as duas primeiras seções constituem uma importante retomada do que fora esboçado por Lacan na década de 1950, nos termos de “tratamento-padrão” e “variantes”. Tal retomada traz novos desdobramentos a partir, especialmente, do modo como a concepção do que é um psicanalista passa a ser abordada no “Ato de fundação da Escola Francesa de Psicanálise” (1964/2003) e com a apresentação do título “Analista da Escola” (AE), na “Proposição de 9 de outubro sobre o psicanalista da Escola” (1967/2003).

2.6 Psicanálise Pura

Dentre as três seções estabelecidas por Lacan para o funcionamento de sua Escola, a primeira, apresentada no “Ato de fundação” (1964/2003), é a seção intitulada “Psicanálise Pura”, definida como “práxis e doutrina da psicanálise propriamente dita, que não é nada além [...] da psicanálise didática” (LACAN, 1964/2003, p. 235). Em “El banquete de los analistas” (2002/2011), Miller assinala que essas são as questões sobre as quais a seção de Psicanálise Pura deverá se ocupar: “Digamos que a psicanálise se alimenta de uma discussão sobre sua definição, relacionada com a definição do psicanalista, a tal ponto que é possível considerar a psicanálise pura como a própria discussão” (MILLER, 2002/2011, p. 268). Assim, essa seção deverá se voltar à investigação sobre a questão central em relação à psicanálise didática: o que define como tal um psicanalista? Além disso, qual é o trabalho realizado na supervisão? O que o Ensino transmite? E, ainda, o que se passa no fim de uma análise?

É justamente por precisar fazer avançar tais questões, que Lacan encarrega a “Seção de Psicanálise Pura” de formular o “questionamento da rotina estabelecida”, elaborar a “doutrina da psicanálise pura” e formular “crítica interna de sua práxis como formação” e a “supervisão dos analistas em formação” (LACAN, 1964/2003, p.237). Essa seção é criada precisamente para trabalhar em torno da hiância relativa à definição do analista, os fins de uma análise, seus limites, assim como seus efeitos.

Tendo no horizonte a aposta em torno da fecundidade dessa discussão – ainda que ela estivesse dando, ali, seus primeiros passos –, Lacan, em seu ato, rompe “com os standards afirmados na prática didática” (LACAN, 1964/2003, p. 237). Os standards e

seus rígidos critérios deixavam completamente à margem a essência da definição de um analista e, pela avaliação da conformidade à norma, silenciavam a questão, encobrindo-a. Nesse sentido, a ousadia de Lacan parece ter sido, justamente, abrir mão desses preceitos inócuos do standard, sem oferecer uma resposta acabada em relação à pergunta que ele próprio formulava sobre a definição do analista. A aposta lacaniana, a nosso ver, era de que essas respostas precisavam ser continuamente formuladas, por cada um, em um *work in progress* contínuo, fazendo com que a Escola ganhe corpo na medida de seu funcionamento.

No "Ato de Fundação" (1964/2003), Lacan se limita, em relação aos analistas que então exerciam a psicanálise, a reconhecê-los como habilitados por "*uma certa Internacional*" (LACAN, 1964/2003, p. 244). Contudo, lendo através de Miller, em "Psicanálise Pura, psicanálise aplicada & psicoterapia" (2001/2013), demo-nos conta de que, na ocasião da fundação da EFP, em 1964, já havia um "anuário onde se assinalavam as letras AE, para analista da Escola, e AME, para o analista membro da Escola" (MILLER, 2001/2013, p. 209). Todavia, sobre o critério relativo a essas nomeações, "não havia nenhuma definição por parte de Lacan" (MILLER, 2001/2013, p. 209), de forma que a definição dos critérios quanto à nomeação do AE e do AME só será formalizada posteriormente, na "Proposição de 1967 sobre o psicanalista da Escola" (LACAN, 1967/2003).

Há uma importante novidade introduzida por Lacan no seu "Ato de fundação" (1964/2003), no que diz respeito à seção de Psicanálise Pura, que parece consistir em desfazer a rigidez da divisão entre as análises didáticas e as aplicações terapêuticas da psicanálise, no âmbito do funcionamento institucional e político de sua Escola. Um primeiro passo nesse sentido é que Lacan abole a lista dos analistas didatas, existente em todas as demais instituições de psicanálise de então, ao instituir, ineditamente, que "o analisante é livre para escolher seu analista" (LACAN, 1964/2003, p. 239). Mais que isso, Lacan institui, ainda, que os candidatos estariam em condição, "inclusive, [...] de autorizar seu psicanalista como didata" (LACAN, 1964/2003, p. 240). Lacan borra a fronteira que isolava a distinta lista dos didatas ao afirmar que "a psicanálise constitui-se como didática pelo querer do sujeito" (1971a/2003, p. 240).

A esse respeito, Jacques-Allain Miller, em *El banquete de los analistas* (2002/2011), considera que, por essa aposta de Lacan, gradativamente, a partir de 1964, o termo didata "perdeu seu sentido e caiu em desuso" (MILLER, 2002/2011, p. 203). E em que consiste essa mudança operada por Lacan?

Até a fundação da Escola Francesa de Psicanálise, em 1964, no âmbito do funcionamento institucional da IPA, iniciavam uma análise didática apenas os candidatos interessados em se tornar analistas. Aos demais, que não tinham esse interesse, mas buscavam uma análise devido a seu sofrimento, era indicada a análise terapêutica, como uma espécie de variante em relação ao padrão. Havia uma rígida diferenciação entre a demanda de análise didática, através da qual se “aprendia” a ser analista e a demanda terapêutica, destinada à “cura” dos sintomas. Miller esclarece que “Não só havia duas demandas e duas portas, mas também dois tipos de analista, os terapeutas e os didáticos” (MILLER, 2001/2013, p. 201). – o que implica uma subversão inédita, que consiste no “fim da distinção da classe dos analistas (terapeutas e didatas), o fim da distinção de demandas” (MILLER, 2001/2013, p. 210).

Só há uma psicanálise, e ela produz consequências nas práticas em que o sujeito da experiência se engaja. Assim, quando Lacan estabelece que o fim de uma análise, sua pureza, consiste na produção de um analista, ao mesmo tempo ele situa os efeitos terapêuticos como consequências secundárias desse atravessamento – o que prescreve a distinção entre os fins de formação e os de tratamento, antes, rigidamente separados.

Lacan adverte que na seção de Psicanálise Pura não terão privilégio de entrada os candidatos médicos, “posto não ser a psicanálise pura, em si mesma, uma técnica terapêutica” (1964/2003, p. 237). Ou seja, conforme comentamos no subitem anterior, a inscrição da psicanálise na civilização requer a existência de psicanalistas, mas sua contribuição extrapola o âmbito puramente clínico, inscrevendo-se também em relação ao Ensino, à formação, além de se constituir como tarefa política e epistêmica, para além da terapêutica e das demandas de remissão dos sintomas. Contudo, a dimensão terapêutica não será excluída, mas ficará a cargo da segunda Seção, intitulada, por Lacan, como a “Seção de Psicanálise Aplicada”, a qual discutiremos a seguir.

2.7 Psicanálise Aplicada ao tratamento

A segunda seção proposta por Lacan é a de Psicanálise Aplicada, cujo campo se delimita pela contribuição da terapêutica e da clínica médica à prática psicanalítica, no interesse clínico dessa articulação. Nela, Lacan assinala que “estarão os grupos médicos, sejam eles compostos ou não de sujeitos psicanalisados, desde que estejam em condições de contribuir para a experiência psicanalítica” (1964/2003, p. 237). Trata-se de onde será debatida a “doutrina do tratamento e suas variações; casuística; informação psiquiátrica e

prospecção médica” (LACAN, 1964/2003, p. 237). Comentaremos, por partes, a destinação e as funções dessa Seção.

Primeiramente, interessou-nos que Lacan tenha incluído, aí, os “grupos médicos, sejam eles ou não compostos de sujeitos psicanalisados” (LACAN, 1964/2003, p. 237). A pergunta, aqui, é dupla: qual é o interesse de Lacan na destinação dessa Seção aos médicos e qual é a justificativa de sua abertura para a inclusão daqueles que não estão em análise? À primeira vista, tal inclusão nos soou como uma nova versão do modelo que havia estado em vigor na *Poliklinik* de Berlim e no *Ambulatorium* de Viena, que dividia a formação entre as análises didáticas (destinadas à formação dos analistas) e as aplicações terapêuticas da psicanálise (oferecidas aos que não pretendiam se tornar analistas, mas que poderiam se servir dos ensinamentos ali dispensados para aplicá-los a seus campos de atuação profissional). Contudo, algumas sutilezas concernentes à proposição de Lacan quanto a essa Seção surgiram mediante uma leitura mais atenta e merecem ser situadas.

Parece-nos que essa inclusão de quem não havia se submetido a uma análise aponta para o zelo de Lacan em relação à abertura da Escola a um “fora” do círculo analítico mais convencional, talvez evitando que as discussões ficassem restritas à “paróquia psicanalítica” e, dessa forma, que a Escola pudesse se manter arejada, inclusive por um esforço contínuo de transmissão para os “não iniciados”. Com Miller, pudemos depreender, daí, um descolamento na posição de Lacan, indicando “que a psicanálise não é simplesmente coisa de psicanalistas, e tampouco daqueles que se consideram psicanalistas habilitados. Certamente não é coisa de didatas!” (MILLER, 2001/2013, p. 210).

Assim, a Escola demarca, com a inclusão dos “não-analistas”, sua diferença em relação a uma Sociedade de didatas “iniciados” e estabelece uma “nova articulação entre o dentro e o fora, justamente para impedir que o banquete dos analistas se fechasse”, favorecendo, então, não só a entrada de “gente nova”, como também se apresentando com “outra topologia na qual o fora passa para dentro” (MILLER, 2001/2013, p. 41). Tal inclusão vivifica o que se encontra mais tradicionalmente dentro e realiza um forçamento no qual o interior precisa ser transmitido, fazer-se entender pelo fora, arejando o que poderia se tornar uma espécie de clausura dos doutos.

Não menos relevante é situar o panorama histórico no qual se dava a fundação da Escola Francesa de Psicanálise em relação ao lugar da medicina, tanto no panorama social, quanto para a própria tradição psicanalítica. Se hoje, mais de cinquenta anos após a fundação da EFP, a cisão de Lacan com a IPA é tomada pelos lacanianos praticamente

como um mérito, é preciso lembrar que, àquela época, foram grandes os esforços empreendidos por Lacan para se fazer reconhecer pela Internacional. Destacamos, a partir do que Miller aborda, tanto sobre a cisão de 1953, em “La scission de 1953” (1976), quanto sobre a excomunhão de 1964, em “L’*excommunication*” (1977), que não era um desejo de Lacan, sobretudo, a princípio, romper com a tradição. Intuímos que, ao fundar sua Escola, em 1964, sem qualquer lastro de reconhecimento e chancela prévia da tradição psicanalítica da IPA, Lacan tenha lançado mão de uma estratégia para que, socialmente, sua Escola pudesse ter uma representatividade minimamente assegurada.

Sobretudo para uma Escola que já nasce sob o peso da excomunhão, em um ambiente francês, no qual a própria psicanálise não tinha um lugar social muito consolidado, talvez, a criação da “Seção de Psicanálise Aplicada” e o lugar conferido à terapêutica médica não compareçam ali como corporativismo, ou simples réplica institucional da divisão entre psicanálise didática e as aplicações da psicanálise: trata-se de função estratégica para a reconquista do campo freudiano.

Ainda sobre essa diferenciação, Miller, em “Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia” (2001/2013), sublinha que tal distinção entre pura e aplicada “foi feita para ressoar sobre a diferença das duas com relação à psicoterapia” (2001/2013, p. 11). O fundamental, Miller aponta, “é que a psicanálise aplicada à terapêutica permaneça psicanalítica e que ela se mantenha impassível com relação à sua identidade psicanalítica” (2001/2013, p. 10), sem concessões ou pretextos. Pressionada por sua aplicação terapêutica, não cabe à psicanálise aplicada resvalar para o terreno das terapias, ultrapassando seu limite, apagando sua diferença com a promoção de uma homeostase que garantiria a manutenção de um *status quo*. Ou seja, de acordo com a leitura empreendida por Miller, essa diferenciação entre pura e aplicada não seria equivalente a uma distinção entre psicanálise didática (ou propriamente dita) e psicanálise aplicada àqueles que não pretendem se formar como analistas, mas apontaria, sobretudo, aos cuidados que devem ser guardados em relação a pretensões de cura orientadas por um mero interesse social ou um simples bem-estar.

Por fim, mais um ponto merece nossa atenção em relação à Seção de “Psicanálise Aplicada”: Lacan parece situar a aplicação da psicanálise a projetos terapêuticos e à clínica médica como um contraponto à série de aplicações do arcabouço conceitual da psicanálise a diferentes campos de saber, fossem literários, ginecológicos ou educacionais. Nesse contexto, ao contrário da posição que toma a psicanálise como uma metalinguagem que funciona à semelhança de uma ferramenta de leitura, em “Juventude

de Gide ou a letra e o desejo” (1958/1998), Lacan adverte, com toda clareza, que: “A psicanálise só se aplica em sentido próprio, como tratamento, e, portanto, a um sujeito que fala e que ouve” (1958/1998, p. 758). A psicanálise aplicada é situada em sua relação com o tratamento: a terapêutica seria uma forma mais restrita de abordagem do sintoma. A “psicanálise pura”, por sua vez, indissociável da função de formação do analista, não deixa de ter, mesmo que não em primeiro plano, efeitos terapêuticos.

Em relação à novidade dessa interseção entre a psicanálise pura e a aplicada, em “L’expérience vivante de la Psychanalyse” (2008), Antonio Di Ciaccia afirma que a psicanálise aplicada “é o fruto não acidental, mas essencial, da psicanálise pura” (2008, p. 10. Tradução livre). A consequência ética de uma psicanálise pura, levada a seu termo, é que o analista que daí se produz possa operar na clínica a partir da articulação entre psicanálise pura e psicanálise aplicada. É justamente isso que Lacan aponta ao afirmar, no “Ato de fundação” (1964/2003), que:

[...] é constante que a análise tenha efeitos sobre toda e qualquer prática do sujeito que nela se engaja. Quando essa prática provém, por pouco que seja, de efeitos psicanalíticos, ele se descobre a gerá-los no lugar em que se espera que os reconheça (LACAN, 1964/2003, p. 241).

Lacan subverte, por essa via, a concepção largamente admitida que concebia a “psicanálise aplicada” como hierarquicamente inferior à “psicanálise pura”. A fronteira rígida que separava a análise didática das aplicações da psicanálise tem seus limites franqueados. Lacan aponta que uma análise faz ressoar seus efeitos “sobre toda e qualquer prática do sujeito que nela se engaja” (Lacan, 1971a/2003, p. 241). Retomando brevemente a leitura que empreendemos acerca de “Variantes do tratamento-padrão” (LACAN, 1955/1998), ainda que admitamos uma diferenciação entre psicanálise pura e psicanálise aplicada, essa distinção não é porque a aplicada teria mais variações do que vai ter a pura, mas que a pureza da psicanálise pura é relativa a seus fins; quer seja, seu objetivo é que, pela via da formação que ela oferece, um analisando possa advir analista.

A criação da EFP é uma aposta política de Lacan, pautada por uma eliminável articulação entre um “dentro” – relativo à elucidação quanto a pureza dos fins de uma análise – e um “fora”, que concerne ao “dever que compete” à psicanálise “no mundo” (LACAN, 1971a/2003, p. 235). Em outros termos, parece que a psicanálise pura opera como um orientador contínuo da prática da psicanálise, mesmo quando aplicada à terapêutica, indicando, assim, que essa distinção feita por Lacan não isola de forma

estranque a “pura” da “aplicada”. Com Sérgio Laia, entendemos que “a aplicação terapêutica da psicanálise não deixa de estar na própria formulação do que é a Escola de Lacan[...], ela está submetida aos princípios de uma psicanálise pura” (2018, p. 56). Logo, já se anuncia uma articulação fundamental entre pura e aplicada, mas ela só será formalizada por Lacan na “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (1967/2003). A partir desse escrito, será importante esclarecermos os conceitos de “psicanálise em intensão” e “psicanálise em extensão”, a fim de situar em que eles se articulam com as diferenças entre Psicanálise pura e Psicanálise aplicada, bem como nos permitem esclarecê-las e avançar no tocante à legitimidade da articulação da psicanálise com as questões de seu tempo.

2.8 “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”

Depois de três anos da fundação da Escola Francesa de Psicanálise (EFP), nos quais seu funcionamento é colocado à prova por “trabalhadores decididos” (1964/2003, p. 239), Lacan elabora a “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (1967/2003). Neste texto, como o nome indica, Lacan propõe algumas respostas em relação aos impasses encontrados no decorrer de 1964 a 1967, apresenta os avanços formulados em torno da interrogação sobre como alguém advém analista e circunscreve sua aposta em torno dos efeitos que a passagem de analisante a analista pode promover no âmbito da Escola.

Para traçar uma perspectiva do que recortaremos a seguir, assinalamos que interessa-nos discutir especialmente os avanços de Lacan acerca das garantias institucionais aportadas pelo *gradus* de AE (Analista da Escola) e o *gradus* de AME (Analista Membro da Escola). Também apresentaremos as novas formulações de Lacan sobre “a passagem de psicanalisante a psicanalista” (1967/2003, p. 259), assim como abordaremos a hiância que articula as noções de “Psicanálise em intensão” e “Psicanálise em extensão”. Tais noções nos interessam, pois as tomamos como ferramentas indispensáveis para assegurar que a prática analítica não perca o que lhe é mais próprio, o *élan* que a caracteriza e a distingue das abordagens psicoterapêuticas. Defendemos aqui a hipótese de que essas noções compõem o “rigor de alguma forma ético” (1955/1998, p. 326) ao qual Lacan se referiu em 1955, em “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998), dizendo que, àquela época, ele não havia sido formulado, mas apenas confundido com o “formalismo” do *standard* ipeísta.

Lacan inicia sua “Proposição de 9 de outubro sobre o psicanalista da Escola” (1967/2003) destacando que, em sua Escola, o novo não pode ser instituído “senão no funcionamento” e demarcando que a novidade por ele incluída porta a “solução para o problema da Sociedade Psicanalítica. A qual se encontra na distinção entre hierarquia e *gradus*” (LACAN, 1967/2003, p. 248), ele completa. Conforme comentaremos a seguir, o problema localizado por Lacan desencadeava efeitos nocivos ao convocar, na instituição, um modo de funcionamento hierárquico e grupal sobre o qual ele já havia tecido duras críticas, ressaltado o caráter religioso das Sociedades Psicanalíticas, que funcionavam nos moldes de organizações verticais, em torno da figura do líder.

Na “Proposição” (1967/2003), essa crítica é retomada quando Lacan assinala que a própria “natureza dessas sociedades e o modo como elas obtemperam são esclarecidos pela promoção da Igreja e do Exército, por Freud, a modelos do que ele concebe como a estrutura do grupo” (1967/2003, p. 262). Tal funcionamento ficava evidente, por exemplo, pela fixidez dos lugares de mestria ocupados nessas instituições e a “cooptação de doutos” que tornava patente “o retorno a um status de impotência, conjugando a pregnância narcísica com a astúcia competitiva” (LACAN, 1967/2003, p. 250). Assim, tanto os efeitos de cola presentes na estrutura de grupo, do tipo Igreja/Exército quanto a cisão decorrente desse modo de funcionamento podem ser considerados, não como o problema propriamente dito, mas como defesas, ou, nos termos de Lacan, apresentam-se como “entreve” institucional para uma incontornável questão.

Tal questão é apontada por Lacan quando ele elucida a diferenciação entre hierarquia e *gradus* (1967/2003, p. 248), apostando, com relação a este segundo, em uma saída inédita face ao problema que consiste em levar em conta que “há um real em jogo na própria formação do psicanalista”, e que as “sociedades existentes [...] fundam-se nesse real” (LACAN, 1967/2003, p. 249). Este é um ponto que merece destaque: a existência incontornável de um real sobre o qual tais Sociedades se fundam. Acreditamos, portanto, que a “solução para o problema” das Sociedades psicanalíticas, anunciada por Lacan no início de sua “Proposição.” (1967/2003), relaciona-se a uma forma distinta de tratamento desse real fundante.

A esse respeito, Sérgio Laia, em seu texto intitulado “Passe: a partir do que se nomeia e não se nomeia?” (2016), situa que Lacan adverte àqueles que embarcaram com ele nessa “nova proposta analítico-institucional designada como Escola”, que “esse real provoca seu próprio desconhecimento (*méconnaissance*), ou até produz sua negação sistemática” (LAIA, 2016, p. 1). Laia indica, a partir desse apontamento de Lacan, a

“extensão do desafio que concerne à Escola”, que é o de como “lidar com o real inerente à formação do psicanalista se esse real mesmo se auto-consome” (LAIA, 2016, p. 1). Com Laia entendemos que, diferentemente das demais sociedades psicanalíticas, a Escola de Lacan, por estar advertida desse real, busca dar lugar ao que nele arde, sem se deixar consumir por esse fogo, nem se iludir de que ele possa se tornar domesticável (LAIA, 2016, p. 2). Ele demarca ainda um lugar privilegiado em que esse real “se auto-consome”, ao provocar seu próprio desconhecimento, quer seja:

[...] na “junção” em que “o psicanalisante passa a psicanalista” porque ela – decisiva para a formação do analista – é, segundo Lacan (1967/2001, p. 252), *encoberta* por uma “sombra espessa”. Assim, eu diria que há fogo, ou seja, luz e, como esse real iluminante se nega, se desconhece, apresentando-nos o quanto ele é mesmo *sem lei*, há também sombra, e tão espessa quanto as chamas desse real autofágico. [...] Porém, a uma Escola de psicanálise, Lacan (1967/2001, p. 252) apresenta uma possibilidade diferente: ela “pode empenhar-se em dissipar” a “sombra espessa” que se interpõe e encobre tal junção (LAIA, 2016, p. 2).

A diferença da Escola em relação às demais Sociedades psicanalíticas no enfrentamento desse real – que encobre a passagem de psicanalisante à psicanalista – toma corpo através de uma novidade concebida por Lacan: trata-se do *gradus*, um modo de funcionamento proposto para responder, institucionalmente, no âmbito da própria Escola, pela formação psicanalítica, assim como pela nomeação de um analista da Escola (AE), através do dispositivo do passe, e, ainda, valer-se também do reconhecimento de seu trabalho no âmbito social (AME). O *gradus* é, portanto, a solução e a novidade introduzidas Lacan, a fim de fazer frente a esse real que encobre a passagem de psicanalisante a psicanalista, discutida no próximo subitem.

Vale ainda lembrar que a forma ipeísta de conceber o fim de análise não lançava nenhuma luz sobre essa elucidativa passagem. Ela apenas preconizava que, pela observância das normas relativas à análise, aqueles analistas categorizados como “didatas” podiam assim reconhecer seus analisandos que as tivessem cumprido, incluindo-os naquela mesma categoria. No “Ato de fundação” (1964/2003), tal categoria já fora declarada proscrita na medida em que, ali, Lacan rompe com o *standard*, mesmo que não houvesse ainda especificado a sua proposta – e essa é a trilha que ele abre aqui.

Marcus André Vieira, em “Qual o tamanho da Escola de Lacan?” (1998), aponta que as nomeações relativas ao *gradus*, constituídas pelo AE e pelo AME, configuram-se como uma forma de intervir na hierarquia, com o objetivo de incidir e perturbar, na

melhor das hipóteses, a tendência ao funcionamento grupal, desde o próprio interior da instituição:

Este é o ponto forte: ele perturba. Em uma passagem da “Proposição...” Lacan afirma que o AE vai funcionar ‘submetendo à uma crítica permanente a autorização dos melhores’. Vemos como instaura-se um jogo entre AE e o AME, onde o AE perturba o funcionamento da hierarquia, ao mesmo tempo em que se insere no interior dessa própria hierarquia. A distinção entre e hierarquia e gradus é fundamental mas é necessário também que haja uma certa perturbação da hierarquia a partir do gradus (VIEIRA, 1998, p. 2).

Segundo Lacan, trata-se de um “passo construtivo” (1967/2003, p. 248) que ele institui ao diferenciar a hierarquia e o *gradus*, e sua aposta é que sua Escola possa “reproduzir esse passo em dois sentidos” (1967/2003, p. 248).

Quais são, afinal, os dois sentidos que esse passo pode ter?

O primeiro passo que Lacan apresenta é empreendido na contramão da hierarquia, indo no sentido de uma auto autorização relativa àqueles que, em determinado ponto de sua formação, autorizam-se como “Analista Praticante”, sem que essa autorização seja remetida verticalmente à Escola. Lacan a enuncia da seguinte forma: “Antes de mais nada, um princípio: o psicanalista só se autoriza de si mesmo” (1967/2003, p. 248).

Essa auto autorização concerne ao “Analista Praticante”, que se considera apto para conduzir um tratamento analítico. Não implica, necessariamente, a crença de que se tenha chegado a um final de análise e, portanto, não se confunde com os títulos de AE ou de AME oferecidos pela Escola. Embora essas nomeações, quando aconteçam, conforme comentaremos a seguir, tenham como dada essa auto autorização, que subjaz tanto ao título de AME quanto ao título de AE, isso não significa que ela lhes seja exclusiva.

Em relação à subversão dessa autorização “de si mesmo”, tendo como ponto de partida o próprio sujeito, que se autoriza a responder como analista em sua prática clínica – aquilo que, na IPA, era reservado aos analistas didatas –, Miller comenta que “Nenhum segredo foi melhor guardado sobre este assunto, ou seja, sobre o fato de o incomensurável só se autoriza de si mesmo” (MILLER, 2002/2011, p. 56). Ele parece indicar que, de certa forma, o que Lacan faz, ali, é formalizar e expor “o segredo” – condição que não era exatamente uma novidade, mas que nunca antes fora formalizada como tal.

Em seguida, Lacan adverte de que “o princípio de que um psicanalista só se autoriza de si mesmo [...] não impede que a Escola garanta que um analista dependa de sua formação. Ela pode fazê-lo por sua própria iniciativa” (1967/2003, p. 248).

Acreditamos ser esse o segundo “sentido” do “passo” que Lacan espera que sua Escola reproduza: o que parte dela mesma, de “sua própria iniciativa” em relação aos analistas que se formaram a partir dela. Mais uma vez, é importante ressaltar que a garantia oferecida pela Escola quanto à formação de seus analistas não se articula apenas ao AE e ao AME, afinal, alguém que se endereça à Escola como local de formação, ainda que não tenha quaisquer desses títulos, também irá se deparar com o que ela garante.

A partir desse ponto, Lacan se voltará às garantias institucionais aportadas pelo *gradus* de AE (Analista da Escola) e o *gradus* de AME (Analista Membro da Escola), pois, conforme indica, a Escola pode dispensar essa garantia “por sua própria iniciativa”, no caso do AME ou, ainda, “o analista pode querer essa garantia” (LACAN, 1967/2003, p. 248) e demandá-la à Escola, no caso do AE. Conforme indicamos anteriormente, Miller já havia localizado tais nomeações nos anuários em 1964, no “Ato de fundação” (1964/2003), mas não havia um estabelecimento claro sobre em que se pautavam essas nomeações, de forma que, “brilha por sua ausência uma garantia por parte da Escola quanto à formação por ela dispensada” (MILLER, 2002/2011, p. 209). Com Miller, acompanhamos a perspectiva de que, com o objetivo de reparar essa ausência referente à garantia oferecida pela Escola, Lacan irá apresentar a formalização das duas formas de *gradus* concebidas através das nomeações de AE (Analista da Escola) e de AME (Analista Membro da Escola). Procuraremos esclarecer, a seguir, a diferenciação entre essas duas formas de *gradus* para que possamos definir as demandas, as atribuições e os tempos de nomeação relativos a cada uma delas.

2.9 AE e AME

Em relação ao *gradus* de AE, ou seja, o de analista da Escola, Lacan, de saída, assinala que a essa nomeação se imputa, atrela-se uma responsabilidade inarredável que é a de “dar testemunho dos problemas cruciais, nos pontos nodais” (LACAN, 1967/2003, p. 249) em que se encontram em sua análise. Tal nomeação não parte da Escola em direção ao analista, mas requer que se queira ocupá-la e que ela seja demandada à Escola. A nomeação acontece da seguinte forma: quando alguém acredita ter concluído sua análise, caso queira ser reconhecido como tal pela Escola, precisa endereçar-lhe formalmente essa demanda e submeter-se ao dispositivo do Cartel do Passe. Tal dispositivo é composto por um ofício nomeado por Lacan como os “passadores” (1967/2003, p. 260), que são analisantes em vias de terminar suas próprias análises e que

já se colocam questões sobre esse fim: "É com eles [os passadores] que um psicanalisante, para ser reconhecido como analista da Escola, falará de sua análise, e o testemunho que eles poderão colher pelo vívido de seu próprio passado será daqueles que nenhum júri de aprovação jamais colhe" (LACAN, 1967/2003, p. 261).

Os passadores têm por tarefa averiguar as condições em que essa passagem de analisante a "psicanalista da própria experiência" (LACAN, 1967/2003, p. 248) se deu, questionar em que cada conclusão poderá contribuir para o avanço da psicanálise, em que poderá iluminar a clínica psicanalítica e a teoria que dela se depreende, levando em conta, também, aquilo que, em relação ao gozo, permanece opaco. De um AE, espera-se que ele seja "responsável pelo progresso da Escola" (LACAN, 1967/2003, p. 248) e possa responder sobre o que se passou, afinal, nessa passagem de psicanalisante a psicanalista.

Aqui, retomamos a questão apresentada anteriormente quando resgatamos, com Laia, o seguinte desafio clínico/institucional apresentado por Lacan: "Essa sombra espessa que encobre a junção de que me ocupo aqui, aquela em que o psicanalisante passa a psicanalista, é ela que nossa Escola pode empenhar-se em dissipar" (1967/2003, p. 258). A respeito da possibilidade de que essa sombra pudesse ser dissipada pelo dispositivo do Passe e fosse, enfim, exposto o real em jogo na formação analítica, acompanhamos, mais uma vez, Sérgio Laia quando ele pondera que tais aspirações nunca se realizam de forma definitiva ou extada, pois, "se ocorressem ou quando fossem apresentadas como tais, não deixariam de turvar que esse 'real em jogo na formação do analista' se faz "desconhecer-se e se nega tanto quanto flameja" (LAIA, 2016, p. 3). Dito de outro modo, esse real é também um ponto de singularidade incomparável, da diferença radical que não poderá ser mensurada a partir de critérios universais e que comporta um desafio no tocante à transmissão do que se passa ao fim de uma análise. Laia enuncia o desafio paradoxal de lançar luz sobre esse ponto de real da seguinte forma:

[...] a nomeação de um Analista da Escola (AE) por um Cartel do Passe se pauta pelo que um passante nomeia para seus passadores, mas, ainda, pelo que, nessa transmissão, tal passante recolhe, da sua experiência analítica, como inominável sem confundir esse inominável com qualquer tipo de inefabilidade ou com uma impotência para nomear.[...] Assim, a nomeação se vale de alguma transmissão quanto ao inominável na própria espessura do que se nomeia e tal inominável guardaria, mesmo em sua opacidade, em sua sombra, uma chispa que seja de um nome (LAIA, 2016, p. 4).

O passe, portanto, propõe-se a abordar esse real fugidio, inabordável fora dessa proposta institucional formulada por Lacan, que é a Escola. A esse respeito, ainda nos servindo das metáforas que Sérgio Laia apresenta em "Passe: a partir do que se nomeia e

não se nomeia?” (2016), como o próprio título indica, o passe, ao incidir sobre esse real fundante da formação analítica, deve poder verificar o que tal passagem ilumina, mas, ao mesmo tempo, preservar a sombra, ou “mesmo destacando o clarão, ou seja, o fogo que se produziu justamente quando sombra e furo puderam ser articulados” (LAIA, 2016, p. 5). Logo, o passe visa tanto ao saber que se extrai de uma análise, essa espécie de “clarão”, quanto ao que da pulsão resta de irreduzível e opaco, de “sombra”.

A forma absolutamente singular como esses dois aspectos se articulam é colocada à prova pelo dispositivo do passe. Quando a nomeação de um AE acontece, portanto, deve ter lugar uma transmissão sobre esse real que acaba por enodar a solidão dessa travessia de se haver com sua diferença radical e também opaca ao coletivo da Escola, pelo ensinamento que, nela, transmite-se sobre essa passagem a psicanalista.

É, portanto, justamente a partir da hiância que interroga o que é um analista que Marcus André Vieira conclui que “a aposta maior de Lacan”, é a de “deixar em aberto o que seria a mutação subjetiva necessária para a prática com o inconsciente, aceitando, ao mesmo tempo, que ela poderá ser dita, um por um” (VIEIRA, 2014, p. 1) através do dispositivo do passe. Entendemos, desse modo, que, submeter-se ao passe, expor o saber extraído de sua própria experiência e demonstrar a passagem de analisante para analista, são formas que Lacan encontrou para abordar esse real fugidio e, ao mesmo tempo, fazer des-consistir a hierarquia; perturbar a cristalização em torno do corporativismo ipeísta na questão do “término da análise superfluamente chamada de didática” (LACAN, 1967/2003, p. 257).

Percebemos, assim, a própria definição de Escola como um local onde é preciso refundar continuamente a definição daquilo que seria um analista, e não como uma instituição que promove uma reunião de analistas, previamente estabelecidos enquanto tais. Nesse sentido, a Escola desponta como “a comunidade dos que se interrogam ‘De onde vêm os analistas?’” (VIEIRA, 2018. Sem página). A Escola, portanto, não obtura a hiância entre o vazio sustentado em relação ao conceito do que seria um analista e os exemplos concretos de como essa passagem se deu, mas, ao que nos parece, aponta ao fato de essa separação não ser absoluta, mas, relativa, ficando a encargo do AE o desafio de demonstrar, a cada vez, como essa conjugação pode se articular.

A outra forma de *gradus* existente na Escola diz respeito à nomeação do AME, o “Analista Membro da Escola”. Trata-se de um reconhecimento da prática de um analista, sem que seja preciso endereçamento de demanda à Escola para se obtê-lo. Diferentemente da nomeação do AE, a nomeação do AME é uma iniciativa que parte da

própria Escola como forma de reconhecer o psicanalista que “comprovou sua capacidade [...] com base no projeto de trabalho e sem consideração para com a proveniência nem as qualificações” (LACAN, 1967/2003, p. 249). A desconsideração assinalada por Lacan em relação à “proveniência” e às “qualificações” marca a importância de que se tenha dado provas, de seu engajamento em um “projeto de trabalho”. Em outros termos, é preciso observar, *a posteriori*, os efeitos produzidos pela inserção da presença de um analista na comunidade de seus pares, a duração no tempo desse trabalho desenvolvido e o recolhimento das consequências advindas dessa duração.

Colocamos em tensão a nomeação do AE e do AME, na medida em que o AE visa a responder o que é um analista e como se deu essa passagem e, por outro lado, o título de AME diz de um reconhecimento da prática da psicanálise no plano social. Quais são os pontos de conjunção e disjunção que Lacan estabelece entre essas duas formas de nomeação? Miller esclarece que, no tocante ao AE e ao AME, “O primeiro se considera analista no *a posteriori* de sua própria análise. O segundo, no *a posteriori* de sua prática” (MILLER, 2008-2009, p. 37). Assim, há, do lado do AE, a precipitação de um endereçamento ao Cartel do Passe e a surpresa da nomeação, quando ela acontece. Por sua vez, na nomeação de um AME, não há exatamente uma produção de surpresa dentro da comunidade analítica: trata-se, justamente, de reconhecer um trabalho que já é, por seus efeitos e alcance, conhecido. Quase como se a nomeação de um AME já fosse algo esperado, que acontece com alguma demora. Recebendo essa nomeação, “o AME consagra por direito o que sempre fez de fato” (MILLER, 2002/2011, p. 229).

Sob outra perspectiva, Lacan parece apontar, por essas duas formas de *gradus*, que não é suficiente um analista funcionar como tal. Assim, ele precisará, no caso do AE, ter demonstrado como a passagem de analisante a analista se deu. Contudo, essa verificação das condições da mutação subjetiva produzida pelo fim de análise não é um objetivo único da Escola: pelo título de AME, importa a Lacan o que um analista demonstra da sua prática e da sua formação na perspectiva social. Em outros termos, do AME é esperado que ele possa testemunhar sobre o mal-estar próprio de sua época, suas apresentações sintomáticas. Com Marcus André Vieira, entendemos que essas questões remetidas ao AME são “vizinhas, análogas, paralelas, às questões que o próprio laço social original da psicanálise coloca e que podem ir desde a bioética até a relação entre a psicanálise e o universo da saúde mental e da universidade” (1998, p. 50).

Para finalizar, retomamos a discussão que realizamos quanto à “solução-morcego”, à qual Lacan se refere, tanto em “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998), quanto na lição

intitulada "A excomunhão", acompanhando Miller quando ele assinala que os AME seriam as "patas sociais" da Escola, em contraponto aos AE, cuja função seria a das "asas analíticas". A Escola é esse ser ambíguo que se vale duplamente de sua inserção e é, justamente, dessa duplicidade que ela retira sua fecundidade, sua vitalidade. Entre as "patas sociais" e as "asas analíticas", entre o AE e o AME, há um ponto de abertura que, não coincidentemente, é a dimensão topológica em torno da qual a Escola se constitui. Para que a psicanálise se mantenha viva e possa responder aos desafios de seu tempo, a questão que interroga o que é um analista não poderá jamais ser elidida. É precisamente a fim de avançar nessa discussão que nos voltaremos, a seguir, aos conceitos de intensão e extensão.

2.10 Intensão e extensão

Intensão e extensão são dois conceitos apresentados por Lacan na "Proposição de 9 de outubro sobre o psicanalista da Escola" (1967/2003), através dos quais ele destaca a hiância relativa à definição da psicanálise e do psicanalista, e em torno das quais a Escola se funda. Tais conceitos se constituem como uma nova aproximação da topologia para o que, de modo mais genérico, estabelece-se como dentro e fora e que também se faz presente a partir dos títulos de AME e AE ou, ainda, das dimensões sociais e analíticas concernentes a uma Escola de Psicanálise. Após ter tocado, em 1964, algumas dessas questões no "Ato de fundação" (1964/2003), através das noções de "Psicanálise Pura" e "Psicanálise Aplicada", Lacan parece retomar, agora, essas noções com os conceitos de *intensão* e *extensão*. Assistimos, portanto, a um movimento que, justamente por não formular uma resposta padrão para a formação do analista, promove o avanço da teoria psicanalítica, do que pode ser concebido como tal formação e ainda vivifica a presença do analista no âmbito social.

Tomando como guia a questão sobre o que é um analista, como os conceitos de *intensão* e *extensão* retomam e renovam as noções de "psicanálise pura" e de "psicanálise aplicada", tal como apresentados no "Ato de fundação" (1964/2003)? Para responder a essa questão, é decisivo esclarecer como Lacan concebe a articulação entre a extensão e a intensão.

A *psicanálise em extensão* é apresentada por Lacan na "Proposição" (1967/2003) como "tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo" (1967/2003, p. 251), e a *psicanálise em intensão*, "como não fazendo mais

que preparar operadores para ela [para a psicanálise em extensão]” (1967/2003, p. 251). Ou seja, se a psicanálise se faz presente no mundo, por sua *extensão*, isso é possível pela *intensão*, que prepara seus operadores; os analistas que poderão dar corpo a essa presença.

Nesse sentido, a *intensão* poderia ser pensada como o critério de demarcação sobre os predicados que tornariam alguém um “operador”, um analista. Dessa forma, a *intensão* especificaria o significado de ser analista, conforme Miller indica: “a intensão concerne à definição de um conjunto, ou para ser mais preciso, à definição dos critérios de pertencimento a esse conjunto” (2002/2011, p. 48). Por outro lado, a extensão se refere àqueles elementos que atendem a essas exigências, ou, com Miller “a extensão se refere aos membros deste conjunto” (2002/2011, p. 48).

A respeito dos “critérios de pertencimento” (MILLER, 2002/2011, p. 48) a um determinado conjunto, relativos à *intensão*, e “os membros desse conjunto”, relativos à extensão, Gilson Iannini traz importantes esclarecimentos em seu texto intitulado “Da gramática à lógica: *Round-trip* Aristóteles-Frege: nota sobre intensão e extensão em psicanálise” (2018). Ali, Iannini propõe tais “critérios de pertencimento” característicos da *intensão* como “uma definição formal, calcada em definições essenciais, [...] aquilo que não pode ser eliminado sem destruir a própria ideia” (2018, p. 117-118). Nessa perspectiva, a *intensão* é definida como o critério de pertencimento a determinado grupo que compartilha uma mesma característica essencial. A *extensão*, por outro lado, os “membros do conjunto”, ao qual Miller se referiu, é proposta por Iannini como “uma definição material, que designa objetos, que dá exemplos” (2018, p. 117-118), onde encontramos as referidas “definições essenciais” que caracterizam determinado conjunto.

Heloisa Caldas, em *Sobre o banquete dos analistas* (2018. Inédito), faz uma advertência fundamental que nos serviu de bússola, ao sublinhar que, frequentemente, incorremos no erro de “tomar a intensão como núcleo, o coração do conjunto, [...] uma zona reservada à fina flor, ao tabu, ao banquete da elite; em contraste com a extensão que seria nessa acepção errônea – a zona da plebe difusa, marginal e periférica” (2018, p. 1. Inédito). Incorrer nessa distinção valorativa é novamente replicarmos a relação da intensão com a extensão nos moldes da diferenciação entre psicanálise didática e terapêutica, a qual Lacan, desde seu “Ato de fundação” (1964/2003), já havia criticado e declinado. Não se trata, pois, de uma diferenciação hierárquica onde a intensão seria “a fina flor” e a extensão uma zona “periférica”, ao redor do enclausuramento da intensão. É justamente a relação topológica entre ambas que nos interessa.

Ainda acompanhando essa perspectiva apresentada por Heloisa Caldas, entendemos que, em decorrência dessa acepção estanque e valorativa em torno da extensão e da intensão, decorre um segundo erro que consiste em tomar a psicanálise em “intensão e extensão como domínios distintos, o que leva a pensar que na Escola estamos sempre na intensão, e na psicanálise aplicada na extensão, havendo inclusive especialistas de intensão e outros de extensão. Erro, aliás, bem comum!” (CALDAS, 2018, p. 1. Inédito). Esse erro consiste em assinalar como dimensões absolutamente distintas a intensão e a extensão, como se a intensão pertencesse ao dentro e a extensão ao fora, pura e simplesmente.

Ao contrário, na “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (1967/2003), Lacan convida a pensar a articulação entre intensão e extensão em termos topológicos: “é no próprio horizonte da psicanálise em extensão que se ata o círculo interior que traçamos como hiância da psicanálise em intensão” (1967/2003, p. 261). Parece que essa afirmação de Lacan indica que, para refletirmos sobre o horizonte da extensão onde se desenham os alcances e limites dos usos possíveis da prática analítica, é imprescindível a retomada de seus princípios e seus fins, pela psicanálise em intensão. Preservar a vitalidade e autenticidade subversiva da psicanálise em seu emprego na civilização é um movimento duplo, que comporta a articulação da intensão com a extensão dessa prática no mundo.

Em outros termos, Lacan parece indicar que, para a psicanálise poder inscrever sua presença no âmbito civilizatório, via *extensão*, daqueles que funcionam como analistas, ela precisa zelar pela intensão, ou seja, manter viva a questão sobre “o que é um analista”, pois é justamente das respostas enunciadas a cada vez em torno dessa hiância que a intensão é colocada à prova quanto aos operadores de seu campo, sua extensão no mundo que ela habita.

Assim, se, de fato, os psicanalistas se fazem presentes no mundo, Lacan os convoca a partir do vazio que os constitui em relação à causa analítica, ou, em outros termos, que eles respondam pela extensão, valendo-se da intensão. Parece, portanto, que a legitimidade da presença da psicanálise em sua extensão no mundo não se desvincula da psicanálise em intensão, porque há um “horizonte” em que esses círculos se atam. Esse é o avanço empreendido por Lacan com relação às Sociedades de Psicanálise do tipo IPA. Essa articulação não estava claramente presente no “Ato de Fundação” (1964/2003), mas, nas Seções de Psicanálise Pura, Psicanálise Aplicada e Recenseamento do Campo Freudiano, ela parece ser aludidas. Nesse mesmo contexto, se retomarmos a discussão

que abriu esse capítulo, acerca da crítica lacaniana referente à suposta diferenciação entre o “Tratamento-padrão” e suas “variantes”, poderíamos sustentar, a partir da “Proposição de 9 de outubro sobre o psicanalista da Escola” (1967/2003), a orientação de que, para Lacan, o caráter intensional da psicanálise não deve ser jamais elidido, nem desarticulado, da extensão, inclusive pela “variação” da diferença absoluta a ser ressaltada em cada análise.

Nosso intuito final, no próximo subitem, é depreender os efeitos desse deslocamento que conjuga a intensão à extensão, e interrogar quais são as “consequências clínicas, institucionais e políticas do fato que o interior e o exterior não mantêm uma relação de exclusão absoluta, mas relativa” (BASSOLS *apud* RÊGO BARROS, 2018, p. 89). Esse é um ponto que nos é caríssimo: trata-se do fio condutor que atravessa essa tese. Afinal, qual é a relação entre o dever ético e político da psicanálise frente às desordens do mundo que lhe é contemporâneo? Qual é a formação exigida para que os analistas possam sustentar essa relação a partir de suas práticas e de suas análises?

2.11 A Escola e a política lacaniana

Percorremos, até aqui, pela discussão empreendida em torno dos escritos “Ato de fundação” (1964/2003) e “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (1967/2003), a aposta lacaniana de que “a política institucional não é uma questão exterior à sua clínica” ou “associada a ela apenas como um mal necessário” (VIEIRA, 2014, p. 3). Ao contrário, essa política institucional, conforme pudemos observar pela implementação do *gradus* no funcionamento da Escola, é concebida por Lacan, precisamente, como ferramenta para “explorar as consequências da novidade freudiana no plano social e político” (VIEIRA, 2014, p. 3). Isso implica pensar a prática, conectando-a visceralmente à realidade sócio-política dos nossos dias, porque ela tem profunda conexão com o real que uma época nos apresenta.

Sérgio Laia, em “O que a *Proposição* antecipa e ensina sobre as propostas de uma *política lacaniana* para nossos tempos e o futuro” (2018), interroga de que forma o “contexto de uma nova formulação institucional sobre o analista e sua formação” contribui para pensarmos a “iniciativa política da psicanálise” (2018, p. 52). Em torno dessa mesma questão, Jésus Santiago aponta que não é suficiente afirmarmos que “a política lacaniana responde tendo em vista nossa condição de psicanalistas. [...] em cada situação concreta, a gente tem que encontrar um *modus operandi*” (SANTIAGO, 2018, p.

67). Considerando essa perspectiva de interrogarmos cada *modus operandi* através do qual a psicanálise poderá se fazer presente na desordem dos nossos dias, Marcus André Vieira, aponta que “para garantir a presença do real da psicanálise no mundo é preciso estar também e especialmente na *polis*, pois é necessário “produzir” a presença do real do inconsciente na cidade” (2018. Sem página). Essa provocação de Marcus André nos concerne muito de perto, pois, no próximo capítulo, pretendemos colocar à prova a forma como uma iniciativa dessa natureza pode ganhar corpo: apresentaremos o trabalho desenvolvido pelo Ateliê “Escreve-se história” com as populações de rua do centro da cidade do Rio de Janeiro, a partir de uma escuta orientada pela psicanálise, procurando averiguar como a psicanálise pode servir a essa experiência tão radicalmente “fora” do dispositivo analítico e dimensionando em que os ensinamentos advindos dessa experiência poderiam contribuir para a própria psicanálise. Assim, o que uma ação psicanalítica extensiva ao campo social e orientada pela intensão, que tem como pré-condição uma formação contínua, pode produzir de efeitos, no tocante a um engajamento clínico-político da psicanálise?

Luciano Elia alerta que “talvez em nenhum outro momento histórico-político brasileiro o que Lacan cunhou como desejo do psicanalista seja tão necessário, tão decisivo quanto agora” (2017. Sem página). O desejo do psicanalista, conforme Elia sublinha, é o termo que “presentifica a psicanálise em intensão – ou o que há de intensional na psicanálise – na psicanálise em extensão e a estende ao político” (2017. Sem página), remarcando que esse desejo é

[...] exigível para que o psicanalista atue no campo da psicanálise em extensão e incida no laço social para além dos limites estritos do laço analítico com o sujeito em análise, presentificando a psicanálise no mundo, função definida por Lacan como sendo a de sua Escola (ELIA, 2017. Sem página).

Conforme apontamos na introdução da tese, chamou-nos a atenção a indagação de Serge Cottet em “Clínica da miséria” (2002) se a psicanálise estaria viva e à altura dos impasses civilizatórios de nossos tempos ao se voltar para práticas da psicanálise fora do modelo *standard*. Ali Cottet sustenta que “longe do divã”, na distância revelada pelas “periferias e instituições”, fora do enquadre do *standard* também teríamos a oportunidade de nos aproximarmos desse: “real difícil de simbolizar, do qual testemunham a psicose, o autismo, a toxicomania, a delinquência, etc” (COTTET, 2002, p. 60. Tradução livre). Assim, “longe do divã”, afastados do *setting* tradicional da experiência analítica, há ainda

outras possibilidades de nos aproximarmos dos pedaços opacos do real, pela desmedida do gozo, desvelada na errância, na violência, nos excessos e na segregação que as ruas, por exemplo, apresentam, e podem também nos convocar como analistas. É em busca das respostas que a psicanálise pode dar a esse real que as ruas nos trazem de forma tão desnudada e radical que nos voltamos para esse campo de investigação. Trata-se também de averiguar em que a psicanálise poderá avançar ao se colocar tais questões.

Luciano Elia, a partir de sua vasta experiência com a psicanálise no campo da Saúde Mental e das Políticas Públicas, sustenta a aposta de que “a leitura que a psicanálise permite fazer da ordem social e política abre possibilidades inéditas de intervenção no laço social amplo, destinadas a produzir efeitos bastantes transformadores” (ELIA, 2017. Sem página). Tomamos, também, com entusiasmo, o convite de Fernanda Otoni de Barros-Brisset para demonstrarmos a lógica de nossa intervenção nas ruas, o que implica a transmissão sobre o papel da política lacaniana, que deve “testemunhar sobre o sintoma de nossa época e como dele se servir, na vida de cada um e na vida das cidades” (BARROS-BRISSET, 2015. Sem página).

Assim, tendo como bússola a perspectiva do que as cidades podem elucidar em relação ao funcionamento inconsciente, perguntamos: ainda que os encontros que acontecem nas ruas da cidade possam não se configurar como tratamento, o que eles ensinam sobre nossa época e como eles contribuem para a prática da psicanálise? Haverá um real nas ruas que se apresente, digamos assim, a céu aberto e, portanto, mais a descoberto e menos opaco? Qual será o alcance da psicanálise face a esse real que comparece nas ruas de forma tão radicalmente segregada? São essas questões que, devidamente investigadas nesta tese, justificam o título que lhe conferimos: quando a psicanálise alcança as ruas, o que fazem os analistas?

3 ESCREVE-SE HISTÓRIA

A rua é a transformadora das línguas. A rua continua, matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que é o patrimônio clássico dos léxicos futuros.

João do Rio

Sei que a minha poesia é atravessada, desde o primeiro livro, por seres humanos. Mais especialmente por aqueles que moram debaixo do chapéu: porque não têm casa. Mais especialmente por andarilhos e por loucos de água e estandarte. Por isso eu acho que nunca andei fora desse mundo. Eu nunca fui sideral. Lido mais com desperdícios, com sucatas verbais e com insignificâncias. Mexer com gratuidades me enriquece.

Manoel de Barros

3.1 Consultório na rua

A pergunta inscrita no título dessa tese – quando a psicanálise alcança as ruas, o que fazem os analistas? – começou a se esboçar tendo como ponto de partida o trabalho que iniciei em 2012, no Consultório na Rua, situado no Centro do Rio de Janeiro. Apresentarei neste terceiro capítulo algumas experiências vivenciadas no Consultório na Rua (CnaR) pois, afinal, foi a partir do encontro com a especificidade desse trabalho, de suas aberturas e seus desafios que surgiu, em 2015, o ateliê “Escreve-se história”, introduzido anteriormente. Essa tese não tem por objetivo discutir o CnaR, mas situar as questões oriundas dele que propiciaram a criação do “Escreve-se história”, junto ao Núcleo de Pesquisa “Práticas de Letra” – e como este último ofereceu subsídios para nossa atuação. Finalmente, através da discussão de casos ali acompanhados, tentaremos formalizar o trabalho peculiar que se produziu a partir dessa oferta, extraindo os ensinamentos dela advindos.

A fim de iniciarmos esse percurso, importa situar que o Consultório na Rua é um dispositivo que atualmente se encontra incorporado à Política Nacional de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele foi criado em 2009 com a finalidade de ofertar cuidados em saúde para a população em situação de rua que vive ou transita por determinados territórios urbanos – já que o acesso dessas pessoas às Clínicas de Saúde da Família e demais serviços de saúde era (e ainda é) muito precário ou praticamente inexistente (LOPES, 2014, p. 19).

Os Consultórios na Rua contam com equipes multiprofissionais compostas por agentes comunitários de saúde, enfermeiros, assistentes sociais, dentistas, médicos, técnicos em enfermagem e psicólogos – área na qual atuei. Essas equipes tanto ofertam cuidados em saúde nas Unidades Básicas, onde se encontram alocadas, quanto fazem um importante trabalho territorial, indo ao encontro dos usuários nos espaços urbanos onde eles transitam, além de realizar articulações intersetoriais, seja com a assistência social, educação, geração de renda, assim como com os diversos serviços da Rede de Atenção Psicossocial.

De saída, a característica itinerante das abordagens me colocou a questão de como trabalhar com certa “inversão” da demanda, quando a equipe vai às ruas, ao “território”, para ofertar tratamento àqueles que ali vivem, mesmo que estes, muitas vezes, não esbocem qualquer pedido endereçado aos profissionais. Além disso, se alguma aproximação com esses transeuntes acontece, não há, tampouco, garantia de um próximo encontro: cada encontro é único.

Esse tipo de unicidade não é exatamente uma novidade clínica para a psicanálise: afinal, cada sessão de análise, de fato, é única. A cada sessão, as questões levadas pelo analisando, através das articulações significantes estabelecidas, não se repetem, ainda que a temática possa ser a mesma. Além disso, o ponto em que cada sessão é encerrada pelo analista por meio do que chamamos de corte, também é único, pois se relaciona àquilo que se precipita contingencialmente em uma fala, que surge inesperadamente em uma dada enunciação. Percebemos, assim, que a unicidade de cada sessão encerra uma lógica temporal própria, a cada vez – tal como Lacan formula em “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada” (1945/1998).

Lacan propõe, ali, que a modulação do tempo lógico consiste na articulação de três momentos: o “instante de ver”, o “tempo para compreender” e o “momento de concluir” – todos eles regidos pela “função da pressa” que, em cada sessão, presentifica-se na ausência de um tempo fixo para seu fim, pois, como assinalamos, este fim se

relaciona com algo que, em uma fala, surge inesperadamente (LACAN, 1945/1998, p. 204). Essas noções que introduzem o manejo do tempo são formuladas por Lacan¹⁰ a partir do sofisma dos três prisioneiros, demonstrando que o corte na duração temporal instaura a pressa em concluir, através da qual o inconsciente se precipita.

Quando é a equipe que vai ao território em busca dos usuários, ocorre certa inversão da demanda, pois, parte da equipe, e não dos usuários, a iniciativa de aproximação. Esse formato de chegada, por vezes, parece suprimir o instante de ver, uma vez que, não havendo propriamente a formulação de uma demanda, as soluções que encontrávamos não estavam referidas a nenhuma questão inicialmente delimitada, além de, muitas vezes, não haver sequer o esboço de qualquer endereçamento. Antes, o endereçamento, a queixa e a demanda precisavam ser criadas, pois, de saída, elas não se apresentam ali.

Assim, retomando o sofisma do tempo lógico, mencionado anteriormente, poderíamos pensar que, a rigor, é no instante de ver que o prisioneiro aceita o desafio, as regras do jogo, ou seja, que ele esboça sua pergunta articulada em um enquadre significante. É justamente essa delimitação que, muitas vezes, não se apresentava de forma clara, ou só vinha a se formular muito tempo depois. A retificação subjetiva necessária para uma entrada em análise, por exemplo, parece ser, justamente, a produção desse instante de ver, em que uma questão evidencia seus contornos e a montagem de certa organização simbólica. É precisamente esse tempo que, por vezes, não se apresenta, colocando em xeque, por consequência, o tempo de compreender e o momento de concluir.

Havia, além dessa inversão da demanda, que parecia turvar o “instante de ver”, uma diferença fundamental entre esses encontros e uma sessão de análise: a continuidade. Em uma análise, tem-se a periodicidade, a sequência das sessões, a retomada de determinada intervenção do analista pelo analisando, a verificação dos efeitos advindos

¹⁰ O diretor de uma prisão diz a três prisioneiros que um deles poderá ser libertado na medida em for o primeiro a descobrir qual é a cor do disco pregado às suas costas e justificar. Cada um tem um disco, escolhido entre três (discos) brancos e dois (discos) pretos. Os prisioneiros não conseguem ver sua cor nem podem se comunicar com seus colegas. Depois de se observarem por algum tempo, saem os três juntos e, cada um deles, separadamente, afirma ter um disco branco nas costas. A justificativa é a seguinte: “Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: ‘Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto.’ E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão” (LACAN, 1945/1998, p. 205).

de uma interpretação e mesmo o fator temporal por meio do qual a repetição se evidencia. Este fator temporal, imprescindível em uma análise, configura-se de forma absolutamente atípica em grande parte dos encontros com as pessoas em situação de rua. Nestes, a frequência tende a ser bastante irregular – existindo, inclusive, muitas situações em que acontece um único encontro, embora também existam exceções de atendimentos que perduraram por anos.

O encontro com as especificidades do trabalho com as populações em situação de rua me apresentou variações em relação ao tratamento psicanalítico, tanto em relação à radicalidade da falta de garantia da continuidade dos encontros e a ausência de pagamento, quanto em relação à inversão da demanda que se dá quando a equipe vai às ruas.

A equipe do CnaR se situava em um lugar delicado, entre não ser invasiva nas abordagens e, ao mesmo tempo, investir no feitiço de laços com os usuários; entre oferecer acesso à saúde e não impor modos de vida. Esse era um trabalho a ser realizado continuamente com a equipe, que se mostrava muito sensibilizada com a tragédia de vidas assoladas pelos mais variados tipos de precariedade e violência.

Acreditamos ser importante situar que as ruas não formam um bloco que reúne as vias de trânsito da cidade, como se fossem um traçado homogêneo. Trata-se, antes, para os sujeitos que, nelas, passam e vivem, de experiências completamente diversas: as ruas são muitas e não-todas¹¹; é preciso deixar-se ensinar pelas histórias ali desenroladas, uma a uma, pois elas formam um mosaico vivo, feito de cartografias absolutamente singulares. Nelas, encontramos enredos entrecortados de abismos e nomes de mulher, outros, cerzidos por anos a fio, em delírios cuja matéria se tece incluindo as vias da cidade, sem qualquer marca de passagens por hospitais psiquiátricos ou serviços da Rede de Saúde Mental – como um usuário que vivia nos arredores da Central do Brasil e se apresentava como “engenheiro”, cujo delírio consistia em fazer um levantamento contínuo dos carros, ônibus, trens, metrô e BRT’s que ali circulavam e que, em seu delírio, eram de sua autoria. Percebe-se, assim, como a rua pode ter um lugar vivificante na construção delirante de um sujeito. São ruas de artifícios inventados com delicadeza. Mas, não apenas. Há casos em que as ruas que se tornam destino após duras devastações, desertificadas, onde também encontramos sujeitos “sem adesão” a quaisquer tratamentos, entregues aos mais diversos tipos de adoecimentos e, às vezes, mais que entregues, aferrados a seu sofrimento, sem esboçar, no entanto, qualquer

¹¹ Essa expressão surge no contexto do *Seminário, livro 20: mais ainda* (LACAN, 1972-73/1985), na tentativa de localizar um gozo feminino, que vai para além da referência única que representaria o falo.

tipo de demanda às instituições; não raro, inclusive, resistirem às ofertas que lhes são feitas. As formas de viver nas ruas são as mais variadas possíveis.

Ainda assim, dessas formas tão diversas com que cada sujeito pode viver nas ruas, um fio condutor pôde ser extraído. Ele reúne em seu feixe questões colocadas pelo encontro maciço com um gozo pouco afeito aos contornos da norma fálica. Recolhem-se, nessa clínica da cidade, efeitos do anonimato da figura paterna, assim como relações imbricadas com os domínios da lei. As ruas são territórios onde encontramos com a radicalidade de um aspecto do gozo que se apresenta em extravio, onde a errância comparece. O que chamamos aqui de errância, e que desenvolveremos mais detidamente adiante, relaciona-se a certa deriva pulsional, em que o circuito da fantasia ou, antes, a formalização de um sintoma, ou mesmo a consistência de um delírio, não se apresentam de forma tão clara e localizável.

Esse é um ponto que merece destaque.

Trata-se, aqui, de uma especificidade própria à clínica que o Consultório na Rua me apresentou e que me fez querer dar prosseguimento ao trabalho com as ruas através do ateliê “Escreve-se história”, assim como à pesquisa junto ao Núcleo “Práticas da Letra”. Finalmente, foi possível formalizar essa investigação através da continuação da pesquisa endereçada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ, acolhida pela Prof. Heloisa Caldas, no contexto mais amplo de sua pesquisa voltada à violência e à segregação diante do encontro sempre traumático do ser falante com a linguagem.

Os casos acompanhados nas ruas apresentam uma casuística marcada pelo aspecto mortífero do gozo, pouco afeito aos contornos simbólicos. Digamos que verificamos, ali, um empuxo ao gozo ilimitado, revelado pelos excessos do corpo, que, muitas vezes, resvala na violência, além de constantes desenlaces na esfera laborativa e afetiva, indicando uma clínica marcada pela errância, pelo desvario, enfim, pela iteração de um gozo opaco ao sentido. Notamos essas características pelos altos índices de casos de toxicomania e alcoolismo, pelas recorrentes situações dos mais variados tipos de violência e passagens ao ato, além de uma radicalidade em relação ao abandono do próprio corpo, que, não raro, traduz-se em um número significativo de óbitos. Mas, sobretudo, notamos o que chamamos aqui de certo “desenraizamento”, como se essa clínica nos mostrasse de forma mais evidente o que se passa quando um sujeito perde os referenciais, os lastros que, durante um tempo considerável, orientavam-no.

Nesse cenário, deparávamo-nos, reiteradamente, com os esforços empreendidos por instâncias sociais, como a Secretaria de Desenvolvimento Social e a de Segurança

Pública, na tentativa de calar a voz incômoda do gozo pela imposição de ideais. A contra face dessa imposição, aparentemente benevolente, dava – e continua dando – margem às mais diversas ações de instâncias governamentais, frequentemente violentas, sob o pretexto de se configurarem como medidas que visam a “assegurar” as “garantias de direitos” – os quais, ao serem impostos, são, na realidade, violados.

Sobre as tentativas de salvação pela vertente dos ideais, em “A salvação pelos dejetos” (2010a) Jacques-Allain Miller adverte que foi, precisamente, a descoberta freudiana que instaurou a possibilidade de que um novo lugar pudesse ser conferido aos “dejetos do mental que são o sonho, o lapso, o ato-falho e mais além o sintoma” (2010a, p. 227). Ali, Miller relembra que a psicanálise instaura uma chance do sujeito se salvar de forma inédita, que é dando lugar às miudezas, aos achados da vida psíquica, pois, até seu surgimento, os tratamentos existentes se alinham na vertente da imposição dos ideais.

A imposição dos ideais, contudo, como sabemos, não está proscrita. Ela retorna, aliás, com muito vigor em nossos dias. Conforme Miller sublinha, muitos “vêm se entregar às instituições de cuidado, que os acolhem, gratuitamente, de braços abertos e com a boca em coro sob a égide implícita do “eu quero o seu bem” (2010a, p. 232). É sob a vertente do “bem” que, privilegiadamente, a imposição dos ideais se dá – de forma não declarada. Talvez a questão não seja separar de forma tão estanque os ideais de um lado e os objetos dos quais a psicanálise se ocupa de outro, mas podermos abrir sulcos e giros discursivos, de forma a possibilitar que esses ideais comportem os objetos e não que lhes sejam refratários e se proponham a excluí-los. Em outros termos, não se trata da apologia de um mundo sem ideais, mas de ideais menos intolerantes aos restos, digamos assim. Eis o nosso desafio.

Um exemplo desse tipo de discurso cínico que, em nome de fazer um suposto “bem” à sociedade e aos “doentes mentais”, promovia formas violentas de segregação, aconteceu no Brasil no século passado. A loucura e os comportamentos considerados desviantes – como era o caso dos homossexuais, das mulheres solteiras que engravidavam ou até mesmo das histéricas, cujos sintomas interferiam no “bom funcionamento” familiar e perturbavam a suposta “normalidade” – foram, por muitos anos, a razão do enclausuramento de milhares de pessoas em hospitais psiquiátricos, cujas condições de assistência e cuidado eram deploráveis.

Nas décadas de 1980 e 1990, através de um amplo movimento social de contestação deste tipo insalubre e desumano de isolamento, a Reforma Psiquiátrica se colocou no Brasil como divisor de águas a partir do qual se iniciou um processo de

desinstitucionalização da loucura. Já não mais tão apartada da sociedade, escondida nos manicômios, assistimos, no decorrer dos mais de trinta anos da implementação da Reforma Psiquiátrica Brasileira – como consequência de uma política inclusiva –, o retorno às ruas das desmedidas e desrazões que não podem ser eliminadas da vida. Como resultado dessa política, foi criada a Rede de Atenção Psicossocial, que visa à oferta de tratamentos humanizados, de base territorial, cuja aposta é na singularidade dos laços tecidos pelos sujeitos que ali se tratam.

Como um dos efeitos da desinstitucionalização, mais marcadamente, na última década, pessoas com os mais variados tipos de sofrimento psíquico, às vezes graves, voltaram a circular nas ruas da cidade. Nos últimos anos, contudo, mais especificamente em dezembro de 2017, a partir da alteração na Política Nacional de Saúde Mental, houve um maciço retrocesso marcado pelo direcionamento dos investimentos em dispositivos orientados pela lógica da segregação, tais como as Comunidades Terapêuticas e Hospitais Psiquiátricos, que têm o isolamento social como base de seu funcionamento.

Essa política tem uma incidência nefasta sobre toda a Rede de Atenção Psicossocial e afeta de forma insidiosa as populações em situação de rua que passaram a ser recolhidas e forçadamente encaminhadas às Comunidades Terapêuticas, cujo funcionamento segregatório e de caráter isolacionista ferem frontalmente os avanços conquistados através da lei 10.216/2001.

A lei 10.216 (BRASIL, 2001) ou “Lei da Reforma”, como se tornou conhecida, visa a garantir, entre outros pontos, os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial, antes centralizado nos hospitais psiquiátricos, para modelos substitutivos alocados na Rede de Atenção Psicossocial, de base territorial e comunitária. Essa lei visa a garantir, aos portadores de transtorno mental, um acompanhamento de saúde digno, que aposte na inserção familiar, laborativa e comunitária, sendo vedada a internação dessas pessoas em instituições de características asilares.

Em desacordo explícito e ultrajante aos direitos garantidos pela lei 10.216, as ações de recolhimento compulsório tornaram-se cada vez mais frequentes, assim como o concomitante encaminhamento dessas pessoas para as Comunidades Terapêuticas – nas quais pode haver toda uma série de violação de direitos fundamentais, entre eles o direito de ir e vir. As pessoas, no entanto, retornam às ruas quantas vezes forem recolhidas. A afirmação do bem como ideal se dá pelas mais diversas vias, que, não raro, servem-se de ações violentas, tendo como justificativa a promoção da saúde.

Um exemplo desse aspecto impositivo e violento que a instituição de saúde pode apresentar teve lugar quando, em 2013, o Consultório na Rua recebeu, da Secretaria Municipal de Saúde, a diretiva de realização do teste rápido de HIV para todos os usuários do serviço, indiscriminadamente, em um curto período de tempo. A equipe logo percebeu o quão danosa essa medida se revelava: houve um número significativo de pacientes que testaram positivo para o HIV e, consecutivamente, desestabilizaram-se, abandonaram os tratamentos em curso, sendo que, muitos deles, nunca mais retornaram. Ou seja, uma ação que, a princípio, visaria a oferecer o tratamento precoce dos casos de HIV acabou dispersando um grande número de usuários que se tratavam naquele serviço, causando, talvez, um malefício maior do que aquele a que ele veio tentar sanar.

Outra forma de imposição que desconsiderava as especificidades de cada caso, também embasada no bem como ideal, dava-se através do encaminhamento indiscriminado dos usuários pela Secretaria de Desenvolvimento Social a abrigos e alojamentos da Prefeitura, em bairros absolutamente fora dos circuitos de vida daqueles usuários. Por vezes, eram encaminhados, para esses lugares longínquos, casos de psicose com uma estabilização precária, que se organizavam especificamente naquele território e que, ao serem retirados dali, perdiam suas referências, às vezes não conseguindo jamais retornar.

Medidas como essas, que visavam a um ordenamento social indiscriminado e não levavam em conta as particularidades de cada sujeito demonstravam prontamente seu fracasso. As populações em situação de rua encarnam, como sintoma social, um aspecto de resto, de mal a ser erradicado, sem que se dê conta de que a existência desse resto no plano social é inerente ao funcionamento do sistema socioeconômico em que vivemos. A desigualdade social e o que ela produz de não assimilável à maquinaria do capitalismo o comprova. Em *Meninos e meninas na rua: psicanálise + política – uma intervenção* (LUTTERBACH-HOLK & MAIA, 2010), as autoras entendem que “Os bandos de rua como sintoma social não só mostram a incompletude do sistema, mas o fracasso do tratamento dado, em nossa sociedade, à incompletude” (LUTTERBACH-HOLK & MAIA, 2010, p. 37).

As tentativas de eliminar o aspecto “intratável” do gozo através de sua “inclusão” forçada nos parâmetros de bem-estar e normalidade pareciam não se dar conta de que o aspecto de resto representado pelas populações em situação de rua não poderia ser completamente reinserido, nem tampouco eliminado. As cenas de consumo de crack eram diariamente desfeitas pela Guarda Municipal, a partir de diretivas da Secretaria de

Segurança e Ordem Pública. As *malocas*, como são chamadas as precárias moradias improvisadas com papelões e cobertores, eram violentamente levadas pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana, os “garis” da cidade do Rio, para serem refeitas logo a seguir.

Destaco, portanto, através desses exemplos, que o trabalho desenvolvido com essa população, pelo Consultório na Rua, levou-me, por diferentes vias, ao encontro com os riscos do *furor sanandi*. O termo em latim é encontrado em Freud, quando ele adverte, em “Observações sobre o amor transferencial” (1915[1914]/1996, p. 188), quanto aos riscos desencadeados pelas pretensões de cura e eliminação dos sintomas por parte dos analistas, como uma espécie de “fanatismo” orientado por um ideal de normalidade, de ajustamento que tenta apagar o funcionamento pulsional, que é aquilo que cada sujeito tem de mais próprio.

Já havíamos nos voltado sobre as implicações do *furor sanandi*, no primeiro capítulo da tese, quando resgatamos as admoestações freudianas quanto aos riscos da ênfase na terapêutica: “A ambição pedagógica é tão inadequada como a ambição terapêutica” (FREUD, 1912/1996, p. 132). Essa inadequação – conforme também já sublinhamos – deve-se à desconsideração da satisfação pulsional em jogo nos sintomas, que pode se apresentar à revelia daquilo que os princípios morais julgam correto e que o bom senso avaliza. O *furor sanandi*, que toma forma através de supostas ações benevolentes, pode desencadear uma série de malefícios, ao tentarem eliminar, sanar o sofrimento em jogo nos sintomas, desconsiderando que a vertente do gozo não pode ser eliminada, pois, nela, reside a possibilidade de novos arranjos.

No Consultório na Rua, esses riscos estavam sempre presentes no horizonte e podiam ser verificados, tanto em relação às políticas públicas em vigor, quanto em relação às próprias equipes, que, não raro, emprestam aos usuários soluções prévias às suas queixas, na tentativa de sanar as precariedades e sofrimentos que as ruas marcadamente apresentam.

O Consultório na Rua, por funcionar nos moldes das clínicas da família e por ser alocado na Atenção Primária do Sistema Único de Saúde (SUS), oferta uma cartela de cuidados preventivos e paliativos, tais como realização de exames, vacinação e administração de medicação para doenças como HIV, sífilis e tuberculose. Em relação a essas ofertas, a equipe ficava muito tocada diante do abandono sub-reptício por parte dos usuários de tratamentos para a tuberculose, o que ocasionava quadros graves de tuberculose multirresistente às medicações disponíveis, comportando, às vezes, sérios

riscos de vida. Diante de situações desse tipo, a equipe se perguntava: “Por que ‘fulano’ ou ‘cicrano’ faz sempre assim? Ele não sabe que vai morrer? Já tentamos de tudo”.

Havia, por parte da equipe, uma vontade de “salvação” muito consistente, que se fazia presente na forma com que se davam as idas ao território, com que as queixas e demandas dos usuários eram recebidas – e essas posições da equipe tinham incidências clínicas consideráveis. Ressaltamos, portanto, o desafio que traz essa tensão entre a “promoção da saúde”, o cuidado com a vida e a atenção à singularidade de cada um, seu modo de estar na vida, por vezes, absolutamente idiossincrático, e mesmo contrário ao que apregoam as normas de saúde – o que angustiava a equipe de forma sensível.

Por outro lado, notávamos que muitos usuários, ao lançarem mão de balizas para se localizarem no desejo do Outro, demandavam frequentemente tratamento médico, abrigo, emprego, enfim, aquilo que respondem diante das ofertas desse Outro social, representado pelo Consultório na Rua. Demandas como essas eram uma modalidade frequente de chegada dos usuários e nós nos servíamos delas, acolhendo-as como ponto de partida para iniciar o trabalho.

Diante da necessidade de um suporte clínico de leitura dessas questões, conseguimos da gestão do CnaR autorização para iniciar supervisões semanais da equipe com Paula Borsóí, psicanalista membro da Escola Brasileira de Psicanálise, com vasta experiência no campo da Saúde Mental, o que possibilitou uma importante abertura da equipe em relação à escuta dos usuários e não mais apenas a oferta de tratamento. Foi possível, em alguns casos, que a equipe pudesse verificar a existência de um saber em jogo no sofrimento do sintoma.

A aposta na supervisão possibilitou que o sintoma pudesse ser tomado como algo a ser ouvido e não simplesmente combatido, pois, ali, está a possibilidade de o sujeito emergir. Enredado nas malhas discursivas, quando esse sujeito toma a palavra, evidencia-se que algo falha e, ao falhar, dá lugar ao saber inconsciente, tal como Lacan aponta em seu *Seminário, livro 11*:

Tropeço, desfalecimento, rachadura. Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela. Freud fica siderado por esses fenômenos, e é neles que vai procurar o inconsciente. Ali, alguma outra coisa quer se realizar - algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo produzir-se, se apresenta como um achado. É assim, de começo, que a exploração freudiana encontra o que se passa no inconsciente. (LACAN, 1964/2008, p. 30).

É justamente na possibilidade de o sujeito emergir que ele demonstra sua posição de exclusão na cadeia significante, surge como ruptura, através dos rastros e vestígios deixados pela operação significante que se corporificam em uma existência. Apostar na emergência do sujeito e tomar o ponto de vista do sofrimento subjacente ao sintoma é saber que há um incurável fundante, inscrito na porta de entrada como limite inaugural ao *furor sanandi*; incurável que orienta a política da psicanálise, ao levar em conta um real que insiste. A psicanálise não trabalha em nome do significante mestre de seu tempo, em que se impõem pedidos de intervenção pela manutenção da ordem pública, não se presta à busca de soluções universais, nem se orienta por padrões morais.

Conforme discutimos no primeiro e no segundo capítulos dessa tese, a psicanálise, desde seu nascimento, com Freud, desvelava os desejos inconscientes e a forma como eles ameaçam as representações ideais, subvertendo o discurso dominante. Acompanhamos, também no primeiro capítulo, a forma pela qual a difusão da psicanálise foi acompanhada por certa concepção “exitosa” do tratamento que respondia a uma ânsia de respeitabilidade, acabando por incorrer em uma posição, de certa forma, benevolente, que acarretou certa supressão dos ensinamentos freudianos em relação à pulsão de morte. Para retomar o fio que percorremos nessa tese sobre os riscos do *furor sanandi*, resgatamos como Lacan tratou essa problemática em “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998), apontando-o como “a pedra de toque da mediocridade dos analistas, por eles a rejeitarem ou desfigurarem” (1955/1998, p. 345).

Ao contrário, a escuta psicanalítica visa, no miúdo do caso a caso, ao sujeito e à singularidade de suas invenções; leva em conta o inusitado, o imponderável e o impossível. Sua diferença em relação às demais psicoterapias consiste em estar advertida quanto à pulsão de morte e não acreditar que seja possível eliminá-la, mesmo que o encontro com um analista tenha efeitos terapêuticos em relação ao sofrimento de um sujeito.

Da minha própria posição, foi possível um descolamento do ideal que se destacava na política da instituição, de forma a apostar nas pequenas invenções, localizar os achados tecidos em meio à precariedade, mapear a cartografia das brechas que pudessem alocar a diferença das soluções singulares que se teciam nas ruas. Assim, em relação ao trabalho desenvolvido no CnaR, foi preciso um passo além para, usando um significante privilegiado dessa clínica, *garimpar* o sujeito, visando ao singular, para poder dar um destino outro aos restos, estando advertida da insistência do real da pulsão.

Essa prática clínica com as ruas, atípica, tanto em relação ao formato e frequência dos encontros, quanto em relação a certa radicalidade da pulsão de morte, teve um norte que nos serviu de bússola. Sabíamos que, ali, não estavam em jogo propriamente entradas em análise, na mesma medida em que apostávamos nos efeitos que poderiam advir do encontro com uma escuta orientada pela psicanálise –efeitos de emergência de um sujeito, efeitos de formalização de um sintoma, efeitos de ancoragem, de orientação.

Retomamos, assim, a discussão desenvolvida no segundo capítulo, sobre o desafio que a IPA resolveu burocraticamente, distinguindo, artificialmente, duas formas de psicanálise – a psicanálise didática e as terapias de orientação psicanalítica –, para indicar que, naquele trabalho nas ruas e nessa tese, decidimos enfrentar esse desafio, com Lacan, de modo distinto. O norte de nossa bússola foi a pergunta sobre a operatividade do discurso analítico mediante esse aspecto intratável do gozo que as ruas radicalizam, assim como diante de uma frequência que, na maioria dos casos, era bastante irregular, e, principalmente, mediante esse aspecto da errância, que demarcamos como uma espécie de casuística a que essa clínica nos apresentou, e para o qual nos voltaremos adiante. A insistência da pergunta sobre a operatividade do discurso analítico em condições atípicas me levou, passados três anos de minha chegada ao CnaR, a questionar se haveria outra forma de aproximação possível com as ruas, que não passasse por aquela instituição.

Foi então que decidi apostar na criação de um dispositivo em que houvesse mais liberdade em relação ao formato de funcionamento e a oferta se centrasse especificamente na escuta. Apesar da obviedade dessa afirmação, saliento que considero fundamental a existência do CnaR e reafirmo minha aposta, tanto na promoção da cidadania em relação ao acesso a direitos fundamentais, viabilizada por esse serviço, quanto nos efeitos analíticos que podem ser recolhidos a partir da presença, ali, de profissionais comprometidos com a formação psicanalítica. Contudo, mesmo estando certa da potência desse dispositivo, passados três anos de minha entrada no CnaR, decidi que gostaria de experimentar um outro tipo de acesso às populações em situação de rua, prescindindo do intermédio de uma instituição de saúde. Apostei que haveria outra via de trabalho que desse lugar ao interesse e à inquietação que insistiam em relação ao alcance de um trabalho orientado pela psicanálise nesse campo tão inusitado.

A criação do ateliê “Escreve-se história” começou a se esboçar a partir de minha participação junto ao Núcleo de Pesquisa “Práticas da Letra”, vinculado ao Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro (ICP-RJ), sediado à Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro. A forma como o funcionamento do ateliê “Escreve-se

história” foi concebido e as questões que o orientaram possuem, portanto, estreita vinculação com a pesquisa desenvolvida pelo Núcleo, de forma que importa situar seu eixo de investigação e em que ele esteve presente no funcionamento do ateliê.

3.2 Núcleo de Pesquisa “Práticas da Letra”

O programa de investigação do Núcleo de Pesquisa “Práticas da Letra”, em curso desde meados de 2012, período no qual me aproximei dele, girava em torno da interpretação psicanalítica abordada com referência à leitura, a partir da perspectiva apresentada por Jacques-Alain Miller em “Ler um sintoma” (2011a). Neste texto, Miller propõe a leitura como interpretação que incide sobre o real do gozo presente no sintoma, em detrimento do caráter de sentido relativo ao deciframento ou revelação: “é o funcionamento mesmo da interpretação que muda e passa da escuta do sentido à leitura do fora de sentido” (2011a, sem página). Em outros termos, Miller assinala que “a leitura, o saber ler consiste em manter à distância da palavra o sentido que ela veicula, a partir da escrita como fora de sentido, como *Anzeichen*, como letra, com a sua materialidade” (2011a, sem página).

Sem adentrarmos aqui a ampla discussão em torno do conceito da letra, tal como Lacan propõe em seu ensino – e que extrapolaria o tema central dessa tese –, importa extrair do panorama de investigação do Núcleo “Práticas da Letra” a interrogação sobre como opera a interpretação como leitura orientada pelo real. Ou seja, trata-se da incidência da interpretação sobre o caráter de gozo opaco ao sentido subjacente ao funcionamento sintomático, para além das possíveis significações que podem se fazer presentes.

Dessa forma, a leitura do sintoma visa ao corpo em sua consistência de gozo e não apenas aos efeitos de sentido e decifração, ou efeitos terapêuticos, que podem advir do encontro com um analista. Essa orientação de pesquisa do Núcleo nos foi muito cara. Afinal, as questões em torno da errância, dos excessos e desmedidas do gozo eram uma constante no trabalho realizado junto às populações em situação de rua.

Logo, esse foi um primeiro ponto de articulação entre os desafios do trabalho junto às populações em situação de rua e a pesquisa do Núcleo: que ensinamentos poderíamos extrair ao interrogar os encontros que aconteciam nas ruas da cidade, a partir da perspectiva da leitura, tal como proposta pelo “Práticas da Letra”?

A pesquisa do Práticas da Letra me interessou também por articular a leitura que incide sobre este aspecto assemântico do gozo aos usos possíveis da psicanálise na cidade. Em *Ao pé da letra: leituras e escrituras na clínica psicanalítica* (LUTTERBACH-HOLCK; GROVA [org.], 2014), livro que surgiu como fruto da pesquisa realizada pelo Núcleo, Ana Lucia Lutterbach Holck (2014, p. 43) situa esse questionamento que nos é tão caro da seguinte forma:

Encontra-se aí a principal interrogação de nossa pesquisa atual: a partir dessa perspectiva da interpretação como leitura, podemos pensar em outro uso da psicanálise não voltado para a terapêutica? Nós, que moramos no Rio de Janeiro, cidade onde muita gente vive na rua, literalmente ou não, somos instigados por questões que hoje fazem o fio de nossa investigação e nos perguntamos: a Ação Lacaniana pode estar na rua, de portas abertas a quem possa interessar testemunhar sua experiência, em um encontro, por exemplo, sobre uma experiência traumática? Ou sobre uma angústia cotidiana? (LUTTERBACH-HOLCK, 2014, p. 43)

Esse ponto referente ao relato de experiências traumáticas, desde o início, chamava a atenção, pois, viver nas ruas, salvo raras exceções, não é algo naturalizado ou indiferente àqueles que têm essa experiência. Ao contrário, aqueles com os quais nos encontramos, de saída, diziam – ainda que esse dizer fosse permeado por muitas lacunas de silêncio e dor – de um antes e depois de acontecimentos traumáticos que lhes apresentaram as ruas como uma espécie de escolha forçada, conforme explicitaremos a seguir, ao nos voltarmos sobre o funcionamento do ateliê.

O trabalho no ateliê “Escreve-se história”, criado no panorama dessa investigação, que interroga o alcance da psicanálise em condições tão diversas, foi a forma que encontrei de abordar, por outra via, as questões que o Consultório na Rua me apresentava em relação à radicalidade da dimensão do gozo, questionando o que poderia ser, nas ruas da cidade, “uma experiência de leitura orientada pelo real, seja ele vórtice, abismo, pedaço ou resto?” – interrogação formulada por Ana Lúcia Lutterbach (LUTTERBACH-HOLCK, 2014, p. 15).

3.3 Ateliê “Escreve-se história”

No longa-metragem de Walter Salles, *Central do Brasil* (1998), Dora, personagem de Fernanda Montenegro, ocupa seus dias através do anúncio insólito de uma placa na Central do Brasil: “Escreve-se cartas”. Assim, ela recolhe fragmentos de vidas, trechos de

histórias descontínuos, fotografias pitorescas dos desconhecidos que a procuram para ditar as cartas que desejam enviar.

O filme *Central do Brasil* foi uma primeira referência que surgiu sobre um modo de funcionamento possível para o ateliê. A ideia do “Escreve-se história” propunha um ateliê que deveria ter um ponto fixo de funcionamento nas ruas para oferecer a escuta e escrita de histórias. Era importante, para nós, que não saíssemos em busca das pessoas, mas que, por nos encontrarmos regularmente em um mesmo local e horário, houvesse a possibilidade do retorno daqueles que assim desejassem. Quais seriam os efeitos produzidos pela presença da orientação psicanalítica nos encontros que aconteceriam nas ruas a partir de semelhante oferta? Essa foi a abertura a partir da qual eu e algumas colegas¹² nos oferecemos para receber as surpresas e ensinamentos que se apresentaram ao longo desses quatro anos (2015 a 2019).

A escolha pela região da Central do Brasil se deu por eu conhecer as particularidades daquele território através do Consultório na Rua e saber que ela abrigava em seu entorno uma das mais expressivas concentrações de populações em situação de rua do município. Além disso, a Central também funciona como um lugar de articulação e tensionamento entre o “fora da lei”, a marginalidade e a presença do Estado. O prédio da Central abriga a Secretaria de Estado de Segurança Pública que, paradoxalmente, convive lado a lado com os pontos de vendas de drogas, a zona de prostituição, o comércio de eletrônicos furtados, configurando-se como um território de desordem, marcado pela segregação.

O ateliê começou a funcionar, em uma esquina da Central do Brasil, da seguinte forma: pendurávamos em uma árvore uma tela sem fundo, com o anúncio “Escreve-se história”, confeccionado com letras produzidas a partir de restos, sola de havaianas, espelho, pulseira e tampas de embalagens que se fixam por correntes às bordas da moldura.

¹² Estávamos presentes, naquele início, eu e Dinah Kleeve, que também participava do Núcleo “Práticas da Letras”, assim como Aline Bemfica, que esteve posteriormente nesse projeto por dois anos. Natasha Berditchevsky e Cecília Moraes participaram do funcionamento do ateliê, de forma mais pontual, em seu período final.



Uma dupla de psicanalistas se sentava em banquinhos e um terceiro banquinho era reservado às pessoas que se aproximavam. Enquanto o primeiro integrante, que se oferecia como destinatário, ouvia a história e fazia perguntas ou pontuações, o segundo participante, que operava como uma espécie de “escrevente”, permanecia em silêncio, tomando notas de significantes que nomeavam experiências vivas, que ressoavam em uma história, assim como registrava passagens que se destacavam na fala de um sujeito e que pudessem lhe servir de ancoragem. Ao final, oferecíamos o original a quem nos contou a história e pedíamos para ficar com uma cópia do material escrito. Abríamos também a possibilidade de a pessoa retornar.

Em outras palavras, oferecíamos-nos a escutar e registrar aquilo que, na abertura ao imprevisto, em uma fala, precipita-se e ressoa. O anúncio pendurado na moldura da tela dava materialidade ao nosso convite, através do qual emprestavamos nossa presença ao uso que cada um pôde fazer, do nosso interesse pelos achados que, contingencialmente, produzir-se-iam naquela experiência, causada pelo nosso desejo decidido de ler a cidade de nosso tempo, inventando formas de ocupá-la.

Através dessa oferta, que intrigava e, às vezes, era tomada como incógnita, algumas pessoas perguntavam que tela era aquela, ou o que fazíamos ali. Dizíamos algo como: “caso queira nos contar uma história, podemos escrevê-la e entregá-la, ao final, para você”. Diante do inusitado desse convite, desvinculado dos ideais que uma instituição de Saúde poderia comportar, parecia restar, na causa da nossa presença, um X a ser decifrado. Essa nossa oferta, por vezes, intrigava, suscitava as interrogações, tais como: “Mas qual história?”, “É pra escolher uma só?” ou “Por que você se interessa?”.

Era curiosa a forma como, a partir desse convite, as pessoas construía narrativas, recortavam cenas, encadeavam, desenhavam lacunas: havia um posicionamento na linguagem diante dessa oferta inaudita, distinto do que presenciei, por alguns anos, estando no Consultório na Rua. Ali, a partir da nossa apresentação, surgiam demandas por emprego, alimentação, banho, cuidados de saúde. Tais pedidos eram tomados como aposta, ponto de partida para a construção de um trabalho. Através dessa oferta do “Escreve-se história”, percebi prontamente como essa demanda era desarticulada, na medida em que, o que tínhamos a oferecer era nossa escuta, nosso interesse, apenas, mas que não era pouco. O que recebíamos a partir desse convite, era, de certa forma, um endereçamento mais singularizado, no qual aqueles com quem nos encontrávamos precisavam dar algo de si, muito mais que simplesmente dirigir-nos suas demandas.

Como situamos anteriormente, era significativamente recorrente que as histórias escolhidas pelos participantes fizessem referência a um antes e um depois de acontecimentos que desenlaçaram arranjos importantes, romperam laços com os quais esses falantes se sustentavam, deixando-os sem uma rede de proteção. Eles nos ensinavam o que acontece quando caem as identificações que os ligavam ao Outro, que os inseriam no laço social, levando-os, não raro, a desmoronar feito um castelo de cartas diante do sopro de uma infeliz contingência.

Certa vez, perguntei a uma mulher qual era seu nome e ela, de uma só vez, respondeu: “Maria da Silva. Sou Maranhense. Vim de lá depois que fui estuprada. Eles me tiraram pra fazer sexo. Minha irmã não podia fazer nada, nem minha mãe (chora). Meu irmão mais velho morreu cortado, tentando me defender”. Foi-lhe, então, interrogado: “Como você se virou?”. Sua resposta: “Tomando distância. Se precisar eu meto a faca, se eu voltar, é pra matar”. Em casos como este, nossa tentativa era a de recolher palavras em torno das quais aquelas histórias gravitavam, algo que funcionasse como uma espécie de orientação vital. Digo a ela: “sua vinda foi uma aposta na vida”, tentando apontar, mesmo diante de tanto horror, para a dimensão vivificante dessa escolha que se impôs.

Acontecimentos dessa natureza, que inscrevem um antes e um depois nas vidas que os experimentam, emolduram o furo de um real traumático, frente ao qual a rua responde como espaço do que chamo, aqui, de errância. Eram narrados acontecimentos em que “a brutalidade opaca da vida” (LACAN, 1957-58/1999, p. 475), à qual Lacan se refere, tentava se articular na linguagem. Em certas ocasiões, essa brutalidade e o desenlace dela decorrente eram tamanhos que a própria possibilidade de uma intervenção era desafiadora

a ponto de, inclusive, termos de solicitar uma ambulância do SAMU para que o falante fosse contido e encaminhado a uma emergência.

Em outra vertente, esta, talvez, mais remetida às neuroses e ao recalque, Heloisa Caldas, em “Voz e olhar em ‘Ensaio sobre a cegueira’” (2008), indica, com delicadeza e precisão, a forma pela qual os pedaços de real que não se escrevem podem, todavia, revelar seus contornos: “A fala, por mais que seja variável e efêmera – jamais a mesma –, se escutada com atenção, mantém pontos de retorno, repetições, contornos que indicam haver algo em redor do que gira a fala, sem que ela alcance dizê-lo” (CALDAS, 2008, p. 3).

São “significantes puros de uma existência intolerável” (1957-58/1999, p. 475), diz Lacan; significantes que não são absorvidos pelo sentido, despontam do texto, puncionando-o e atestando a presença de um real, conforme Sérgio Laia aponta em seu texto, “A brutalidade opaca da vida: nos corpos, nas cidades, e a alegria” (2015, p. 69). É como se as palavras servissem para contornar os abismos do escrito, circunscrevendo-os, ou, tal como La Sagna, propõe em *Introdução ao Seminário XIX*: “a escrita se dá através dos buracos que se faz no escrito para marcar o lugar do que não pode se escrever” (2013, sem página).

Esses buracos que marcam o lugar do que não pode se escrever, por vezes, têm a semelhança de abismos sem contornos, tal como me pareceu configurar-se em um único encontro que tive com um idoso. Pergunto-lhe qual é seu nome e ele começa a chorar. Depois de um tempo, aponta para cima. Aguardo, ele aponta mais uma vez. Como não tínhamos nada acima de nossas cabeças, digo que não sei o que ele quer me mostrar e pergunto novamente o que ele me mostrava. Ele insiste e aponta para cima novamente. Como ele não dizia nenhuma palavra, arrisquei-me a dizer a primeira: perguntei se ele estava apontando para o céu, ao que ele acenou que sim. Repetiu o significante “céu” e, em seguida, disse: “Jesus. Charles Jesus. Mãe Maria da Silva de Jesus”. Pergunto se seu nome é Charles Jesus, e ele diz que sim. Aponta para o céu mais uma vez e volta a chorar. Então, pergunto: “Sua mãe se chama Maria da Silva de Jesus?”. Ao que ele diz: “Mãe Maria da Silva de Jesus morreu, rua”.

O que fiz nesse encontro, mediante tantas lacunas e tamanho desenlace, foi tentar alinhar em cadeia os significantes que pude recolher e os devolver àquele sujeito, submerso na impossibilidade, à mercê de invasões tão assoladoras do real. Meu trabalho, ali, parece ter sido não o de cingir o real, mas de tentar cerzir alguns fios simbólicos e imaginários; instaurar uma moldura mínima. No final, ofereci fazer um cartão com seu

nome, o nome da mãe, dia e horário do retorno, tudo escrito. Ao ler seu nome ele sorri e diz: “identidade”.

O significante que é borda por excelência precisou ser emprestado a Charles para que ele pudesse formar um encadeamento significante mínimo: o significante “céu” se enlaçou frouxamente a Jesus, a Charles, à mãe, à morte, à rua... E à cadeia que se rompeu. Esse se configura como um dos casos aos quais me referia ao dizer dos desenlaces que deixam alguns à deriva: a morte da mãe parece ser um ponto diante do qual seus recursos vacilam, e a partir do qual a errância comparece. Foi curioso notar nesse atendimento que, em momento algum, Charles se serviu de algum pronome possessivo; não havia um “eu” para que ele dissesse “meu nome” ou “minha mãe”.

Parece tratar-se, aqui, da leitura, no sentido em que o Núcleo “Práticas da Letra” investigava, em sua pesquisa, quando Lacan aponta: “Já seria razoável que o ler fosse entendido como convém, ali onde se tem o dever de interpretar” (1973/2003, p. 504). Aqui, a interpretação advinda da leitura parece ter se dado pelo empréstimo da presença que evoca a cadeia significante, a partir do significante “céu”. A partir dele, surgiram outros, criando um lastro mínimo para que o imaginário pudesse, ainda que precariamente, engancha-se ao simbólico, mediante tamanho abismo do real. A escrita, nesse caso específico, teve algum efeito, ainda que bastante precário, parecendo arrimar minimamente aquela volátil identidade à deriva.

Heloisa Caldas, em “Trauma, linguagem, acorda” (2015), traz uma importante diferenciação, demarcando que “o trauma aparece de forma mais visível e localizável na corda que se rompe. Vai dar trabalho para refazer o nó. A corda nunca mais será como antes” (2015, p. 3), tal como na vinheta acima em que a morte da mãe parece indicar um importante desenlace. Contudo, existe também um outro tipo de encontro com o traumático:

[...] a trança, que é a própria corda, também tem furos que seu trançado produz e organiza. [...] Localizar o trauma nos interstícios da própria corda como a não corda que ela mesma produz, ilustra melhor o real lacaniano do trauma. No trançado temos a corda, nos furos se aloja *acorda* (CALDAS, 2015, p. 3).

Trago, então, uma segunda vinheta que parece ensinar sobre o aspecto traumático do encontro com a linguagem, “nos interstícios da própria corda” (CALDAS, 2015, p. 3), sobre como esse traumático se atualizou e, nessa atualização, pôde receber alguns contornos. À diferença da vinheta anterior, nessa, parece não estar em jogo um acontecimento traumático (como a morte da mãe de Charles – momento em que a corda

parece ter se rompido), mas o caráter traumático da própria entrada na linguagem e algum contorno que pôde ser estabelecido a partir dos encontros no ateliê. Zaide vivia na Central há alguns anos. Dizia ter nascido surda devido a uma meningite, falando, pela primeira vez, o nome da irmã, apenas aos sete anos. Neste mesmo ano, ela afirma, no dia do aniversário da irmã, que estava “muitíssimo feliz” e, quando foi chamar sua irmã pra cantar parabéns, entrou uma abelha em seu ouvido: “Um zumbido infernal, ensurdecedor. Era insuportável aquela barulheira dentro do meu ouvido”. Calou-se. Digo a ela: “Você pôde tomar distância dessa barulheira, ou não conseguiríamos ter essa conversa, né?”. Ela assente que sim e conta que, às vezes, aquele zumbido da abelha retorna “do nada” – como irrupção abrupta, dimensão parasitária, que parece indicar uma dimensão da voz que a invade e assola.

A respeito da temporalidade do trauma, Heloisa Caldas indica que “na repetição se atualizam, a cada vez, as faces do direito (o simbólico que cinge o real) e do avesso do trauma (o real que fura o simbólico) [...] É sempre um segundo tempo em relação ao primeiro” (2015, p. 10). Se, para todos, está dado o traumatismo linguageiro, para Zaide, talvez, ele tenha podido ser lido apenas no *a posteriori* da cena, que parece ter deixado o zumbido como cicatriz indelével, ou, ainda, furo que permeia o trançado da corda e, por vezes, ali mesmo, comparece.

Foi segundo essa lógica que, certo dia, Zaide conta que saiu uma foto sua em uma matéria de jornal sobre moradores de rua. Estava muito angustiada, pensando que sua família poderia descobrir que ela era “mendiga” e o zumbido retornou forte. Mas, algo novo pôde surgir: “dessa vez”, ela diz, “lembrei que você falou: o zumbido vem, mas ele passa e pensei: o zumbido é da abelha e não do meu ouvido” – e isso a tranquilizou. Digo que há separação entre ela e o zumbido – o que me parece uma tentativa de extração do objeto *a*, experimentado, até então, como invasivo, e que passa a receber contornos mínimos através dessa narrativa que nos é endereçada. A esse respeito, Heloisa Caldas sublinha que Freud já havia demonstrado “o quanto falar é relevante para conter o desamparo e o horror radical vivido no trauma” (2015, p. 5): mesmo que a experiência traumática não seja eliminável, e que haja o pressuposto de que é impossível dizer o real; “falar do trauma é menos dizê-lo do que construir bordas em torno de um impossível dizer” (CALDAS, 2015, p. 5).

Diante de tamanhos estragos e devastações que a experiência de trabalho com as ruas nos apresentou, estávamos atentos ao que poderia despontar em termos de recursos, de orientação, de extração dos “pontos cardeais”, ou seja, aqueles que o “escrevente”

podia tomar como norteadores nas histórias que nos eram endereçadas. O que chamamos aqui de “pontos cardeais” são os arranjos e soluções encontrados como resposta diante daquilo que, para cada um, apresentava-se como deriva. Trata-se do que apostávamos poder fazer a função de ancoragem: pequenas bússolas que operassem como orientação para aqueles sujeitos.

No artigo “Do que pode, de um encontro, se escrever” (2020. Inédito), falo sobre a experiência de ter disponibilizado o ateliê “Escreve-se história”, para a realização de parte da pesquisa de Pós-doutorado de Aline Bemfica, com refugiados, intitulada “Adolescências, errâncias e a cultura como ancoragem: o sujeito em face à segregação”¹³. Recorto, dali, um exemplo desse tipo de localização de ancoragens sobre o qual me referia anteriormente. Bob é haitiano, chegou ao Rio depois do terremoto que destruiu sua terra natal: “Emergi um novo sujeito dos escombros, do rastro desse terremoto que matou mais de 300.000 pessoas. Perdi minha família, meus amigos”. Para além dos vastos estragos, interessou-nos a forma pela qual ele se reorganiza: “Já nasci Bob. Mas tive que construir um novo personagem. Além da família, do Bob que eu era”.

Com quais recursos ele contou?

Nossa escuta buscava localizar os arranjos que ele pôde inventar para emergir do que faz buraco de escombros: “Sou ativista, desde Haiti [...]. Isso ajuda a encontrar uma segunda família, segundo amparo. Para a gente é assim: criar um outro jeito de viver”. Remarcamos para ele que escutamos ele dizer do ativismo como lugar de inserção, que possibilita “um outro jeito de viver”; mobilidade em relação à reconfiguração dos seus laços. Ele afirma que sim, que tomou inclusive o ativismo como uma atividade organizadora: “Fazer a vida fora do Haiti, disseminador da cultura rastafári”.

Para além desse mapeamento, do que pode funcionar como arranjo, há também a localização de um jeito muito singular de se virar com o que, na vida, não é só apaziguamento, mas desconcerta e pode surgir em cada um como incoerência, discordância, divisão. Essa composição, que não visa a eliminar o que perturba, mas o inclui, em si, parece ser o mais vivo e próprio de um sujeito: “Minha vida? Um resumo da contradição geral. Ou seja, era uma coisa, de repente virou outra, diferente. Já nasci Bob, mas tive que construir um outro personagem”. Assim,

¹³ A Pesquisa de Pós-doutorado de Aline Bemfica ocorreu pela Universidade Federal do Rio de Janeiro entre os anos de 2017 e 2020, foi financiada pela FAPERJ e teve como supervisora Maria Cristina Cantal Poli.

O que Bob demonstra fazer com engenho é dar um lugar digno às suas próprias contradições, re-inventando seu personagem, mas não sem o Bob com que ele já nasceu, que lhe é próprio. O destaque à dimensão da nomeação, forjada pelos próprios sujeitos, cumpre também, apostamos, a função de ancoragem, como se verifica em sua apresentação como ativista, atividade que lhe confere um importante pertencimento. São lugares nos quais ele se segura para poder alocar também suas contradições” (BOECHAT, 2020. Inédito).

Com esses recursos, Bob pôde se fazer outro destino para que não recaísse na errância. Forjou-se outro Bob, uma segunda família, a partir de seu ativismo. Nem sempre é assim e, às vezes, a corda se rompe. Aliás, em relação às populações em situação de rua, é muito mais frequente que as ruas se tornem destino quando uma organização com estatuto estabilizante vacila. Mediante uma desorganização dessa ordem, os sujeitos que se veem sem as soluções que construíram recaem na errância, desvario sem rumo, no espaço mesmo das ruas.

Sustentamos a hipótese de que a temática da errância, à qual Lacan se volta em *Les non-dupes errent* (1973-74. Inédito), pode ser uma chave de leitura, constituir-se como fio condutor de uma clínica que precisa se haver com impasses e soluções surgidos quando o Nome-do-Pai não se faz estrada principal. Portanto, situaremos no subitem a seguir o que pudemos localizar, no ensino de Lacan, sobre o tema da errância, já que esta era muito recorrente na experiência daqueles sujeitos.

3.4 Quando não há estrada principal, nem sequer letreiros

A errância, no ensino de Jacques Lacan, não possui o estatuto de conceito, tampouco é um termo encontrado de forma recorrente em seus Seminários. Em linhas gerais, podemos tomar o primeiro ensino de Lacan sobre as psicoses como uma referência importante para tematizarmos a errância, ainda que este termo possa não ser explicitamente mencionado. Propomos, então, algumas articulações entre o que se esboça no *Seminário, livro 3* (1955-56/1985) e o que, nitidamente, desponta no vigésimo primeiro Seminário, inclusive a partir do seu próprio título em francês: *Les non-dupes errent* (1973-74. Inédito).

Lacan, no contexto de seu primeiro ensino sobre as psicoses, convida o auditório a imaginar como se orientam aqueles que “a gente chama usuários da estrada, quando não há estrada principal” (LACAN, 1955-56/1985, p. 330) que os guie. Se Lacan interroga como esses usuários se pautam na ausência dessa referência sólida da “estrada principal”, é justamente porque essa ausência implicaria certa desorientação. A estrada principal

como instrumento de orientação é comparada à simbolização de um “significante fundamental” (LACAN, 1955-56/1985, p. 330) que pavimenta, digamos assim, e “constitui a estrada principal” a que Lacan se refere. Esse significante privilegiado seria, podemos dizer muito esquematicamente, a assunção, no discurso da mãe, de uma autoridade externa remetida ao pai que, por sua vez, não deixa de evocar a lei e a tradição. A operatividade desse significante instaura um modo próprio de estar na ordem simbólica, dito neurótico, pela “ordem fundada na existência desse nome do pai” (LACAN, 1955-56/1985, p. 114).

O que interessa destacar do conceito de Nome-do-pai é a afirmação lacaniana de que, na ausência da “estrada principal”, para ir de um ponto a outro, há que se escolher entre uma miríade de trilhas, rotas alternativas, “ou simplesmente errar na encruzilhada” (LACAN, 1955-56/1985, p. 329). Nesse sentido, o significante do Nome-do-pai comparece, aqui, como a “estrada principal”, via que ordena o movimento na “infinidade desses pequenos caminhos” (LACAN, 1955-56/1985, p. 330), evitando, pelo menos no que concerne à via principal, a errância. A ausência desse significante privilegiado pode, eventualmente, acarretar a deriva do sistema de simbolização de um sujeito, se ele não encontra algum outro tipo de organização que faça as vezes de um caminho. Tal ausência se assemelharia a “uma subtração da trama à tapeçaria” (LACAN, 1955-56/1985, p. 105).

Em outros termos, estariam sujeitos à errância aqueles que não contam com a estrada principal do Nome-do-Pai. Contudo, logo em seguida, Lacan já aponta para outra solução face à carência da função paterna. Ele afirma que “ali onde o significante não funciona”, ali onde não há estrada principal, “eles seguem as placas postas na beira da estrada” (LACAN, 1955-56/1985, p. 330). Estas placas fazem referência às “alucinações auditivas verbais” que servem de guia, de indicadores “a beira de seu pequeno caminho” (LACAN, 1955-56/1985, p. 331).

A respeito dessas pequeninas rotas alternativas, Sérgio Laia defende em seu texto “Ao longo e ao largo do Pai” (2006) que, de fato, elas podem mesmo estar “literalmente fora de rota” mas que, “nem por isso, deixam de se prestar a alguma orientação ou retorno para um sujeito que neles se envereda”. Aqui se coloca, portanto, uma questão importante que é a de situar o que poderia ser lido como funcionamento errante neste contexto, já que pequenos caminhos também podem cumprir a função de orientação.

Logo, apostamos que a errância pode ser relacionada ao extravio da estrada principal constituída pelo Nome-do-Pai. Porém, isso não significa que não haja outras orientações, diferentes daquela do Nome-do-Pai. Em outros termos: há outras orientações

na própria errância: rotas alternativas podem perfeitamente cumprir a função de guiar. A partir do que nos apresenta Sérgio Laia, entendemos que um paradigma desse tipo de funcionamento que prescindir do Nome-do-Pai, pode ser encontrado na grandeza da arte do escritor James Joyce pois, seja no campo da neurose ou da psicose, a importância de sua obra se afirma na forma pela qual ele pôde “se virar diante da ausência dessa ‘grande rodovia’ que Lacan designou como Nome-do-Pai, no modo como soube fazer de sua errância um sentido, uma orientação” (LAIA, 2006, p. 5).

Lacan aponta, nesse ponto de seu ensino, a uma distinção entre não contar com o Nome-do-Pai – tornando-se errante da estrada principal – e, por outro lado, ser orientado pelas placas, que comparecem como solução. O recurso às placas se configura, portanto, como outro modo de orientação, não tão padronizada como é a do Nome-do-Pai. Afinal, a orientação pelas placas auxilia a escolha “na encruzilhada” (LACAN, 1955-56/1985, p. 330) quando se apresentam a um sujeito, miríades de pequenos caminhos, à semelhança das alucinações auditivas, por exemplo, que podem em alguns casos, orientar a errância, embora de forma distinta e diferenciada da orientação conferida pelo Nome-do-Pai.

Avançando um pouco nessa distinção, nos perguntamos se poderíamos supor ainda a errância como se distinguindo da estrada principal e também da orientação pelas placas, como um caminho sem indicadores. Ou seja, a errância poderia ser, para além da ausência da orientação pela estrada principal, de forma mais radical, a própria deriva da ausência de placas, quando não há qualquer indicação na encruzilhada? E mais: encontraríamos na clínica uma errância desse tipo, sem qualquer índice de orientação? Parece-nos que não, afinal, o sintoma pode fazer as vezes de uma orientação, inclusive quando não toma a via principal, conforme abordaremos a seguir.

Conforme Jacques-Allain Miller assinala, “foi justamente por ter exaltado a função do Nome-do-Pai, ter-lhe dado todo o seu brilho, que ele pôde, em seguida, questioná-la de maneira radical” (2014, sem página). Esse questionamento, anunciado na única lição de *Os nomes do Pai* (1963/2005), começa a desconstruir o mito edípico em torno do pai trazendo-o para o campo da linguagem e antecipa sua implosão conceituada por Lacan como a pluralização do Nome-do-Pai. Lacan propõe então que diversas soluções atípicas podem fazer as vezes do Nome-do-Pai. Tal como Jacques-Allain Miller veio a esclarecer: “o Nome-do-Pai, ele próprio, não é nada mais que um sintoma” (1997, p. 106).

Em outras palavras, evidencia-se o limite da metáfora paterna diante de um resto de gozo que não se liquida pela sua operação. Por outro lado, há uma aposta na

pluralidade de soluções que podem vir a se apresentar. Aposta em rotas sob medida, as quais Laia nomeia como os caminhos do tipo “off-road”, à margem da estrada principal (2006, p. 7).

3.5 A errância iterada e o itinerário errante

A questão acerca do Nome-do-Pai comparece explicitamente quando Lacan intitula um seminário de *Les non-dupes errent* (1973-74. Inédito), jogando com a homofonia, na língua francesa, entre “*les non-dupes errent*” e “*les noms-du-Père*”; ou seja, “os não-tolos erram” e os “Nomes-do-pai”, remetendo tanto à errância dos não-tolos quanto à pluralização dos Nomes-do-pai. É do lado dos não-tolos que Lacan situa o errar, a errância. Cotejando com a perspectiva do *Seminário, livro 3* (1955-56/1985), vemos que se, ali, a errância podia ser relacionada à ausência de estrada principal e de placas nos pequenos caminhos, aqui, no Seminário 21, ela é localizada por Lacan do lado dos não-tolos, daqueles que, em geral, apresentam-se destituídos de qualquer erro, como seguindo sempre a direção considerada certa, inequívoca.

O título do Seminário 21 possui particularidades que merecem ser comentadas. *Errer*, que pode ser traduzido como “errar”, faz referência, no francês antigo, ao andar (TABÓAS, 2015, p. 41. Tradução livre), ir por um caminho, viajar. No francês corrente, *errer* denota a ação de se desviar, enganar-se, deambular (ROBERT, 2016, p. 921). Em francês, a primeira acepção conferida ao *errer* é “desviar-se, distanciar-se da verdade” (TABÓAS, 2015, p. 41. Tradução livre), o que o aproxima à significação do verbo “errar” no português, em que também se destaca a conotação de erro – em oposição a acerto.

Há, na raiz etimológica do verbo *errer*, em francês, uma ambivalência, resgatada por Lacan, na primeira lição do Seminário 21: “errar (*errer*) resulta da convergência de erro (*erreur*) com algo que não tem estritamente nada a ver, e que está relacionado com aquele *erre* do qual anteriormente lhes falei, que é, em termos estritos, a relação com o verbo *iterare*” (1973-74, sem página. Inédito). Há, portanto, proximidades entre o verbo *errer* e o substantivo *erreur* que, desde o francês antigo, até hoje, evocam a itinerância, o circuito empreendido em uma viagem, mas já também suas relações com o verbo *iterare* (iterar) que, por sua vez, não tem qualquer relação com a deambulação ou a viagem, mas com o que insistentemente se executa mais de uma vez, repete-se, ou, mais precisamente, reitera. Lacan comenta esta diferenciação, para criticar o apagamento, no

uso do verbo errar, da dimensão da iteração, que se dilui, na medida em que sobressai a dimensão da viagem, do itinerário:

Só que de todo modo, errar vem de “iterare”, que não tem nada a ver com uma viagem, pois isso quer dizer repetir, de “iterum (re!)”. Entretanto, apenas nos servimos desse “iterare” para o que ele não quer dizer, isto é: “itinerare”, como o demonstra o desenvolvimento que se deu a esse verbo errar no sentido de errância, isto é, fazendo do cavaleiro errante um cavaleiro itinerante(1973-74, sem página. Inédito).

Parece possível sustentar que se esboça, aqui, uma oposição entre o itinerário de uma viagem e a iteração, pois, “no cavaleiro itinerante se apaga a iteração do errar ou do deixar-se ir, ideias que não remetem ao mesmo conceito” (TABÓAS, 2015, p. 40. Tradução livre), conforme Carmen Gonzáles Tabóas esclarece em “Un amor menos tonto: una lectura del seminário XXI de Lacan” (2015). Eis, portanto, o que Lacan parece sublinhar: “itinerar”, ou seja, ter um “itinerário”, adotar uma direção em um caminho, tornou-se separado de “iterar”.

A errância talvez se evidencie de forma mais explícita naquilo que itera e parece possível aproximá-la do que encontramos na dimensão autística do que insiste, evidenciando a presença de um gozo refratário ao enquadre da fantasia; um gozo que se diferencia daquele que tenta ser recuperado pela via da repetição. Por sua vez, a composição de um delírio pode tentar conferir coordenadas ao gozo que se apresenta fora de uma ordem determinada simbolicamente pelo Nome-do-pai, mas, tal errância, mesmo derivada da forclusão do Nome-do-pai, não deixa de se impor como implacável. Em outros termos, conforme expusemos anteriormente, a partir do *Seminário, livro 3* (1955-56/1985), e de algumas formulações de Laia, mesmo às margens da grande rodovia do Nome-do-pai, as vozes-letreiros ou os delírios nas psicoses podem fazer as vezes de caminhos pelos quais muitos psicóticos se pautam, mostrando que suas errâncias não se apresentam sem algum método. Laia apresenta, com Lacan, essa orientação da seguinte forma:

[...] Quando os que seguem pela estrada não podem contar com uma grande rodovia, restam-lhes, para ir de um ponto ao outro, “as placas à beira da estrada”, e, assim, “onde o significante não funciona isso se põe a falar sozinho na beira da grande rodovia”, “palavras escritas aparecem sob as placas”, tal como “as alucinações auditivas verbais” servem de orientação aos psicóticos em seus percursos *off road* (LAIA, 2006, p. 77-78).

Retomando a distinção em relação à neurose, o “cavaleiro errante”¹⁴ a que Lacan se refere não é o “cavaleiro itinerante”, uma vez que o primeiro parece não seguir o trajeto que o segundo empreende e, nesse sentido, os não-tolos, ou seja, os que se colocam como “espertos” ou muito certos dos caminhos que seguem são, justamente, aqueles que erram. A esse respeito, poderemos formular, graças a Lacan, que o “cavaleiro itinerante”, quando empreende a viagem, o faz repetindo o circuito da fantasia, as coordenadas que esta lhe estabelece, ainda que ele as desconheça. Comumente, pensamos que repetir é ser inerte, mas sustentamos, aqui, a repetição como algo que se movimenta e pode se alinhar com a vertente da itinerância, do trajeto empreendido; quando um viajante se desloca em seu itinerário, pode-se andar e repetir, andar e reincidir.

Lacan parece chamar a atenção de que há repetição ali onde só se vê viagem, deslocamento, itinerário (1973-74, sem página. Inédito), embora consideremos que, em uma viagem, em um trajeto, “a repetição é o mais repudiado, o que não deve acontecer” (TABÓAS, 2015, p. 43. Tradução livre). O não-tolo prefere tomar sua vida como sendo uma viagem, uma passagem ordenada, sem desvios ou erros, mas Lacan revela o que há de frágil aí: “Falei de não-tolo (*non-dupe*), e parece que o marquei, enfim, com uma irremediável fraqueza, ao dizer que isso erra (*ça erre*)” (1973-74, sem página. Inédito). Ou seja, quando Lacan assinala, no não-tolo, uma fraqueza, aponta que ele erra, diferenciando-o de uma versão mais habitual do não-tolo, que tenderia a separá-lo da dimensão do erro, da tolice e tomar a sua não-tolice como um elogio.

Lacan, portanto, subverte o uso corrente da tolice para fazer dela, não uma depreciação, mas uma aposta em relação à construção de um saber: como ele mesmo diz, a de tornar-se tolo de um real (1973-74, sem página. Inédito), como a lucidez possível para que um ser falante possa se orientar em relação a seu próprio sintoma e seu saber inconsciente. Lacan indica uma ética que “se fundaria de forma a sermos mais fortemente tolos e enganados por este inconsciente que é, em última instância, nossa única parcela de saber” (1973-74, sem página. Inédito). Assim, Lacan não encoraja a nos tornarmos não-tolos, bem ao contrário. Trata-se de ser cada vez mais tolo desse real sobre o qual o inconsciente se funda.

Sob certa perspectiva, em relação à neurose, o itinerário, mesmo sendo viagem, compreende um circuito engendrado pela repetição, circunscreve um trajeto, uma

¹⁴ Tipo literário romântico surgido na idade média, o *chevalier errant*, o cavaleiro errante é aquele que sai pelo mundo a defender uma causa, combater tormentas e sustentar a honra e as aspirações por uma dama. (disponível em: http://www.persee.fr/doc/caief_0571-5865_1995_num_47_1_1863).

montagem em que se enquadram as coordenadas do mais-de-gozar, gozo circunscrito pela castração. Nesse sentido, o itinerário se alinha à fantasia como montagem imaginário-simbólica que regula, apenas até certo ponto, a relação do sujeito com o real sem lei que lhe concerne. – até certo ponto porque há um excesso, um transbordamento errante do gozo que não se liquida, mesmo nos circuitos aparentemente perturbadores da fantasia. A esse respeito, Éric Laurent afirma: “a fantasia se revela uma montagem, um aparelho que pode ser situado como defesa contra o gozo que resta e que escapa a toda montagem para se manter na iteração” (2014, sem página). Assim, essa citação de Laurent articula a iteração de um gozo distinto àquele para o qual a fantasia pretende estabelecer um itinerário, um programa. Por isso, a fantasia tem a ver com a montagem, com o aparelho e com a repetição – diferentemente da iteração.

Em seu testemunho de passe, intitulado “Finalizar e arrematar” (2019), Sérgio Laia aborda especificamente essa diferenciação entre as repetições que se apresentavam em sua análise e aquilo que ele pôde distinguir, a partir de uma intervenção de seu analista, como sendo da ordem da iteração:

Ao ressaltar essa minha surpresa (efeitos no corpo) e o quanto continuava sem saber porque meu corpo havia sido abalado dessa forma inédita depois de precipitações em cena que não me eram desconhecidas, escutei do meu analista: “Você teve que esvaziar isso. [...] “Mais ainda, esse dizer ressoou no vazio de modo inaudito para mim, quando, na última temporada de análise, eu separei sua repetição na fantasia e a iteração de uma satisfação que, ao modo de uma tentação, marca-me a existência” (LAIA, 2019, p. 6).

A iteração que marca de forma absolutamente singular a existência de um falasser é situada por Miller como aquilo que resta da articulação significativa, como núcleo duro de gozo (2011b. Inédito). Miller relaciona a iteração com um nó de gozo, opaco, sem sentido, que insiste, não cessa de se escrever, que reitera: isso que “itera sem rima nem razão” (2011. Inédito). Na errância, o sujeito se vê às voltas com a iteração do gozo sem sentido, que se manifesta como Um, a cada vez – seja esse sujeito neurótico ou psicótico.

Assim, se a errância, pela iteração, é insistência de um gozo opaco e desmedido, também podemos sustentar que o itinerário, embora não se coloque assim a princípio, não deixa de ser errante porque, embora tomado pela montagem defensiva que a fantasia constitui como resposta ao que do gozo é sem lei e extrapola a ordem, há sempre essa dimensão do gozo que se impõe na iteração. Também podemos sustentar que uma construção delirante pode fazer as vezes de uma organização, um “itinerário”, embora tampouco apague a força transbordante do que itera. Afinal, com Laurent, assinalamos

que algo “da substância gozante não se articula nem no circuito pulsional, nem no aparelho da fantasia” e, por isso, algo “do gozo, permanece não negativizável” (2014, sem página). A fantasia – e propomos, aqui, também a construção delirante – se apresenta como uma tentativa, sempre falha, mesmo que, operativa, de regular essa dimensão do gozo pouco afeito aos contornos da norma. Logo, mesmo que a iteração se apresente como vertente privilegiada da errância, o itinerário também a inclui, surge como resposta a isso que excede, vagueia, fica à deriva.

Temos, assim, duas vertentes da errância: a errância que itera, revelando a dimensão mais opaca e desregulada do gozo e o itinerário que se repete para se apresentar como defesa à iteração, à própria errância que ele procura contornar. Ou seja, ainda que pela via da fantasia alguém empreenda um circuito, sirva-se de uma montagem, ele o faz como defesa a esse núcleo duro de gozo não negativizável que se apresenta na vertente da iteração. No âmbito das psicoses, uma construção delirante de um sujeito pode ser, ela mesma, uma outra tentativa de organização frente a invasões assoladoras do real do gozo.

Concluimos que, de formas diferentes, a errância itera, tanto para os considerados tolos, quanto para os considerados não-tolos, seja na via do que se toma, em geral, como erros ou, também, como itinerário. Ela diz respeito ao que, do gozo, não se normatiza nem se normaliza, não sendo propriamente específica da neurose ou da psicose. Nos casos que abordaremos mais adiante, referidos, particularmente, à psicose, interessa muito mais destacar como a errância ganhou espaço na rua e, embora considerando as condições atípicas em que o trabalho com as ruas se processa, como eles também nos permitem fazer uma aposta quanto a um norteamento possível com relação à errância e que não passa pela construção da fantasia ou da estabilização via construção delirante.

Como assinalamos anteriormente, muitas vezes a rua se apresenta como uma espécie de exílio forçado, quando alguém perde as referências simbólico-imaginárias com as quais se sustentava. Então, mediante o rompimento das soluções com as quais certos sujeitos se sustentavam e que os fazem adotar a errância, o desafio está em como apostar em um norteamento da errância que se valha do “ser tolo do real” e não da tolice do Nome-do-pai ou da tolice ainda maior da normatização social. Ou, nas palavras de Aline Bemfica (2017, p. 94), em “Errância, adolescência e corpo: entre sombras e pedaços de real”: “parece-nos importante salientar que ser tolo do inconsciente pode possibilitar a construção de um itinerário que inclui o saber e o desejo inconsciente como contraposições ao gozo que ultrapassa o sujeito”. Em outros termos, a aposta é em como

eles poderiam se valer de seus próprios arranjos, inventando ou aprimorando modos de lidar com o gozo que itera sempre nas suas derivas.

Nesse contexto, as coordenadas extraídas dos encontros pontuais a que chamamos de ancoragens são exemplos de como, em meio à iteração, pudemos localizar índices norteadores na fala desses sujeitos que puderam instaurar um norteamto, fazendo as vezes de um itinerário que acolhe a errância do gozo em vez de pretender, em vão, contê-la.

A respeito do desafio que essa aposta comporta, é oportuna a referência a um texto da psicanalista Cristiane Alberti sobre a questão dos exílios, abordada com relação ao exílio estrutural de todo ser falante em relação à linguagem, mas também quanto à perspectiva mais radical do exílio, e que nos chamou a atenção pela proximidade com o que as ruas apresentam: “Destaquemos aqui que alguns sujeitos estão sempre fora de, jamais em casa, um exílio existencial, nenhum lugar, parte alguma” (ALBERTI, 2020, sem página). Entendemos que “nenhum lugar”, “parte alguma” parecem apontar para a uma metonímia incessante, marca do que não se localiza, do que é deriva pulsional não contida pela montagem da fantasia, pela elucidação de um sintoma ou até pela construção de um delírio. São apresentações assim que, nessa tese, encontramos na errância recolhida nas ruas. O que essas experiências de exílio e de errância mais radicais teriam a nos ensinar sobre a abordagem psicanalítica dos sintomas, inclusive para o trabalho que se faz mais tradicionalmente nos consultórios? A experiência com o que se passa nas ruas não é sem consequências sobre minha própria clínica, a que acontece no consultório, porque, ali também, nesse espaço mais convencional, temos testemunhos do mal-estar próprio ao nosso tempo e da iteração do gozo mais além de qualquer enquadre ou norma, quando a estrada principal do Nome-do-pai já não faz mais tanto as vezes da grande rodovia.¹⁵

Partiremos, agora, para a apresentação de dois casos acompanhados através do trabalho desenvolvido nas ruas, nessas margens onde, frequentemente, comparece a deriva e quando não se pode contar com um sintoma interpretável ou um delírio bem estruturado.

¹⁵ É imprescindível salientar, contudo, que, na perspectiva da psicanálise laciana, esse declínio do Nome-do-pai como via privilegiada e inequívoca se diferencia de posicionamentos comuns hoje em dia, tais como aqueles que afirmam uma diluição das diferenças entre neurose/psicose, dando lugar a diagnósticos imprecisos, como de “borderline” e “casos limites”. Dessa forma, por exemplo, a orientação laciana não faz das psicoses ordinárias um diagnóstico novo: ela é uma psicose, mesmo que não se apresente tão claramente como tal.

3.6 Vinhetas clínicas

3.6.1 Caso B. A.: a errância na escrita das margens

O caso que relataremos aqui, apesar de ser um caso atípico em relação à sua extensa duração temporal, mais incomum do que, em geral, acontece nessas situações, foi por nós escolhido na medida em que, ali, pudemos localizar certo norteamento em sua errância. Nele, o desmedido de um gozo “estrangeiro” pôde se enlaçar a um saber sobre o sofrimento e que se construiu, ali, onde antes havia puro *non-sense*. A corda que pudemos estender-lhe é bamba e nos desafia com a pergunta: quais os efeitos da presença da psicanálise nas ruas de uma cidade em que a errância itera?

B.A. é um jovem que erra pela cidade, por vezes, nas ruas, ora em ocupações *punks*, ora clandestinas. Perfaz repetidamente as distâncias entre Rio e Manaus. Vagueia. Ao tentar se separar, perde-se entre a mãe – em sua terra natal – e o Rio “daquela mulher”, “essa extensão estéril entre duas terras que não podem lhe pertencer” (FOUCAULT, 1972/2012, p. 15). Parecia equivaler-se a esse prisioneiro da passagem que Foucault, com tanta delicadeza e precisão, descreve, em *A história da loucura* (1972/2012). Ali, Foucault se remete à *Nau dos Loucos*, do pintor Hieronymus Bosch, para comentar a situação a que eram relegados os loucos na idade média: banidos dos centros urbanos, eram encerrados em embarcações sem rumo, alheios à ausência de destino; tornavam-se errantes, prisioneiros da própria passagem, sem retorno possível à terra materna, assim como sem destino que os esperasse, e erravam nas águas:

Fechado no navio, de onde não se escapa, o louco é entregue ao rio de mil braços, ao mar de mil caminhos, a essa grande incerteza exterior a tudo. É um prisioneiro no meio da mais livre, da mais aberta das estradas: solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o Passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem. E a terra à qual aportará não é conhecida, assim como não se sabe, quando desembarca, de que terra vem. Sua única verdade e sua única pátria são essa extensão estéril entre duas terras que não lhe podem pertencer (FOUCAULT, 1972/2008, p. 12).

Tomamos de empréstimo essa passagem de Foucault para abordar a errância de B.A. entre sua terra natal e o Rio, sem que ele pudesse afirmar uma ou outra como uma escolha, “solidamente acorrentado à infinita encruzilhada”, representada também pela recusa da proximidade materna, assim como pelo encontro com “aquela mulher” que não ousava nem abordar, nem abrir mão. Essa era, nesse caso, a “extensão estéril entre duas terras” que não lhe podiam pertencer: nem Manaus, nem Rio; nem a mãe, nem “aquela mulher” – a quem nomeou, mais tarde, como “mulher tabu”. Em suas próprias palavras, B.A. se sente identificado “àqueles que não encontram abrigo no agora nem no futuro”.

B.A. é manauense. Seu pai morreu quando tinha três anos. Sua mãe se casou de novo e quem se ocupou dele foi seu padrasto. Sua mãe ficava “fora de casa, em viagens, por muito tempo; nunca passou os fins de semana com filhos”. O padrasto, que era quem se ocupava carinhosamente de seus cuidados, morreu antes de seus nove anos. Sua entrada na adolescência foi marcada pela irrupção de um gozo sem medida, que se apresentava na forma de pensamentos incestuosos com a mãe, invadindo-o, sem que pudesse desviar-lhes a atenção. Ainda assim, B.A. se defendia com rituais obsessivos, passando horas tomando banho e se limpando compulsivamente. Dizia que se coçava e tentava tirar esses pensamentos, “até abrir um buraco na cabeça” – uma ferida que durou algum tempo, fazendo borda a um gozo invasivo. À época, pouco saía de casa, parou de estudar; quase não tinha laços.

“Como você se virou?”, pergunto-lhe. Conta-me que a saída desse período “crítico” se deu pela leitura. Seu interesse por Marx o levou a frequentar um grupo comunista, onde começou a construir um lugar fora da família, pela via identificatória. Encontrou, nesse grupo de estudos, uma rede de pessoas a quem considerava como uma segunda família. Saiu de casa para morar com eles e era especialmente remetido a uma figura de liderança, a quem considerava como um pai. A leitura e a imersão nesse universo intelectual lhe abriram ainda outra possibilidade de deslocamento: tornou-se vendedor de livros usados e, com o dinheiro que recebia, iniciou sua formação no desenho – o que, desde cedo, já o ocupava. Com o tempo, passou a vender seus desenhos e pinturas.

Veio para o Rio há onze anos, em uma tentativa de se separar da convivência conflituosa com a mãe. Por um lado, dizia de seu sentimento de abandono: a mãe desaparecia; não se importava com ele. Por outro, queixava-se dela por ser invasiva e o expor, mostrando seus desenhos e escritos a vizinhos e amigos, contando-lhes sobre sua vida, sempre com “a enorme expectativa de que eu me tornasse artista”. Contudo, se viver lá não era uma possibilidade, tampouco sua permanência no Rio era tranquila. Nas ocupações que

arrumava acabava se envolvendo em brigas e se via obrigado a retornar às ruas. Mas, nas ruas, também tinha problemas e, não raro, precisava fugir para outra ocupação em busca de abrigo. Errava, portanto, sem lugar que o suportasse.

Extravios do gozo

No início dos atendimentos, B.A. falava exclusivamente dos três únicos encontros que teve com uma prostituta, muitos anos mais velha, por quem se apaixonou. Quando comecei a atendê-lo, ele havia retornado ao Rio, tentando reencontrá-la, depois de alguns meses em Manaus.

Em um de nossos primeiros encontros, trouxe para me mostrar um livro, chamado *Mulheres-mães*, que chegara às suas mãos e que guardava para dar de presente para “aquela mulher”, como ele a chamava. Esse é um ponto relevante, que aponta para a condensação realizada com os significantes “mulheres-mães”. A questão da mulher e da mãe – que já aparecia embaralhada desde a adolescência com os pensamentos incestuosos – se atualizava no encontro com essa prostituta.

O aspecto enigmático do gozo feminino chega como algo que o perturba: não sabia se satisfazia àquela mulher ou se seus orgasmos eram simulação, e isso lhe inquietava insidiosamente. No mais, apareceu, no decorrer de seus atendimentos, um traço de eleição amorosa em relação às mulheres, acoplado à posição da maternidade, mas sem a possibilidade de fazer uma distinção, uma separação, entre a mulher e a mãe. O fato de essa prostituta ser mãe não lhe era, de forma alguma, indiferente. Seu encontro com uma mulher passava por seu encontro com a mãe que, desde o início, ele falava que “não era mãe”, mas uma mulher que desaparecia, viajava todos os fins de semana. Revelava-se, em seus atendimentos, também outro aspecto desse traço de eleição amorosa em relação a uma mulher tomada pela maternidade: “Me interessa em uma mulher, a mãe que ela pode ser”.

Considerarei importante evocar, então, o nome do livro que ele havia levado no início do tratamento: “Mulheres-mães”. A partir de então, B.A. começa a colocar em série as mulheres com quem se relacionou, supondo um saber a ser encontrado nessa iteração. Pergunta sobre a prostituta, essa “mulher tabu”, como pôde, mais tarde, nomeá-la. Da mãe que exibia seu talento e esperava seu sucesso, disse que se vingava ao oferecer-lhe seu fracasso. Procurava promover sua separação dela através do fracasso profissional, na errância, como modo de não ser invadido. Tentava dar uma amarração

para isso e, quando não consegue, itera no encontro de uma distância que também insiste em se colocar como impossível. Em relação a suas escolhas no campo amoroso, B.A. apresenta uma infinitização do gozo, ao lançar-se na errância entre Manaus e Rio, entre a mãe e “aquela mulher”. Essa errância parece se encontrar no cerne de sua solução para se separar dessa mãe, mas suas tentativas, nesse sentido, não deixam também de falhar, ou seja, apresentar-se como erros, novos modos de errância.

Depois de cerca de um ano de atendimentos, B.A. consegue encontrar novamente a prostituta e ela lhe diz pra desaparecer, parar de importuná-la. Nesse período, que coincidiu com minhas férias, B.A. procura uma emergência psiquiátrica, pois “estava com medo de enlouquecer”; tinha a sensação de que “ia desintegrar” e apresentava um marcante abandono do corpo – não tomava banho, dormia nas ruas e ficava constantemente embriagado. Permanece internado por duas semanas e, ao fim desse período, retorna a Manaus.

Devido a essa desestabilização e também à própria distância relacionada às minhas férias, B. A. me propõe enviar e-mails, nos quais iria me escrever como se sentia diante dessas “experiências que ultrapassavam”, assim como registrar as leituras que o interessavam. De Manaus, passa a me escrever com regularidade: “eu não me sinto à vontade aqui, é como se eu não encontrasse espaço mais na cidade. Me sinto fora daqui. [...] definitivamente não devia ter voltado nesse momento, mas não tive outra opção”. As leituras de Freud e Lacan surgem nesse período, para B.A., como um arrimo, um lugar de investimento importante:

Terminei de ler a primeira parte da interpretação dos sonhos, talvez eu procure a segunda. Eu consegui baixar na internet os Escritos do Lacan que eu estava lendo aí. Só falta eu retomar a leitura (como você sabe tudo que eu tinha ficado aí – só voltei com a roupa do corpo e uma bolsa a tiracolo). [...] será que você poderia me indicar uns livros especializados? Veja se você consegue.

Acusava o recebimento de cada um desses e-mails e legitimava o lugar que a leitura lhe permitia de separar-se um pouco da convivência familiar que, por vezes, era experimentada como invasiva. Dois meses depois, B.A. retornou ao Rio. Trouxe consigo

os escritos que havia produzido e nos quais ele parecia circunscrever o transbordamento de gozo que se apresentou, à época da internação, como “trituração”, “espalhamento”:

Senti o vento me espalhando. Como seu eu fosse feito de areia. Senti a dor me moendo – carne, ossos, pensamento! Senti a minha consciência se voltando contra si mesma – como a mão, a corda, o suicida! [...] o meu ego espalhando como fumaça subindo... se unindo às fumaças da cidade. A minha identidade se perdendo no mundo.

Disse-lhe que ele tinha para onde retornar. Afinal, diante desse espalhamento, o regresso à terra natal parece ter lhe conferido um lugar mais sólido, localizável – ainda que, por vezes, beirasse o invasivo. Nesses escritos, interrogava: “O Rio de Janeiro continua lindo ou é só um *déjà-vu*? *Déjà-vu*: sensação fortíssima de já ter vivenciado uma cena ou situação exatamente igual a que se está vivenciando no momento”. Essa foi a via pela qual ele pôde começar a se perguntar o que estaria em jogo nessa iteração errante de idas e vindas entre Rio e Manaus. Haveria, nessa errância, aparentemente desbussolada, algo que a orientasse, à semelhança de um circuito que se vale do que insiste na própria iteração? Essa era a minha questão, formulada a partir do que B.A. passou a interrogar em seus atendimentos.

Terapia niilista

B.A. levava sistematicamente seus escritos para os atendimentos, até que decidiu, a partir daquele material (que incluía também trechos de literatura e desenhos de sua autoria), elaborar o primeiro “fanzine”¹⁶ de uma coleção, que intitulou *Terapia niilista*. A capa da coleção apresentava um Freud de moicano, ao lado da especificação “niilismo e misantropia”.

Acredito poder sustentar que a coleção onde se encontram frases, desenhos e retratos de Freud, em cada um dos volumes, juntamente com as questões por ele trabalhadas na forma de escritos, configura-se como efeito dos nossos encontros. A escrita surgiu primeiro pelos e-mails, considerando a impossibilidade dos seus

¹⁶ *Fanzine* é a aglutinação de *fanatic magazine* (expressão da língua inglesa que significa “revista de fanático”). Trata-se de um meio de comunicação de confecção artesanal, muito utilizado pelo movimento punk, que mescla desenhos, citações filosóficas, poesias e letras de música.

atendimentos acontecerem, pois eu estava de férias e ele em Manaus. Em seu retorno, contudo, não abre mão desse recurso e passa a me levar seus escritos, deixando também uma cópia comigo, o que, antes, não acontecia. B.A. se serve do recurso à escrita a partir do momento de crise, desencadeado pelo encontro com “aquela mulher”, que tanto lhe interessava quanto perturbava.

Essa escrita se arrima em sua identificação com significantes que, embora precariamente, passam a lastrear sua errância: “niilismo”, “misantropia”, “movimento *punk*”, “literatura”, “psicanálise” e, sobretudo, a condição de “estrangeiro”. Essa condição surge, como uma espécie de nomeação, em cada um de seus “fanzines”, em uma série de poemas intitulada “Estrangeiros”, em cada uma das capas, assim como ele a também descreve em cada uma das abordagens apresentadas nessas publicações. Em um dos “fanzines”, serve-se de uma citação do escritor Albert Camus: “é um exílio sem solução, porque está privado de lembranças de uma pátria perdida ou da esperança da terra prometida. Esse divórcio entre o homem e sua vida é propriamente o sentimento do absurdo” (CAMUS, 1941/2007, p. 20). Nesse sentido, parece que o “estrangeiro” nomeia sua errância e os extravios do gozo que, nela, itera. Esse gozo, na medida em que encontra alguma nomeação, ganha outro corpo nesse “fanzine”, pois essa publicação é uma produção, que é comprada por outras pessoas interessadas em seu conteúdo, nessa “estrangeiridade” do gozo que, também, de outros modos, comparece em seus desenlaces.

Nesse contexto, a escrita parece surgir como lastreamento da deriva sem, no entanto, contê-la ou normatizá-la. Seu gozo é tocado pela nomeação do “estrangeiro”: “Fui e continuo um estrangeiro! Prefiro um autorretrato a um retrato num RG. Uma folha de papel pode ficar em branco, pode ser dobrada, limpar a bunda, virar um avião, ser desenhada... e também contar uma identidade”. Assim, ao mesmo tempo em que a escrita registra esse desenlace, apresentado como desintegração, ela também lhe permite servir-se da condição de “estrangeiro” e da distância em que vive, como uma possibilidade de localização:

“Estou distante
 ... 42 anos de distância...
 Anos-luz de distancia
 Uma existência de distância! [...]
 - Existe o risco de perder-se de vista...!
 Mas, às vezes,

Se vê melhor
Quando se toma
Distância”

Perguntei o que ele tinha podido ver melhor por estar à distância. Responde que vinha tentando entender o que se passava a cada vez que ia a Manaus e retornava ao Rio, com o sentimento de “déjà-vu”, a cada retorno, como se já houvesse feito aquele caminho de outra vez. Essa é a abertura pela qual começou a se interessar por sua errância, supor ali um norteamo e tentar extrair, dessa iteração, pontos que insistiam. Tais idas e voltas tinham como causa indireta, segundo B.A., “aquela mulher”. Foi por essa via que pôde começar a questionar o que lhe capturou naqueles poucos três encontros com essa mulher madura, essa prostituta para quem ele escolheu dar o livro *Mulheres-mães*. Retoma o nome do livro, a partir do encontro com outra prostituta, por quem se interessou, ao se perguntar sobre como desejar “uma mulher que não quer ser mãe”. A partir de um encontro no qual não conseguiu ter uma ereção, ficou sem dormir, procurou novamente o hospital psiquiátrico, deixou de trabalhar por alguns dias. Contudo, dessa vez, B.A. formulou o seguinte: “esse medo de enlouquecer vem junto com as mulheres. Paro de trabalhar e acabo voltando a Manaus; foi assim das outras vezes. Por que é tão insuportável?”.

B.A. passou a encontrar, na errância, na iteração, a oportunidade de alinhar alguns significantes, até então, dispersos: “mulheres-mães”, “mulher-tabu”, o “fracasso” oferecido como tentativa de separação da mãe, que esperava seu “sucesso”. Passei a acompanhar B.A. nesse alinhamento de sua deriva, de sua iteração errante. Algum enlace mínimo da errância que lhe toma o corpo foi aparecendo:

“Eu não via que ela (a história)
Permanecia
Latente
Disfarçada,
Dissimulada,
Inconscientizada,
No meio dessas ‘novas histórias’
Surgindo em uma ‘nova situação’”

Ele passou a localizar o “mesmo”, no “novo”, da seguinte forma: a cada vez que se envolvia com uma mulher (em geral, prostitutas), havia sempre um fator que lhe impossibilitava a relação. Isso o tranquiliza, porque, assim, via-se liberado, caso voltasse a encontrar “aquela mulher” – interdita, mas sempre presente. Nessa solução, o encontro com o sexual, que parecia estar na causa das perturbações que o acoassavam, é norteadado pela impossibilidade da qual ele se assegura. Já no seu terceiro “fanzine”, escreve: “eu tenho escolhas, caminhos: idas e voltas”. Por essa via, B.A. passou a operar com o real que o encontro com uma mulher lhe impunha, dando outro lugar à desmedida do gozo. Outro, valendo-se, também, do que ia me contando em seus atendimentos. Por essa via, parece aparelhar o gozo estrangeiro, que itera de modo autista ao discurso corrente.

O enlace singular que amarra esse sujeito inclui sua errância, pela nomeação do “estrangeiro”, através da escrita dos “fanzines” sobre essas perturbações, expressões do excesso que a letra amarra. Sua montagem incluiu a errância na medida em que ele passou a fazer seu gozo solitário, sua condição de “estrangeiro”, circular a partir de seus escritos, seus pontos de venda, seus laços marginais na cidade, como comunidades “Black bocks”, ocupações clandestinas e pontos de venda de drogas. B.A. se situa às margens, mas parece se servir dessas próprias margens, dessas zonas limítrofes da lei e do contrato social, para inscrever pontos de ancoragem de seus excessos pulsionais, especialmente através da comercialização de seus “fanzines”, que encontram, ali, uma boa aceitação.

Consideramos haver uma composição sinthomática nesse novo modo como B.A. passa a lidar com a errância, característica da natureza excessiva, estrangeira e opaca do gozo. Afinal, Jacques-Allain Miller, em *O parceiro sintoma* (2008), considera o *sinthoma*, no último ensino de Lacan, como uma construção que sempre envolve uma parte de gozo solta e uma parte de gozo que ganha alguma apreensão no âmbito do discurso. Nessa dimensão sinthomática, os itinerários, as montagens podem ser variados; são maneiras diferentes de dar lugar à errância inerente ao gozo que é sempre singular a cada um.

Esse caso de B.A., acompanhado por quatro anos, não apresenta, por certo, a fugacidade de encontros esparsos, sem muita periodicidade ou frequência pelas ruas da cidade, e que são os mais comuns. O que nele se verifica, no entanto, também pôde ser constatado nessas circunstâncias que mais caracterizam o que se passa nas ruas. Com ele, aprendemos que, fora da estrada principal, na solidão do um-sozinho, onde não há placas, podemos encontrar invenções marcadas por esse norteamto de se fazer tolo de um real para que se possa dar lugar a um gozo, que é próprio de cada um e errante.

3.6.2 Claudionor: o mapa de uma errância e o alfabeto do lastro

No primeiro encontro, depois de dizer-lhe que estávamos disponíveis para ouvir uma história que quisesse nos contar, e que poderíamos tomar nota de alguns pontos, Claudionor pergunta meu nome e, quando lhe respondo: “Clarisse”, ele faz a seguinte observação: “Olha! 2C, Claudionor e Clarisse”. Afirmo, em seguida, que gostaria de escrever um livro com dedicatória para 3K. Eu digo: “Você gosta de letras!”. Responde que sim e me mostra uma tatuagem com o 3K, explicando se tratar da inicial dos nomes das três filhas, sobre as quais voltará a falar de modo insistente.

Claudionor já percorreu mais de 600km de bicicleta e 300km a pé, mas não chegou a seu destino. Quando lhe pergunto qual era seu destino, responde que quer ir ao Rio Grande do Sul, passando por Brasília. Não consigo localizar qualquer indício que marcaria esse itinerário como alheio a uma errância, que pudesse configurá-lo apenas como um circuito orientado e coordenado de modo inequívoco. Claudionor insistia que gostaria de escrever um livro e, ao final de cada atendimento, falava para enviarmos os registros escritos para seu e-mail, que continha as letras 3k, mas que, no entanto, não era um endereço válido, existente.

Em um de seus atendimentos, levou uma “companheira da rua”. Foi curiosa a forma como, ao se posicionar para o atendimento, deixou essa mulher em uma perspectiva que a colocava sempre em seu campo de visão, fazendo-lhe, a todo o tempo, localizar-se a partir dela, do que ela lhe demandava, do que ele lhe podia oferecer, assim como nos pedia que a olhássemos: “Olha ela ali, tá vendo, ela é uma pessoa difícil de entender”. Pergunto-lhe: “O que você não entende?”. Sua resposta: “As mulheres são muito diferentes, mas todas são muito ciumentas!”. Por sua vez, essa mulher, em nenhuma das vezes, olhava para ele, deixando um pouco sem sustentação sua afirmação sobre os ciúmes dela, mas, demonstrando-nos a importância, para ele, de ter um lugar diante de uma mulher, apontando-nos, talvez, para algum traço de erotomania.

A escrita: estação da Luz

No decorrer dos encontros, que duraram cerca de um ano, ele conta que descobriu a verdade sobre sua vida aos treze anos de idade, quando ouviu uma conversa em sua casa na qual seu suposto pai perguntava à mãe: “Já disse a ele que os pais morreram?”. A “mãe”, por sua vez, dá a seguinte resposta: “Acho que ele não está preparado”. Assim,

contou como descobriu que era órfão e que aqueles que o criaram eram, na verdade, seus avós: “Meu pai morreu quando eu tinha nove meses, minha mãe entrou em depressão, não comeu, esqueceu que tinha um bebê pra criar. Vai ver que eu não preenchi esse vazio. Descobri que eu era órfão. Peguei caderno, mochila, economias e, quando descobri, estava em São Paulo, Estação da Luz”.

Ressoa, aqui, e isso não nos parece aleatório, que seu destino tenha sido precisamente a “Estação da Luz”, quando o estatuto de sua filiação vacila, mediante a ausência dessa mãe que se esquece do bebê que tinha para criar – ou seja, quando o lugar que ele acreditava ter no Outro se revela como sem lugar, ao descobrir que sua mãe não era quem ele acreditava ser, mas havia morrido e, antes, esquecido dele. Há, então, uma ruptura com o que, até então, o sustentava. Apesar de não acreditarmos que se tratava de um caso de neurose, o significante “Estação da Luz” que comparece diante do insuportável dessa ruptura, remeteu-nos à homofonia do termo “separer” (separar) e “se parare” (se parir), a que Lacan se refere em seu *Seminário, livro 11* (1964/2008, p. 202), ao apresentar a modalidade lógica da separação. Lacan indica que separar também pode ser lido como parir-se, no sentido de poder engendrar-se um modo de se virar na vida. Sem dúvida, a separação, como operação lógica constituinte do sujeito, não se apresenta propriamente para Claudionor, mas nos parece que a errância que, a partir dessa descoberta, o leva até a “Estação da Luz”, assim como seus cadernos, foram os recursos pelos quais ele forjou uma saída para o que se rompeu em sua vida.

Pergunto a Claudionor se o receio dos avós de que ele não estivesse preparado para saber da história sobre a morte de seus pais indicaria certo cuidado da parte deles e, nessa pergunta, procurava positivar um lugar que ele pudesse ter tido naquela família. Reclama que os avós o tratavam de um jeito diferente, “como se fosse fraco”. Havia sido criado pelos avós, mas não considerava essa criação como um acolhimento, tomando-a apenas como mágoa e desligamento do Outro; quando sua origem se revela distinta, ele parte em errância, sem ponto de ancoragem.

Na coletânea *Desarraigados* (MILLER [org.], 2016), cuja tradução para o português seria “desenraizados”, Silvia Geller assinala, a fim de elucidar o que é o desenraizamento, um dos nomes da errância, que “alguém que perde suas raízes cai em suspensão sem poder se agarrar, se prender a algo como uma âncora que, de alguma forma, o assegura” (GELLER, 2016, p. 10. Tradução livre). Nesse caso, algo semelhante se passou. Afinal, foi apenas a partir do encontro com algo inusitado acerca de sua filiação, disso que só se revelou tardiamente, que a relação de Claudionor com a errância,

com as ruas, impôs-se. Porém, nessa errância, temos também a escrita como lastro para o que itera. Parte sem rumo, mas não sem seu caderno.

O caderno vai aparecer, já nos primeiros encontros, quando começa a trazer as cartas à mulher, mãe de suas filhas, para nos mostrar. As cartas são inúmeras, cada uma para uma mulher diferente, mas todas são chamadas de Manu:

Ela tinha várias personalidades, você dormia com uma, acordava com outra. É uma coisa sobrenatural. Manu. Eu dou os nomes porque cada uma diz quem é. Ela foi se revelando, as tantas mulheres. Os escritos. Estou escrevendo tudinho. Cada dia ela se revelava com uma personalidade diferente. Às vezes eu dizia: Manu, to com saudade da Dani, ela ficava, depois vinha como a Dani. Esquisito né? Assustador isso. O que eu sinto por ela agora é o amor que eu sinto pela Kaiana.

As cartas que ele escrevia para essas várias mulheres e as histórias que viveu com elas, que eram todas Manu, compunham um tema recorrente nos atendimentos. Mas essas histórias eram repletas de ausências e brancos que foram aparecendo quando, por exemplo, perguntei-lhe o motivo de sua saída da casa de Manu e das filhas: “isso eu não posso contar”.

3K: um recurso à deriva?

Certo dia ele chega com uma carta para as filhas e conta que a letra K, do 3K, reiteradamente trazida nos atendimentos, surgiu a partir do nascimento da primeira filha, quando aguardava seu nascimento na maternidade. Conta que lia uma revista em quadrinhos do Rolo e, na história, tinha uma mulher chamada Kelly: “Fiquei com o K e escolhi o nome de Késia pra ela”. Ou seja, esse K ele extrai de uma mulher que passa no momento que é demandado a ser pai.

Arriscamo-nos, aqui, a fazer a seguinte hipótese: parece estar em jogo a forclusão de um significante que assuma a função de inserir o sujeito em uma linhagem; um significante que trate o enigma da origem – afinal, sua errância começa diante de um real da filiação. Na maternidade, no momento do nascimento de sua primeira filha, pariu um significante que lhe permite ser pai, usando esse nome para se ancorar em algum lugar. Servimo-nos, aqui, de um trecho de um texto de Heloisa Caldas, no qual, a partir de uma espécie de nomeação, na contingência, ela indica o seguinte: “nomeações circunstanciais, produzidas por encontros ocasionais, apontam o traçado efêmero com que tece os destinos no arranjo simbólico [...] Recolhe-se certa arbitrariedade gratuita e inexplicável

da denominação sob contingências (2008, p. 3).

Daquele K, retirado da revista na maternidade, partirão também os nomes das demais filhas, que ele encadeia escrevendo na folha: Késia, Keyla, Kamile – 3K. Desprovido de significante para responder sobre o enigma da origem, extrai o K e o transmite, sustentando uma nomeação. Claudionor responde com o K ao enigma da filiação; suas filhas são “com” o K. Qual seria o estatuto do 3K? Poderíamos pensar que se trata, aqui, de um uso da letra? Arriscamos a indagar, a partir disso que se recolhe, se há um uso dessa letra que se opera à semelhança de um número, que não vale pelo sentido que veicula, mas por sua materialidade.¹⁷ Ou seja, tenta fazer conexões, amarrar alguma coisa, mas não pela via da significação, estabelecendo, ainda assim, um funcionamento, um uso, um jogo. O 3K parece ser uma letra vazia, vazada, de onde partem as outras. Há uma operação nesse 3K que, ao se reiterar, engancha, faz laço. Ainda com Caldas, localizamos, nesse 3K, a existência de um aspecto material e operatório da linguagem que se desvincula do sentido. Trata-se da linguagem

[...] considerada como uma escrita comparável à da matemática, da fórmula que opera: letras sem sentido, mas eficientes. [...] Na escrita, compreendida dessa forma, a letra promove uma indicação estável, constante. Ela é surda e muda, porém sustenta uma forma de gozar no corpo (CALDAS, 2008, p. 3).

Claudionor trabalhava como “serviços gerais” em uma pensão, nas proximidades da Central do Brasil, havia mais de um ano. Dizia estar juntando “sustento material” para regressar ao Sul. Segundo ele, sua mulher estava sentindo muito a sua falta, ficava muito enciumada com a distância. Conta que, no nascimento da terceira filha, ficou desempregado e, quando não pôde dar à família o que ela precisava para viver, teve “o juízo comido, saiu andando desembestado”. Diz que, em todo esse tempo de ausência, jamais se esqueceu da mulher e das filhas que tinha “para criar”. Marco que suas filhas tiveram a sorte de ter um pai que cuida delas assim, que se importa com cada uma. Responde mostrando-me a tatuagem: “tenho pra onde voltar!”, e eu consinto com suas palavras.

Claudionor passou algum tempo sem vir e reapareceu, dizendo que tinha uma notícia boa e outra ruim para nos dar. Perguntou qual queríamos ouvir primeiro. Falei-lhe: a boa! Então, ele contou: “faltei porque arrumei um bico que me pagou muito bem!

¹⁷ É desse modo que Lacan concebe a letra, em seu escrito “Lituraterra” (1971b/2003), depois de um longo percurso de trabalho em torno dessa noção, desde a década de 1950, o qual não explicitaremos nesse momento, mas que nos serve, aqui, para demarcar a possibilidade de uma inscrição/acomodação de gozo que não passe pelo sentido.

Com o dinheiro que juntei, posso voltar, vou dar pra elas! Elas vão ficar felizes demais quando me virem chegar!”. Disse que iria pegar a estrada em alguns dias, que ia de “caroneiro e a pé, já conheço esse trecho”, e completou: “Agora, a ruim, você já deve ter pressentido, né? Não venho mais. A senhora vai sentir falta das minhas histórias e do meu caderno, que eu sei”. Disse-lhe que ele fez ali um trabalho muito importante, o de reescrever sua história e ajustar suas rotas, e que foi mesmo bonito acompanhar o destino que ele pôde se escrever. Abriu sua mochila e me mostrou, uma última vez, seu caderno, intercalado com as cartas para a família e as notas que tomávamos em seus atendimentos. Por fim, solicitou que, quando escrevêssemos nosso livro, enviássemos para ele uma cópia para seu e-mail – 3k.com. Afirma, ainda, que nós devíamos ter gostado muito de sua história, porque não é todo dia que se vê uma assim, pedindo-nos por fim, que ela fosse publicada.

Fomos, assim, destinatários dessa escrita, mesmo que o endereço de e-mail fosse inexistente. Pouco importa: sua carta encontrou destinatário. Claudionor só começou a deixar conosco os escritos quando passamos a usar carbono para ele ficar com cópias; antes, ele se recusava. Consentimos em emprestar nossa presença para a escrita desse *pocket-book* fragmentário, incluindo-nos, a partir do endereçamento (2C), como a condição para um trabalho de reconstrução em torno dos laços que os 3L enlaçavam, permitindo-os que se reorganizassem mediante uma feliz contingência.

Aprendemos com Claudionor sobre o uso sinthomático do 3k, invenção marcada pela tolice de se deixar guiar por essa espécie de Um sozinho, que também lhe orienta a deriva. Ao dizermos a ele que ele tinha para onde voltar, referindo-nos a sua família, a “edição” na qual apostamos foi a de legitimar a lógica, o método de sua rota, que inclui a iteração do 3k, apostando que ela poderia lhe servir como itinerário.—Claudionor nos ensinou como lançava mão de seus artifícios para, entre rodovias e letras, instalar-se, com sua errância e, ainda que precariamente, na vida.

Em meios às suas errâncias, por entre as muitas rodovias e mulheres diversas, que são sempre Manu, o 3K é lastro que se itera assemântico; escoadouro de gozo que perpassa o texto, lido a partir do endereçamento que lhe enlaça o próprio C de Claudionor. Configura-se, então, um litoral que não se pauta pelo sentido. Litoral que a leitura desvela como *pas-à-lire*, a não ser lido e que, tomado em sua literalidade, faz passo de leitura valendo-se do ilegível. A carta, guardando seu valor de não-legível, chega a um destinatário.

CONCLUSÃO

Com respeito à oferta de tratamentos gratuitos para parcelas da população menos favorecidas economicamente, assisti, na última década, de forma privilegiada e atenta, a uma espécie de realização do desejo freudiano, anunciado no “Congresso de Budapeste”, concernente a uma situação que, então, pertencia “ao futuro” e que, “para muitos”, soaria como “fantástica” (FREUD, 1918/2010, p. 290). O que vimos acontecer, no Brasil, em consonância com a antecipação freudiana, foi um crescimento significativo de serviços de saúde destinados às populações em situação de rua. Essa expansão se efetivou em decorrência de uma guinada progressista nas Políticas Públicas e teve incidências sobre a Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS), no início da década passada. Em 2011, quando comecei a trabalhar no Consultório na Rua, do Centro do Rio (CnaR) – o primeiro dispositivo deste tipo no Rio –, havia apenas outras duas unidades do CnaR em funcionamento: a de Manguinhos e a do Jacarezinho. Em 2015, esse número havia dobrado, contabilizando seis unidades – que são as existentes até o momento, mas que funcionam, hoje, com condições de trabalho mais precárias, em uma espécie de retrocesso daquela expansão inicial no atual cenário político brasileiro¹⁸.

Concomitante a essa necessária e vital expansão da rede pública, através da minha experiência de trabalho, acompanhei também o crescimento de iniciativas assistenciais e voluntárias, como as ofertas de acolhimento em instituições de caráter religioso – principalmente de orientação evangélica, que funcionam nos moldes das comunidades terapêuticas – e a disseminação de diversos outros dispositivos de escuta. Tais dispositivos e coletivos contam com a participação de psicólogos de diferentes orientações, incluindo, aí, os que se declaram psicanalistas. Houve casos em que essas duas orientações divergentes – a religiosa e a que se declarava “psicanalítica” – convergiram em um mesmo serviço, de forma absolutamente deturpada, mas em consonância com o cenário político a que assistimos infortunadamente em nossos dias.

Contudo, é importante também mencionar algumas iniciativas sérias e comprometidas com a ética psicanalítica: dentre outras, destacamos o Projeto “Digai Maré¹⁹” (2008) e o “Projeto Psicanálise no Jacarezinho²⁰”. Mesmo não tendo como público

¹⁸ Dados retirados da página <http://subpav.org/download/prot/ConsultorioNaRua_A5_Dobrado.pdf>.

¹⁹ O “Digai-Maré” é um projeto de atendimento psicanalítico e gratuito, situado no Complexo da Maré, composto por psicanalistas que são membros da Escola Brasileira de Psicanálise ou estão ali em formação. Essa experiência de trabalho deu origem ao livro *Psicanálise na Favela: Projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos* (MACHADO; GROVA [orgs.], 2008)

alvo as populações em situação de rua, tais projetos ofertam atendimentos orientados pela psicanálise a uma população extremamente empobrecida que reside no Complexo da Maré e na Comunidade do Jacarezinho, que, de outra forma, dificilmente teria acesso a esse tipo de tratamento.

Retomando a especificidade das ofertas de atendimento às populações em situação de rua, a psicóloga Vera Iaconeli, em sua coluna na *Folha de São Paulo*, datada de 22 de janeiro de 2019, e intitulada “A psicanálise está na rua”, descreve o funcionamento de uma iniciativa de atendimentos gratuitos oferecidos em São Paulo, na Praça Roosevelt, por um coletivo de psicanalistas, a partir do anúncio “Psicanálise: atendimento sábados das 11:00 às 15:00”. Iaconeli ressalta, ao final de seu breve e entusiasmado artigo, que esses grupos são compostos por jovens com “sólida formação acadêmica, oriundos das melhores instituições de São Paulo”, reconhecendo que “há outros coletivos que oferecem esse tipo de trabalho em outras capitais brasileiras” (2019, p. 2). A autora conclui afirmando que tais coletivos que passaram a se disseminar “não são a solução para o problema da saúde mental no Brasil, mas são um modelo de atuação solidária e coletiva no espaço público, que tanto nos falta hoje” (2019, p. 3).

O ateliê “Escreve-se história”, ainda que anterior a essas iniciativas mais recentes, é contemporâneo desse mesmo movimento. Todavia, o exercício de formalização do que foi esse trabalho, através da escrita dessa tese, revelou também a demarcação de algumas diferenças em relação a outras iniciativas, aparentemente semelhantes, em que a formação acadêmica também se faz presente. O “Escreve-se história”, embora tenha se servido de forma profícua da pesquisa acadêmica, por meio dessa tese de doutorado, a fim de formalizar, em termos teóricos, aquele trabalho tão atípico, não se configurou, em seu funcionamento, como uma prática de extensão, no sentido mais universitário do termo. Tampouco pretendeu ser um trabalho “solidário”, de cunho social ou voluntário, ainda que, em certa medida, o fosse. A perspectiva que traçamos para abordar o que foi esta prática, embora também tenha uma vinculação com a academia, assim como uma aplicabilidade social, não se resume a elas. Digamos que a modesta aplicabilidade social do “Escreve-se história”, à semelhança dos efeitos terapêuticos em um tratamento psicanalítico, viria por acréscimo, assim como sua vinculação à Universidade.

²⁰ O Programa Psicanálise no Jacarezinho é coordenado pelo Prof. Luciano Elia e se vincula ao Laço Analítico Escola de Psicanálise/RJ.

Contudo, o seu motor, a sua causa, tiveram como ponto de partida um vivo interesse pela clínica que ali se descortinava. No entanto, ainda mais que um interesse unicamente clínico, essa era uma clínica que se norteava, como ainda hoje o faz, pela perspectiva da Orientação Lacaniana; era uma clínica que se endereçava à formação para interrogar o modo como o puro da psicanálise poderia intervir sobre sua aplicação naquelas condições.

Desse modo, o diferencial do “Escreve-se história” não foi um psicanalista poder atender nas ruas, mas, mais precisamente, como e em quais condições essa clínica poderia, às vezes, acontecer. Ou seja, não se tratava de uma panfletagem social da psicanálise, nem de seu comprometimento social, mas, especialmente, da dimensão do quanto é fundamental a formação do analista. Acreditamos que, ir para as ruas, nesse sentido, não é um objetivo *per se*, ou, ainda, um trabalho para os mais jovens, para aqueles que começam sua clínica – ainda que, de fato, a minha tenha se iniciado por essa via. O tratamento a ser dado a essa clínica atípica deve ser tão rigoroso quanto aquele ofertado nos consultórios. A proposta freudiana, na abertura do Ambulatório de Viena e na Poliklinik de Berlim, era de que os analistas mais experientes, os mais experimentados, pudessem oferecer algumas horas de suas agendas para os atendimentos gratuitos.

Constatamos, nesse momento de conclusão, que, na forma com que esse trabalho se iniciou, talvez resida uma das principais diferenças entre o “Escreve-se história” em relação a outras iniciativas de atendimento de cunho social às populações em situação de rua. Essa especificidade também se apresenta na escrita dessa tese, que percorre o mesmo caminho, passando de forma incontornável pela formação psicanalítica. Esse é o diferencial que gostaríamos de remarcar: a formação, que é anterior, inclusive, à escrita da tese, mas que também a orienta, é seu fio condutor.

Quando comecei o trabalho com o “Escreve-se história”, em 2013, ainda não tinha experiência de condução de análises no consultório – não havia começado por essa via a minha clínica. Durante um período considerável de tempo, o Consultório na Rua e, paralelamente, o “Escreve-se história”, eram o campo de trabalho de que eu dispunha para a minha prática clínica, e isso foi de grande valor para mim. Foi através deles que pude interrogar quais eram os princípios fundamentais que poderiam me orientar naqueles encontros tão variáveis, em relação ao que eu acreditava ser um “tratamento padrão”, e também sobre como me servir do meu trabalho analítico, quando me colocava a escutar alguém em condições tão atípicas.

Tais questões, bastante elementares, dão notícias de como uma formação se inicia: como pude, com a minha análise pessoal, com a supervisão dos casos, com a interlocução com o “Núcleo de Pesquisa Práticas da Letra”, com meu endereçamento à Escola Brasileira de Psicanálise e pela leitura de Freud e Lacan, construir subsídios para minha prática clínica. Por fim, através da escrita dessa tese, pude me apropriar desse percurso, formalizando-o, a fim de elucidar e transmitir os ensinamentos daí advindos.

A seguir, buscamos alinhar o percurso empreendido nos três capítulos da tese, com a forma pela qual a formação psicanalítica é proposta por Freud e Lacan e como a experimentei em relação ao trabalho com as ruas. Paralelamente, procuramos evidenciar como tal formação parece articular de forma determinante as dimensões clínica, política e epistêmica da psicanálise. Por fim, nosso objetivo é o de apontar os ensinamentos que se descortinaram em relação ao trabalho clínico que se passou ali, revelando a errância como um dos nomes do real que as ruas me apresentaram.

O tema da formação atravessou o capítulo “Freud e as clínicas sociais”, em que apresentei o comprometimento ético freudiano frente à miséria resultante da Primeira Guerra Mundial. Interessa-nos localizar os pontos de junção nesse comprometimento ético-clínico face às desordens nunca antes vistas – e que é, também, não obstante, um posicionamento político, tendo, por consequência, tanto a extensão inédita da clínica psicanalítica para o campo social, quanto a elaboração do conceito fundamental da pulsão de morte. Tais efeitos evidenciam a visada ético-política sustentada por Freud como um ponto de junção entre a expansão das clínicas sociais e o avanço da teoria psicanalítica. Trata-se da relação da psicanálise com o mundo, mais além da própria clínica ou da prática terapêutica.

Resumidamente, esta primeira consequência, que foi a expansão da oferta de tratamentos via clínicas sociais, instaurou o tripé da formação psicanalítica, ao evidenciar a necessidade de sistematização desta formação. Conforme Laia aponta, nota-se, no início do século passado, a ocorrência de “dois movimentos diferentes e, em certo sentido, antagônicos” (2010. Sem página), decorrentes da difusão da psicanálise. A proposta inicial das clínicas sociais, que era a conjugação da formação, tendo em vista a expansão do campo psicanalítico, acabou por originar “duas retas diferentes que, no melhor dos casos, foram consideradas paralelas” (LAIA, 2010. Sem página). Na reta em que se alinhavam as análises didáticas, nota-se a standardização dos tratamentos, em uma guinada ortodoxa, na qual o debate sobre os princípios da psicanálise se resvalava para sua burocratização. Na outra reta, teve origem a multiplicação de aplicações da psicanálise, nem sempre atentas

quanto ao que poderiam ser os seus princípios, acabando por incorrer em uma aposta de que a terapêutica analítica pudesse ser benéfica ao mundo. sem estar conjugada a princípios.

Essa tese me ajudou a esclarecer e, sobretudo, sistematizar o que se apresentou, desde o início, como meu interesse clínico e o comprometimento ético em torno do trabalho do ateliê “Escreve-se história” – interesse e comprometimento estes que, bem antes da redação dessa tese e, ao longo de sua escrita, também eram trabalhados em minha análise e supervisão, depurando essa prática dos matizes imaginários que, por vezes, poderiam fazê-la recair em certo *furor sanandi*, mediante as condições de vida tão miseráveis e precarizadas com as quais tive que me haver. Como a ética da psicanálise, a qual me importava seguir, tomava corpo no trabalho ali desenvolvido? O que é um analista? Essas foram questões que, desde o início, por eu já estar em análise e comprometida com minha formação, eu me fazia, e que, mesmo com as elaborações avançadas nessa tese, continuo me fazendo, para orientar a escuta ofertada em minha clínica.

Essa questão, que é o fio condutor, também levou-nos a redigir o segundo capítulo, em que procuramos acompanhar Lacan em suas críticas à degradação da psicanálise nas chamadas terapias de base analítica, discutidas em “Variantes do tratamento-padrão” (1955/1998). Encontramos, nesse escrito lacaniano, a orientação de que uma análise, padrão ou não, é o que se espera de um psicanalista, pois há um operador comum que se apresenta em ambas as situações: o analista. A questão que interroga o que é um analista, e que acompanhará Lacan insistentemente por todo seu ensino, não é formulada como tal, ali, mas, como vimos, já se insinua pelo operador comum que deveria ser mantido nas chamadas “variantes do tratamento-padrão”.

Também no segundo capítulo dessa tese, pudemos nos dedicar aos textos mais institucionais relacionados à criação da Escola por Lacan, como sua resposta política, epistêmica e clínica, de desembaraçar o ensino e a formação psicanalítica dos descaminhos por onde ela havia se enveredado nas instituições vinculadas à Associação Internacional de Psicanálise (IPA). Foi lançando-se na “Escola” que Lacan pôde fazer avançar a questão “o que é um analista?”. Através da Escola, essa pergunta fundamental, referida àquilo que se passa no interior, “dentro” da prática analítica, pôde ser articulada, topologicamente, com o “fora”, descortinado pelo horizonte da subjetividade de uma época. Ou seja, a formação que a Escola dispensa ao analista que a ela se endereça terá incidências no modo como ele poderá ou não responder ao “dever que lhe compete em nosso mundo” – incumbência

designada por Lacan (1964/2003, p. 235) e que parece articulável ao que, nessa tese, procurei discernir, nos termos de Cottet, como o que pode estar “longe do divã”, mas “perto do real” (2002, p. 60).

Em outras palavras, para que a psicanálise tenha espaço civilizatório e político compatível com sua contundência clínica, é preciso que haja analistas comprometidos com a formação e a sustentação do discurso analítico em seus mais diferentes campos de trabalho. Nesse sentido, a novidade político-institucional – que, como vimos, Lacan aportou à sua Escola, por exemplo, a partir do *gradus* – tem incidências clínicas consideráveis. A clínica não é um fim em si mesma, pois se conecta ao âmbito social e político, mas não no nível de uma simples aplicação. Na medida em que tal conexão se efetiva, esse horizonte mais amplo será recortado pela formação analítica baseada em princípios (e não na rigidez burocrática), assim como os desafios advindos desse horizonte mais amplo são recolhidos, de forma a fazer avançar a psicanálise, contribuindo para a sua vitalidade. Enfim, em uma configuração topológica, conforme expusemos ao fim do segundo capítulo, é a partir da hiância, própria à questão que interroga “o que é o analista?”, que essas dimensões do particular e do coletivo se articulam. Preservar a vitalidade subversiva da psicanálise na civilização é um movimento comprometido a articular a *intensão* e a *extensão* desta prática no mundo, evidenciando, também, sua dimensão política.

No terceiro capítulo, procuramos demonstrar que a nossa visada quanto ao trabalho desenvolvido pelo ateliê “Escreve-se história” se alinha também a essa articulação. Nesse contexto, buscamos, nesse último capítulo da tese, responder à seguinte questão: o que uma ação psicanalítica extensiva ao campo social e orientada pela intensão (porque baseada em uma formação contínua) pôde produzir de efeitos, no tocante a um engajamento clínico-político da psicanálise na cidade?

Começamos a responder a essa questão através da aproximação clínica: a oferta de escuta e registro das histórias que alguns teriam a nos contar foi o ponto de partida para que pudessem, cada qual a seu modo, e de formas bastante distintas, servir-se daquela espécie de trabalho de “edição” que fazíamos sobre o que nos ressoava como orientação. Tanto o “ouvinte” das histórias, quanto seu “escrevente”, tinham, ali, a função de “editar” o “texto” que nos era endereçado, e por diferentes vias. Conforme aponte nas vinhetas apresentadas, por vezes, tal “edição” consistia em apontar o que fazia as vezes de uma localização subjetiva; outras vezes, havia a tentativa de instauração de um espaçamento mínimo, localizando frestas que pudessem furar a consistência de um Outro compacto,

invasivo, produzindo efeitos de extração de objeto; ainda, em algumas ocasiões, visávamos aos significantes que pareciam indicar certa modalidade de gozo, seja pela possibilidade de ela se constituir como ancoragem, seja pela aposta de promover algum descolamento. Mas, em todas essas diferentes perspectivas pelas quais nos dispúnhamos ao uso que cada um se interessasse por fazer de nossa oferta de escuta e escrita, havia, em comum, o desafio de nos constituirmos como lugar de endereçamento e, apenas com essa condição, poderíamos apostar na costura do fio, por vezes roto e lacunar, daquelas histórias.

Fernanda Otoni de Barros-Brisset, no texto “O povo e a peste” (2020), parte de sua prática analítica na rede pública “junto a pessoas sem renda, sem documentos, sem trabalho, sem família, sem teto, sem lei, sem razão, sem muita coisa” (2020, sem página) – público que se assemelha com o aquele que acompanhamos através do ateliê, para situar o trabalho que ali se passa. Barros-Brisset assinala que eles têm muito a dizer, quando encontram um analista: “Diria que portam sem saber, um saber que não é suposto. Um saber a forçar suas escolhas, de forma irrecusável. Um saber desarticulado do Outro e referido ao Um do gozo” (2020, sem página). Eis o desafio: como nos incluímos como destinatários do endereçamento desse saber que se sabe sozinho, que não é suposto?

Em sua prática clínica, Fernanda Otoni parece também se encontrar com aquilo que nomeamos, aqui, como a dimensão da iteração presente na errância, ainda que ela não a designe assim, mas que, em seu texto, tender-se-ia a localizar como “esse saber a forçar suas escolhas” (2020, sem página). Com o que se elaborou ao longo dessa tese, parece possível sustentar a errância como um dos nomes do real que as ruas marcadamente apresentam, nessas casuísticas que evidenciam a iteração de um gozo sem sentido, que se manifesta como Um, a cada vez, mas que pode ser escutado, escrito.

Nessa perspectiva, os não-tolos, conforme propusemos em nosso terceiro capítulo, a partir da leitura de Lacan, em *Le non-dupes errent* (1973-74. Inédito), são aqueles que se apresentam como errantes, pois, destituídos da boa tolice, fixam-se à pretensão de seguir sempre a direção inequívoca. No texto de Fernanda Otoni, tal direção é lida como “um saber que se sabe sozinho, irreduzível ao simbólico. Um saber que ressona no corpo e o conduz” (2020, sem página).

É oportuno, então, retomarmos a pergunta inscrita no título dessa tese, já que estamos a respondê-la: quando a psicanálise alcança as ruas, o que fazem os analistas? A fim de circunscrever mais de perto aquele fazer, anteriormente chamado de “edição”, remetemo-nos ao texto de Éric Laurent, “A disrupção do gozo nas loucuras sob transferência” (2018), em que o autor discute como o conceito de transferência vai

perdendo destaque no último ensino de Lacan, na medida em que a dimensão do gozo sobressai. Ali, ele nos apresenta a “notação do analista como aquele que segue o que o analisando tem a dizer” (LAURENT, 2018, p. 58), como função “consonante com a descrição da posição do analista como testemunha ou secretário da elaboração que conduz o sujeito psicótico, após a falência do nome do Pai” (2018, p. 58). Tal perspectiva nos interessa de perto, pois verificamos que a errância, tal como a depreendemos de Lacan em *Les non-dupes errent* (1973-74. Inédito), constitui-se como fio condutor de uma clínica que precisa se haver com impasses e soluções que surgem quando o Nome-do-pai não se apresenta como estrada principal, e as placas à beira do caminho não cumprem completamente a função de uma orientação suplementar.

Resgatamos mais um trecho do precioso texto de Fernanda Otoni Barros-Brisset (2020), que serve de farol quando interrogamos o estatuto desse fazer, dessa parceria, quando um analista se oferece como “aquele que segue”, “editando” esse saber que a errância escreve:

Seguir esse saber tem sido uma bússola. A solução para o impasse da existência de cada um, em situações sociologicamente das mais miseráveis e mais diversas, advém das amarrações que um *corpo falante* faz dos seus encontros na cena do seu mundo, com as palavras e as coisas a seu dispor, segundo a lógica do seu saber fazer (BARROS-BRISSET, 2020, sem página).

Diante dessa dimensão implacável da iteração do gozo, cabe, ao analista, a aposta de fazer-se incluir nesses circuitos, de forma a constituir-se como parceiro, abrindo a possibilidade de uma modesta margem de manobra, a partir do saber que se recolhe. O “Escreve-se história” buscava extrair, da errância, uma leitura, mas, apenas na medida em que pudéssemos seguir o fio daquelas andanças, pelas histórias que nos remetiam, tão diversas entre si. A partir dessa leitura, editávamos, procurávamos nos colocar como aquele que segue o sujeito em seu ir-e-vir, muitas vezes sem rumo: fazíamos ressoar os recursos nos quais se podia apostar como uma função de ancoragem, de pequenas bússolas.

Tocar em amarrações tão vitais requer um manejo delicado para, por exemplo, não fazer reverberar uma identificação mortífera, não abrir buracos em estradas por demais acidentadas, sob o risco de interditá-las. Quando alcançamos as ruas, com a psicanálise, nos acostamentos e “quebradas”, no burburinho caótico do centro da cidade, às margens da rodovia do Nome-do-Pai, aprendemos a garimpar os “pontos cardeais” que podem fazer as vezes de caminhos, mostrando que as errâncias possuem seus próprios métodos, como

indica Laia nas suas referências ao que, hoje em dia, inclusive nos guias turísticos, tem sido chamado de *off road* (LAIA, 2006).

Nos casos que abordamos, referidos, particularmente, à psicose, buscamos destacar a forma como aqueles encontros nos permitiram fazer uma aposta quanto a um norteamento possível, certa itinerância – ainda que aquele trabalho não tenha passado, necessariamente, pela construção da fantasia ou de uma estabilização via construção delirante. Tratava-se dos arranjos e soluções encontrados como resposta diante daquilo que, para cada um, apresentava-se como deriva. Nesse contexto, as coordenadas extraídas dos encontros pontuais, a que chamamos de ancoragens, são exemplos de como, em meio à iteração, localizamos índices norteadores na fala desses sujeitos que puderam instaurar um norteamento face à errância. Norteamento que fez as vezes de um itinerário, acolhendo a errância do gozo em vez de pretender, em vão, contê-la: nossa aposta era na tolice do real em jogo para cada um, o que fazia cada um encontrar ou aprimorar formas de lidar com o gozo que itera sempre nas suas derivas, alheio às determinações pelas quais o Nome-do-pai procura, em vão, garantir uma “não-tolice”, e da pretensão ainda maior da normatização social quanto a esse tipo de garantia. Essa era a parceria a que nos oferecíamos: seguir os indícios – que, com o Lacan do *Seminário, livro 23* (1975-76/2007), poderemos situar como *sinthomáticos* – daqueles sujeitos que se endereçavam a nós para que lhes escrevêssemos suas histórias errantes.

Interrogamos, então: o que essas experiências de exílio e errância mais radicais que as ruas apresentam teriam a nos ensinar sobre a abordagem psicanalítica dos sintomas, inclusive para o trabalho que se faz mais tradicionalmente nos consultórios? Apesar das evidentes atipicidades, da variabilidade desse trabalho desenvolvido nas ruas, buscamos situar, no decorrer da tese, como a formação estende seus efeitos, onde quer que um analista se oferte: “é constante que a análise tenha efeitos sobre toda e qualquer prática do sujeito que nela se engaja” (LACAN, 1964/2003, p. 241). Só se produz um sujeito pela presença de um analista que se oferta e recolhe o que esse corpo falante ensina. O campo das ruas é diferente. Não encontramos, ali, sujeitos em análise, mas, ainda assim, procurei me servir da psicanálise para incidir sobre a variabilidade e a errância presente nesse território tão diverso daquele do consultório.

O cerne do que procuro explicitar, portanto, não é nem que a rua tenha me viabilizado um acesso a questões que não me chegam ao consultório. Afinal, ao contrário, minha chegada ao consultório e a experiência clínica que tenho podido extrair dali apontam, no só-depois daquela experiência primeira com as ruas, justamente, que a

errância nos interessa, na medida em que vivemos em um mundo errante, e que os pacientes que nos procuram em nossos consultórios são também tomados pelas suas próprias errâncias, como um sintoma de nossa época. Hoje, tenho a oportunidade de recolher ensinamentos de meu consultório, que informam sobre o que pude ler nas ruas, a partir da minha formação.

Com Marcus André Vieira, acreditamos que:

[...] mesmo dentro de sua orientação do caso-a-caso a ética do analista pode se materializar em uma política que, na realidade, é a mesma em ação na sua clínica. É preciso que, entre outras coisas, haja psicanálise para que se produza a falta a ser, que se produza o sujeito como diferença absoluta (VIEIRA, 2008, sem página).

Portanto, há o mesmo e há as diferenças, mas, o gérmen que anima a psicanálise está ali; há sujeito, há linguagem, há Outro, há endereçamento. No contexto das derivas e errâncias evidenciadas pelas ruas, dos acontecimentos que desenlaçam os arranjos com quais certos sujeitos se sustentavam, tanto nas ruas, como no consultório, parece que a clínica se dá onde a rotina se desarruma; é nessa lacuna que relampeja o que mostra a efetividade do discurso analítico em sua via de extrair, de onde quer que ele se aplique, enunciações com efeitos de verdade, aberturas, deslocamentos, ancoragens – leituras, enfim. Ter podido suportar que cada um viesse como pudesse, o quanto quisesse, da forma que desejasse, abriu o campo da surpresa e, também, sirvo-me, hoje, em meu consultório, dessa experiência, que marca o início de minha formação: com Lacan, não espero, mas aguardo e guardo, recorto e edito os textos que se me apresentam (LACAN, 1975-1976/2007, p. 133).

Pude acompanhar deslocamentos, participar de algumas amarrações para alguns, com os quais a minha presença fez as vezes de uma rotina perpassada pela errância. A alguns, foi possível estabelecer uma conexão, que deu lugar aos achados e invenções singulares tecidas em meio à precariedade. Por vezes, foi possível recolher efeitos de uma intervenção que promoveu alguma orientação em relação a um significante, produzindo consequências. Outras vezes, não, pois nem sempre pude verificar com certeza se houve desdobramentos assim para alguns sujeitos com os quais, pontualmente, eu me encontrei nas ruas.

Houve a leitura de um real, esse que circunscrevo com o nome da errância, e recolhi efeitos de formação: a experiência com o que se passa nas ruas não é sem consequências sobre minha própria clínica, a que acontece atualmente em meu consultório, porque, nele, também, nesse espaço, digamos, mais convencional, temos testemunhos do mal-estar próprio ao nosso tempo e da iteração do gozo mais além de qualquer enquadre ou norma,

quando a estrada principal do Nome-do-pai já não faz mais tanto as vezes da grande rodovia (MILLER, 1998). De formas diferentes, a errância itera, tanto para os considerados tolos, quanto para os considerados não-tolos, seja na via do que se toma, em geral, como erros ou, também, como itinerário. A errância diz respeito ao que, do gozo, não se normatiza, nem se normaliza, não sendo propriamente específica da neurose ou da psicose, embora possa ser mais disruptiva nos contextos em que o Nome-do-pai não faz as vezes de norteador.

Pude testemunhar as formas pelas quais o mais singular de um gozo, que, muitas vezes, dá lugar à segregação, podia se relançar e até encontrar algum lugar no coletivo em uma renovada, embora muitas vezes lábil, forma de laço social dessegregativo (LAIA, 2020). Um laço que, intermitentemente, pode se engancha e se desconectar do Outro, compondo diferentes soluções provisórias. Em *A sociedade do sintoma* (2007), Éric Laurent propõe que, “quando o laço se rompe, a cidade se torna o império do vazio, escavado pela escritura, gozo fora do sentido que circula na cidade” (2007, p. 110). As ruas são labirintos por onde o extravio do gozo circula, mas onde ele também pode se enlaçar em arranjos muito singulares, como pude, muitas vezes, verificar em minha experiência de a psicanálise alcançar as ruas.

Isso parece se aproximar da intermitência do laço social que se verifica nas psicoses ordinárias, como discutido na Conversação sobre “Os casos raros, inclassificáveis, da clínica psicanalítica” (MILLER, 1998). Neles, perfilam-se organizações sintomáticas que, por vezes, estabelecem ligações fluidas com o Outro. Muitas vezes, deparo-me com sujeitos que, apesar de prescindirem das normas e da rotina como marcação significante e passarem ao largo das convenções sociais, inventam, a cada vez, novos recursos, grampos que os conectam provisoriamente com o Outro, sem a estabilidade de um sintoma.

Esse também é um ensinamento que recolho em meu consultório. Ali, também encontramos essas organizações sintomáticas mais fluidas, que podem ser constatadas nas chamadas “psicoses ordinárias”. Este conceito extrapola o tema dessa tese, mas, nessa conclusão, parece possível e oportuno destacá-lo como uma referência ainda a ser mais trabalhada e retomada no percurso que insiste, mesmo quando me encontro às voltas com a finalização de um Doutorado. Embora as bricolagens se enodem e desenodem, na pulsação de uma intermitência, elas não deixam de ser modalidades de amarração como recurso à deriva; ficções sem fixidez. Nossa tarefa consiste em instalar pequenas brechas porosas à passagem das operações singulares de cada sujeito. Nas ruas, fora da estrada principal, na solidão do um-sozinho, onde não há placas, podemos encontrar invenções marcadas por esse norteamo de se fazer tolo de um real para que se possa dar lugar a um gozo que é próprio

de cada um e errante. São achados como esses, miúdos, modestos, que noticiam o funcionamento de um tempo e portam a vitalidade de uma ação psicanalítica extensiva ao campo social.

A cidade nos toma a todos, queiramos ou não. É uma espécie de malha em que estamos imersos e, dela, pela ação do discurso analítico, poderemos distinguir, apurar ou inventar os laços para cingir os sintomas de nossa época. Nas palavras de Fernanda Otoni Barros-Brisset, “a leitura do sintoma desse país da peste só pode advir do saber que sua gente transmite, um por um. Ler o sintoma de uma época requer seguir o ressoar do saber que segue guardado em cada corpo falante de uma comunidade” (2020, sem página). Logo, a cidade que cada sujeito traz consigo atravessa o divã. Freud, ao afirmar que a psicologia individual é também coletiva, aponta para a conjunção do inconsciente com o campo da pólis, para a inscrição da psicanálise na cidade e na política de seu tempo (1921/1996). Situado, portanto, na conjunção entre a clínica e a política, o analista tem como incumbência apostar na emergência da diferença, na abordagem dessegregativa do gozo errante, na diversi-cidade dos laços, tornando-se, senão depositário, aquele que segue as soluções atípicas.

Resgato, para arrematar, uma passagem do escritor Paulinho Assunção, que diz: “os pés humanos são também escreventes e andar é igualmente um modo de escrever” (ASSUNÇÃO *apud* MARQUES, 2005, p. 350). “Rua”, do latim, significa ruga, sulco. Lermos as manifestações do inconsciente na cidade a partir da perspectiva do sulco implica a aposta de que as ruas, como um litoral, podem, às vezes, espriar-se em margens nas quais outras escritas podem se apresentar. Ou, parafraseando o escritor Paulinho Assunção, errar pode ser igualmente um modo de escrever, quando se encontra um analista. São esses efeitos da psicanálise na cidade, causados pelo desejo de sustentar uma psicanálise ativa e à altura da desordem dos dias, que procurei – não sem alguma errância, própria de quem se aventura por territórios não de todo mapeados – fazer valer, ao redigir e concluir essa tese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, C. “O exílio e a identificação”. Disponível em: <https://ebp.org.br/rj/2020/10/19/o-exilio-e-a-identificacao/>. Último acesso em 09/04/2021.

ARAGON, G. T.; CRAPEZ, M. A. C. (Orgs.). *Cadernos de ciências humanas*. Volume 1, número 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. Disponível em: <https://canalcederj.cecierj.edu.br/012016/fc639dd2aa91a9ae844822514bc59cf0.pdf>. Último acesso: 06/08/2018.

BARROS-BRISSET, F. O. “Para bem dizer a ação lacaniana, na EBP”. In: *Ação dobradiça*, 2015. Disponível em <http://ebp.org.br/acaodobradica/wp-content/uploads/2016/04/Para-bem-dizer-a-acao-lacaniana-na-EBP.pdf>. Último acesso em 25/10/2018.

_____. “O povo e a peste”. Disponível em: <http://lalibertaddepluma.org/fernanda-otoni-brisset-o-povo-e-a-pestes/>. Último acesso em: 09/04/2021.

BEMFICA, A. “Errância, adolescência e corpo: entre sombras e pedaços de real”. In: CALDAS, H. (org.) *Errâncias, adolescências e outras estações*. São Paulo: EBP, 2017.

BOECHAT, C. *Do que pode, de um encontro, se escrever*. 2020. Inédito.

BRASIL. *Lei nº 10.216*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. 2001, 6 de abril. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Último acesso em: 09/04/2021.

CALDAS, H. “Uma questão de estilo”. In: *Latusa*. N. 6. Rio de Janeiro: EBP Rio, 2001.

_____. “Voz e olhar em Ensaio sobre a cegueira”. In: *Arquivos brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 60, n. 3, 2008.

_____. “Trauma e linguagem: acorda”. In: *Opção lacaniana online*. N. 16. São Paulo: Eólia, 2015.

_____. (org.) *Errâncias, adolescências e outras estações*. São Paulo: EBP, 2017.

_____. *Sobre o banquete dos analistas*. 2018. Inédito.

CAMUS A. (1941). *O Mito de Sísifo*. Tradução Ari Roitman e Paulina Wach. Rio de Janeiro: Record, 2007.

COTTET, S. “Clinique de la misère”. In: *Élucidation*. Paris: Navarin Éditeur, 2002.

DANTO, E. (2005) *Psicoanálisis y justicia social (1918-1938)*. Madri: Editorial Gredos, 2013.

DI CIACCIA, A. “L’expérience vivante de la psychanalyse” In: *Psychanalystes en prise directe sur le social*. Paris: Eurofédération de psychanalyse (EFP), 2008.

DUNKER, C. “O que Freud disse sobre a Revolução Russa. In: *Blog da Boitempo*. 2017. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/09/13/o-que-freud-disse-sobre-a-revolucao-russa/>. Último acesso em 07/03/2021.

ELIA, L. *Variantes sem padrão*. Trabalho Final do Laço Analítico Escola de Psicanálise para o II Congresso de Convergência “Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana”. Rio de Janeiro, maio de 2004.

_____. “O desejo do psicanalista presentifica a intensão na extensão e se estende à política”. In: *Correio APPOA*, 2017. Disponível em http://www.apoa.com.br/correio/edicao/268/o_desejo_do_psicanalista_presentifica_a_intensao_na_extensao_e_se_estende_a_politica_/479. Último acesso em 25/10/2018.

FERENCZI, S. (1919) “Psychanalyse des nevroses de guerre”. In: *Psychanalyse 3* (Oeuvres complètes, 1919-1926). Paris: Payot, 1982.

FERRAZ, J. G. *Ordem e revolução na república de Weimer*. Dissertação de mestrado: Departamento de Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paul: Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, 2009.

FOUCAULT, M. *A história da loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

FRANZ, A. “Recollections of Berggasse 19”. In: *The Psychoanalytic Quarterly*. V. 9. Londres: Taylor & Francis, 1940.

FREUD, S. (1912). “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1915[1914]). “Observações sobre o amor transferencial (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III)”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1918). “Caminhos da terapia psicanalítica”. In: *História de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”): Além do princípio de prazer e outros textos (1917-1920)*. Vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1920). “Além do princípio do prazer”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1921). “Psicologia de grupo e a análise do ego”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1923). “Vorwort: zu M. Eitingon, Bericht über die Berliner psychoanalytische Poliklinik”. In: *G. W. III*. Fischer Verlag: Frankfurt/Main, 1998.

_____. (1926). “A questão da análise leiga: conversações com uma pessoa imparcial”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1931). “Preface”. In: *On forme des psychanalystes*. Paris: PUF, 2002.

_____. (1933a). “Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise – Conferência XXXV: A questão de uma Weltanschauung”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1933b). “Por que a guerra?”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1933). “Freud à Eitingon, lettre 755 F du 21 mars 1933”. In: FREUD, S.; EITINGON, M.; SCHROTER, M (dir.). *Correspondance 1905-1939*. Paris: collection “Hachette Littératures”, 2009.

GAY, P. *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GELLER, S. “Nota a la edición castellana”. In: MILLER, J.-A. [org.] *Desarraigados*. Buenos Aires: Paidós, 2016.

GOROSTIZA, L. “Os confins da caridade freudiana”. In: *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. Nº 61. São Paulo: Eólia, 2011.

GROSSKURTH, P. *O círculo secreto*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

IACONELI, V. “A psicanálise está na rua”. In: *Folha de São Paulo*, 22 de janeiro de 2019.

IANNINI, G. “Da gramática à lógica: Round-trip Aristóteles-Frege: nota sobre intensão e extensão em psicanálise”. In: *Correio*. Nº 81. São Paulo: EBP, 2018.

JONES, E. (1957). “Freud à Marie Bonaparte, lettre du 26 mars 1933”. In: *La vie et l'œuvre de Sigmund Freud: Vol. 3*. Paris: PUF, 2006.

_____. (1958) “Vida e obra de Sigmund Freud”. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

LA SAGNA, P. “Introdução ao Seminário XIX”. In: *Boletim Haun*, 2013. Disponível em: https://www.ebp.org.br/haun/pdf/boletim_haun_003.pdf. Último acesso em: 09/04/2021.

LACAN, J. (1945). “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1955). “Variantes do tratamento padrão”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1955-56). *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. (1956). “A situação da psicanálise em 1956”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1957-58). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989.

_____. (1958). “Juventude de Gide ou a letra e o desejo”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1962-63). *Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. (1963). *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. (1964). “Ato de fundação”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1964). *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. (1967). “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1971a). “Nota anexa ao Ato de fundação”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1971b). “Lituraterra”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1972-73). *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. (1973). “Posfácio ao Seminário 11”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1973-74). *O Seminário, livro 21: les non dupes-errent*. Inédito.

_____. (1975-76). *O Seminário, Livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LAIA, S. “Prática distante do divã”. In: *Jornal Estado de Minas*. MG, 2003a.

_____. “A prática analítica nas instituições”. In: HARARI, A.; CARDENAS, M. H.; KRUGER, F. (orgs.). *Os usos da psicanálise: Primeiro Encontro Americano do Campo Freudiano*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003b.

_____. “Ao longo e ao largo do Pai”. In: *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise São Paulo, n. 47, 2006.

_____. “A brutalidade opaca da vida: nos corpos, nas cidades, e a alegria”. In: *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. São Paulo, n. 70. 2015.

_____. “A psicanálise aplicada à terapêutica e a política da psicanálise hoje”. In: *Revista Asephallus*. Número 10, 2010. Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus/numero_10/artigo_08_revista10.html>. Último acesso: 06/08/2018.

LAIA, S. “Passe: a partir do que se nomeia e não se nomeia?”. Texto destinado à Conversação do Colégio do Passe da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP). São Paulo, 24 de novembro de 2016.

_____. “Por uma Escola 'musclée’”. In: *Correio*. Nº 81. São Paulo: EBP, 2017a.

_____. “Solução-morcego”. In: *Minas com Lacan*. 2017b. Disponível em: <http://minascomlacan.com.br/wp-content/uploads/2017/07/A-solu%C3%A7%C3%A3o-morcego-1.pdf>. Último acesso em 17/09/2018.

_____. “O que a *Proposição* antecipa e ensina sobre as propostas de uma *política lacaniana* para nossos tempos e o futuro – entrevista a Angelina Harari e Jésus Santiago”. In: *Correio*. Nº 81. São Paulo: EBP, 2018.

_____. “O que a *Proposição* antecipa e ensina sobre as propostas de uma *política lacaniana* para nossos tempos e o futuro – entrevista a Angelina Harari e Jésus Santiago”. In: *Correio*. Nº 81. São Paulo: EBP, 2018.

_____. “Finalizar e arrematar”. In: *Revista Curinga*. Nº 48. Belo Horizonte: EBP, 2019.

_____. “O ventríloquo e a biruta analítica: das versões do corpo falante... no momento de concluir”. In: *Curinga*. Nº 49. 2020.

LAURENT, É. “O analista cidadão”. In: *Curinga*. N. 13. Belo Horizonte, 1999.

_____. *A sociedade do sintoma*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007.

_____. *Do real em uma psicanálise*. 2014. Disponível em: http://www.congresamp2014.com/pt/template.php?file=Textos/Du-reel-dans-une-psychanalyse_Eric-Laurent.html. Último acesso em 09/04/2021.

LAURENT, É. “Disrupção do gozo nas loucuras sob transferência”. In: *Opção Lacaniana*. Revista Internacional Brasileira de Psicanálise, n. 79. São Paulo, 2018.

_____. “Racismo no século XXI?”. In: *Segregação em tempos de guerra: psicanálise na cidade*. Rio de Janeiro: Subversos, 2018.

_____. *Lógica e surpresa da supervisão na época do falasser*. 2018. Inédito.

LOPES, L. L. *Atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua com ênfase nas equipes de Consultórios na Rua*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2014.

LUTTERBACH-HOCLK, A. L. “Sobre o método e o objeto”. In: LUTTERBACH-HOLCK, A. L.; GROVA, T. [orgs.] *Ao pé da letra: leituras e escrituras na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Subversos, 2014.

LUTTERBACH-HOLCK, A. L.; GROVA, T. [orgs.] *Ao pé da letra: leituras e escrituras na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Subversos, 2014.

LUTTERBACH-HOLCK, A. L.; MAIA, E. *Meninos e meninas na rua: Uma intervenção*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2009

MACÊDO, L. F. de. “O Incurável, essa usina”. In: *Ao pé da letra: leituras e escrituras na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Subversos, 2014.

MACHADO, O.; GROVA, T. [org.]. *Psicanálise na favela: Projeto Digáí-Maré: a clínica dos grupos*. Rio de Janeiro: Associação Digáí-Maré, 2008.

MARQUES, F. *Uma cidade se inventa*. Editora Scriptum, Belo horizonte, 2005.

MILLER, J.-A. (ed.) “La scission de 1953”. In: *La communauté psychanalytique en France I*. Paris: Ornicar, 1976.

_____. (ed.) “L’excommunication”. In: *La communauté psychanalytique en France 2*. Paris: Ornicar, 1977.

_____. *Comentario del Seminario inexistente*. Buenos Aires: Manantial, 1992.

_____. *Os casos raros, inclassificáveis da clínica psicanalítica: a conversão de Arcachon*. São Paulo: Biblioteca Freudiana Brasil, 1998.

_____. *Le partenaire-sintoma. Los cursos psicoanalíticos de Jacques-Alain Miller*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

_____. (2000-01). *El lugar y el lazo*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

_____. (2001). “Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia”. In: *El lugar y el lazo*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

_____. (2002). *El banquete de los analistas*. Buenos Aires: Paidós, 2011.

_____. (2008-2009). *Coisas de fineza em psicanálise*. Inédito.

_____. “A salvação pelos dejetos”. In: *Correio*, Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, São Paulo, n.67, dez. 2010a.

_____. *Manual de Cartéis*. Belo Horizonte: Scriptum, 2010.

_____. “Ler um sintoma”. In: *Blog AMP*. 2011a. Disponível em: <http://ampblog2006.blogspot.com.br/2011/08/jacques-alain-miller-ler-umsintoma.html>. Acesso em: 09/03/2021.

_____. *L'être et l'um*. 2011b. Inédito.

_____. “El Otro sin Otro”. 2014. Disponível em: http://www.eol.org.ar/template.asp?Sec=publicaciones&SubSec=on_line&File=on_line/jam/Otros-textos/El-Otro-sin-Otro.html. Último acesso em 09/04/2021.

_____. (org.) *Desarraigados*. Buenos Aires: Paidós, 2016.

_____. “Conferência de Madrid”. In: *Lacan Cotidiano*. Nº 700. Buenos Aires: Biblioteca de la Escuela de Orientación Lacaniana, 2017a.

_____. “Questão de Escola: proposta sobre a garantia”. In: *Opção Lacaniana Online*. N. 23, 2017b. Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_23/Questao_de_Escola.pdf. Último acesso em 17/09/2018.

PALUMBO, J. H. P.; MOREIRA, L. E. V.; HARITÇALDE, C. *Por uma história das políticas da psicanálise: institucionalização, formação e posicionamento político dos analistas*. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v29n1/1678-5177-pusp-29-01-96.pdf>. Último acesso em 16/09/2018.

RÊGO BARROS, R. do. “Sem standard, mas não sem princípio”. In: HARARI, A; CARDENAS, M. H.; KRUGER, Flory. (Orgs.) *Os usos da psicanálise: primeiro Encontro Americano do Campo Freudiano*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

_____. “Episódio 4: Ressonâncias de #MillerEnMadrid”. In: *Rádio Lacan*. 2017. Disponível em: <http://www.radiolacan.com/pt/topic/985>. Último acesso em 16/08/2018.

_____. “A “Proposição” é uma proposta institucional”. In: *Correio*. Nº 81. São Paulo: EBP, 2018.

ROBERT, Le petit. *Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 2016.

ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dictionnaire de la psychanalyse*. Paris: Fayard, 1997.

SALLES, W. *Central do Brasil*. 1998.

SANTIAGO, J. “O que a proposição antecipa sobre as propostas de uma política lacaniana para nossos tempos e o futuro”. In: *Correio*. Nº 81. 2018.

SOKOLOWSKY, L. *Freud et les Berlinois: du congrès de Budapest à l'Institut de Berlin 1918-1933*. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2013.

TABÓAS, C. G. *Un amor menos tonto: una lectura del seminario XXI*. Olivos: Grama ediciones, 2015.

VIEIRA, M. A. “Qual o tamanho da escola de Lacan?”. In: *Arquivos da Biblioteca*, n. 2, Rio de Janeiro, EBP-Rio, 1998.

_____. “Na polissemia do amor (ou figuras do secretário do alienado)”. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-60072008000100009. Último acesso em: 09/04/2021.

_____. “Prefácio: De onde vêm os analistas?”. In: ZBRUN, M. *A formação do analista*. Rio de Janeiro: KBR, 2014.

_____. “Escola, voz e corpo”. In: *Boletim Eletrônico do Conselho Deliberativo da EBP*, 2018. Disponível em <http://www.ebp.org.br/1por1/2018/03/07/escola-voz-e-corpo-marcus-andre-vieira/>. Último acesso em 25/10/2018.

XINHUA. “Após 200 anos, Karl Marx ainda influencia política austríaca de esquerda, segundo especialista”. 2018. Disponível em <http://portuguese.xinhuanet.com/2018-05/07/c_137161030.htm>. Último acesso em 06/08/2018.